

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGS-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**MANOEL BOMFIM: TRAJETÓRIA, SUAS CRÍTICAS E
CONCEPÇÕES SOBRE O BRASIL COMO NAÇÃO.**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017

IVAN PAULO SILVEIRA SANTOS

**MANOEL BOMFIM: TRAJETÓRIA, SUAS CRÍTICAS E
CONCEPÇÕES SOBRE O BRASIL COMO NAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon – Orientador

Prof.^a Dr.^a Fernanda Rios Petrarca – Co-Orientadora

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017**

IVAN PAULO SILVEIRA SANTOS

**MANOEL BOMFIM: TRAJETÓRIA, SUAS CRÍTICAS E
CONCEPÇÕES SOBRE O BRASIL COMO NAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon (Orientador) – PPGS/UFS

Prof.^a Dr.^a Tânia Elias Magno da Silva – PPGS/UFS

Prof. Dr. Marcos Aurélio Dias de Souza – UNESP

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237m Santos, Ivan Paulo Silveira
Manoel Bomfim : trajetória, suas críticas e concepções sobre o Brasil como nação / Ivan Paulo Silveira Santos ; orientador Frank Nilton Marcon. – São Cristóvão, 2017.
139 f.: il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Sociologia. 2. Intelectuais. 3. Nacionalismo. 4. Relações raciais - Brasil. 5. Bomfim, Manoel, 1868-1932. I. Marcon, Frank Nilton, orient. II. Título.

CDU 316.344.32(81)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Orientador e à Prof.^a Co-Orientadora, respectivamente, Dr. Frank Nilton Marcon e Dr.^a Fernanda Rios Petrarca, por encampar e assistir a ideia de trabalhar Manoel Bomfim.

Aos meus familiares, que torceram por mim, com respeito e carinho, em especial a Adélia, mais que esposa, amiga.

Ao Prof. Aluízio Alves Filho que redescobriu Manoel Bomfim e muito cordialmente me recebeu em sua casa para conversarmos sobre o autor, colaborando muito com este trabalho.

Ao colega Thiago Fragata que me oportunizou o contato, inestimável para a pesquisa, com o Prof. Aluízio.

Ao Colégio Estadual Barão de Mauá, através da ex-Diretora Maria Cristina Santos e do atual Diretor Roberto Ribeiro Moura. Agradeço a todos os colegas que torceram e auxiliaram de diversas formas. Extensivo é o agradecimento aos alunos das turmas de 2013 e 2014, pois, dos respectivos projetos pedagógicos a eles submetidos, surgiu o projeto de Mestrado que resultou nesta dissertação.

À ABL, em nome do seu bibliotecário-chefe Luiz A. Souza e a bibliotecária Alice Gianotti que me atenderam com tamanha presteza e simpatia que não poderia deixar assinalar.

Aos amigos Luís Antônio P. Cruz, Wagner G. Lemos e Luís Siqueira dos quais obtive apoio para discussões, informações preciosas e até algumas obras emprestadas.

Aos colegas do curso do Mestrado do PPGS/UFS, pela troca de ideias, torcida e amizade que ajudou muito.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a trajetória e o pensamento de Manoel Bomfim sobre a formação da nação brasileira. Assim, esse estudo conduzir-se-á através de três perspectivas de análise: a) a trajetória da família e do autor, b) a formação acadêmica e constituição enquanto intelectual e c) a reflexão sobre a obra “A América Latina: males de origem”. A origem familiar ganha importância à medida que o autor vem de um grupo social sem estirpe, que se constituiu um “grupo social novo” em ascensão. Além do status, a formação médica influencia fortemente no uso de uma linguagem “biologizante”, com diversas metáforas médicas. Uma constante associação entre fenômenos “biológicos” e “sociais”. A formação escolar lhe permitiu os contatos sociais que o inseriram nos “meios intelectuais” brasileiros da transição do século XIX para o XX. Nesses circuitos, Bomfim participou dos debates correntes no período, muito caracterizados pelas discussões sobre questões raciais. Sobre elas, posicionou-se o autor de maneira bastante crítica, discordando de premissas raciais como, por exemplo, o “branqueamento”. Com isso, assumiu uma postura diversa da maioria dos seus pares intelectuais e das respectivas instituições as que eles representavam. Enfim, na análise da obra de estreia de Manoel Bomfim, encontraremos suas ideias básicas que ele desenvolverá nos seus trabalhos posteriores. Entre elas, a de que os “males” das nações latino-americanas estão ligados a questões da herança da colonização europeia “parasitária”. Tal herança, além de promover a espoliação dessas sociedades colonizadas, produziram nações “conservantistas”. Quer dizer, sociedades que reproduziram por “herança” os “vícios” dos colonizadores. A partir desses questionamentos sobre as condições socioeconômicas da América Latina enquanto resultado do seu “meio” e “raça”, Bomfim propôs outra concepção de nacionalidade e nação ao questionar os discursos científicos da época.

Palavras- Chave: Manoel Bomfim, Trajetória, intelectuais, Nação, Teorias Raciais.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the background and the train of thought of Manoel Bomfim about the formation of the Brazilian nation. Thus, this study has three analyses perspectives: a) the family and author's life path b) his academic formation and constitution as intellectual and c) the reflection about the work "A América Latina: males da origem". The family origin gains importance as the author comes from a social group with no strain. Besides the status, the academic qualification in Medicine had great influence in the use of a "biologizing" language, with several medical metaphors. A constant association between "biological" and "social" phenomena. The academic background allowed him to have some social contacts that has introduced him to be part of some Brazilian "intellectual groups" at the turn of the nineteenth and twentieth centuries. In these groups, Bomfim took part in the discussions that occurred during that period, hugely featured on racial issues. Regarding these issues, the author stood being very critical, disagreeing with racial assumptions, such as "bleaching". Thereby, he assumed a different attitude from most of his intellectual peers and the institutions which they represented. In short, in the review of Bomfim's first work, we find his basic ideas which he will develop on his later works. And one of them is that the "evils" of the Latin Americans nations are linked to the inherited issues of the "parasitic" European colonization. Such inheritance, in addition to promoting the spoliation of these colonized societies, produced "conservative" nations. It means that, societies who reproduced by "inheritance" the "habits" of the colonizers. From these questionings about Latin America's socioeconomic conditions as the result from its "origin" and "ethnicity", Bomfim proposed another conception of nation and nationality by questioning the scientific speeches from that time.

Keywords: Manoel Bomfim, Background, Intellectuals, Nation, Racial theories.

LISTAS DE ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras.

BN – Biblioteca Nacional.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.

BPED – Biblioteca Pública Epifânio Dória.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 – ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA DE VIDA DE MANOEL BOMFIM.....	19
1.1. A ascendência dos Bomfim	20
1.2. Um jovem decidido a estudar medicina	31
1.3. A instrução em Sergipe no século XIX	40
 CAPÍTULO 2 – AS INFLUÊNCIAS, A FORMAÇÃO E O CÍRCULO INTELECTUAL	47
2.1. Entre Sergipe e Bahia	48
2.2. Conselho de um amigo	51
2.3. A <i>intelligentsia</i> no Rio de Janeiro	57
 CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE BOMFIM SOBRE A ORIGEM DOS MALES DA AMÉRICA LATINA	84
3.4. Paris: a “Civilização” buscada e o Imperialismo abominado.....	85
3.5. Entre Américas: por um novo caráter de nação.....	101
3.6. Solução: branqueamento ou instrução?	111
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
 ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre Manoel Bomfim foi motivada por dois projetos pedagógicos que realizei na Escola Estadual Barão de Mauá, uma instituição de Ensino Básico da rede oficial pública do Estado de Sergipe, localizada em sua capital: Aracaju. Os projetos foram idealizados e executados respectivamente em 2013 e 2014, na disciplina Sociologia. O primeiro tinha por objetivo a discussão a respeito das “cotas” para as universidades públicas federais. O debate sobre a questão já vinha crescendo alguns anos antes, tanto em polêmica quanto em institucionalização daquela política pelo Governo Federal. Então, *a priori*, o projeto sobre as “cotas” fez um apanhado histórico e sociológico dos temas e tragédias em que a questão raça teve forte relevância. O objetivo era refletir com os alunos sobre o tema das cotas e pensar sobre a constituição do pensamento social sobre raça no Brasil, a partir de autores clássicos.

Já o segundo trabalho pedagógico, realizado em 2014, possibilitou o contato direto com Manoel Bomfim, através do estudo de sua primeira publicação “A América Latina: males de origem” ([1905] 2005) (Ver anexos 1 e 2). Embora haja uma conexão temática entre os dois trabalhos pedagógicos, pois Bomfim trata a respeito de questões raciais, essa vinculação não era o objetivo desse segundo trabalho. A princípio, a motivação era aproveitar os jogos pan-americanos do Brasil, no Rio de Janeiro, para refletir a respeito da “América Latina”, seus problemas e especificidades. O objetivo era analisar com os alunos, em primeiro lugar, a própria construção do termo América Latina. Por exemplo, refletir sobre a pertinência de se afirmar que um determinado conjunto de países em particular da América formariam tal grupo em razão de algumas características em comum, muitas de conotação negativa. Analisar se esse é apenas um discurso enquanto potencial gregário para esses países ou seria, na verdade, um discurso que marginalizava as chamadas nações latinas em relação às demais, em especial, EUA e Canadá. Na fusão das experiências e leituras acumuladas por mim até aquele momento sobre o pensamento de Manoel Bomfim comecei a questionar o fato de o autor parecer destoar dos principais intelectuais de sua geração na forma de interpretar o Brasil.

O objetivo geral desta dissertação é analisar a trajetória e o pensamento de Manoel

Bomfim em relação à interpretação que o autor fez do Brasil, em um período em que as explicações raciais eram hegemônicas. Desta forma, esta dissertação buscará entender o quê e como o autor dialogava com tais ideias e propunha outro modo de explicar e resolver os problemas sociais do País. Através dessa análise, refletir a respeito das formas de afirmação intelectual no Brasil do entre século XIX e XX e seus principais debates. Em razão das discussões travadas, analisar o modelo de nação que era construído para o País.

A intelectualidade (MICELI, 2001)¹ brasileira da transição do século XIX para o XX estava muito ligada às teorias raciais. Em geral, prevalecia na época a justificativa que os problemas sociais da América Latina eram decorrentes da composição racial inferior de suas populações. Essas informações eram produzidas por instituições como academia e a imprensa que justificava e fazia circular naquele momento essas ideias de inferioridade (SCHWARCZ, 1993)². Naquele período de transição, os intelectuais tentavam dar resposta a uma séria demanda: explicar o atraso que o Brasil tinha em relação às nações mais “civilizadas” do mundo e buscar soluções para esse problema. Aquela geração, em particular, impeliu-se de tal tarefa. No entanto, as interpretações tangenciavam para duas direções: a primeira para uma espécie de condenação do Brasil a uma contínua subalternidade e, a segunda, a uma solução excepcional, que era o branqueamento.

É importante ressaltar que Bomfim foi um dos poucos intelectuais do período de transição do século XIX para o XX a criticar aqueles discursos raciais deterministas e, por conseguinte, as explicações e propostas dos seus colegas. Na elaboração de críticas ao modelo racial, Bomfim constituiu um conjunto de perspectivas e alternativas aos princípios raciais mais reacionários. Quando o fez, na prática, o autor desenhou uma forma particular de nação brasileira que, em tese, substituiu o imperativo do “melhoramento” racial pela perspectiva de criação de uma instrução pública, gratuita e de massa. Dessa maneira, constituiu Bomfim outro discurso e a “contrapelo”³ das tendências sustentadas pelos seus pares intelectuais. Desta forma, o autor propôs outra perspectiva de nação brasileira.

Com isso, uma problemática se apresentou como cerne da questão: Como se deu o

¹ O conceito de intelectualidade trabalhado nesta dissertação é o definido por Miceli (2001) em “Intelectuais à brasileira”.

² SCHWARCZ (1993) analisa como os princípios raciais ingressaram no Brasil através de suas instituições acadêmicas, tornando-se as grandes divulgadoras daquelas ideias.

³ REIS (2006) utiliza tal expressão, pouco comum em trabalhos acadêmicos, para enfatizar a posição contraditória de Manoel Bomfim em relação aos princípios raciais muito correntes em sua época.

diálogo de Bomfim com os modelos teóricos de base racial e com os pares intelectuais da época? O ambiente acadêmico e intelectual brasileiro estava bastante envolvido, por exemplo, na defesa do “branqueamento” – ação de caráter eugênico que propunha a melhoria da raça “mestiçada” brasileira. A partir de tais críticas, como Bomfim interpretou e propôs alternativas à nação brasileira? Afinal, como a trajetória de um jovem provinciano, médico por formação, professor e pensador a “contrapelo”, por convicção, ajudaria na compreensão da formação de uma intelectualidade, nas discussões que travaram e, partir delas, nas perspectivas de nação que produziram? Essas indagações foram fundamentais para a análise e desenvolvimento da presente dissertação.

Bernard Lahir (2004) em “Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais” enfatiza que os estudos de trajetória proporcionam uma reflexão a respeito das possibilidades e limites interpretativos das “carreiras” ou “biografias”. Tais estudos auxiliam na compreensão de como as experiências individuais influenciam, por exemplo, decisões pessoais, profissionais e/ou ideológicas, inserção em determinados circuitos, quer sejam eles políticos, intelectuais e de interesse. Nesse sentido, as ideias de Lahir, possibilitou pensar a trajetória de vida e intelectual do jovem provinciano Manoel Bomfim que foi a busca do principal centro do País, o Rio de Janeiro. A peculiaridade estava na condição de egresso de um grupo social urbano em ascensão econômica e sem a estirpe de uma tradicional classe proprietária rural. Elementos que certamente proporcionaram experiências diversas a Bomfim. Aspecto que certamente influenciou o autor na construção de um pensamento autônomo e controverso à voga dos seus pares.

Metodologicamente, a pesquisa para esta dissertação foi empreendida através do levantamento de material bibliográfico sobre Manoel Bomfim, já que houve razoável produção de material a respeito dele entre as décadas de 1990 e 2000. Concomitantemente a aferição de material produzido sobre Bomfim, a pesquisa bibliográfica permitiu observar as diversas perspectivas e em variados contextos nos quais o pensamento do autor foi objeto de estudo. Foram levantadas também algumas fontes primárias, em geral, de periódicos. Eles deram maior visibilidade ao contexto e detalhes sobre a trajetória do autor e de sua família. A produção do próprio Bomfim foi igualmente levantada. Apesar desse arrolamento, analisei apenas a obra “A América Latina: males de origem”, a reedição de

2005⁴. A pesquisa prosseguiu na busca de produções em torno de temas relacionados à pesquisa, por exemplo, contextualização histórica, intelectualidade, Darwinismo Social e nação. Todo o material foi fundamental para se analisar o pensamento do autor – Manoel Bomfim – em suas respectivas produções e construção de ideias. É importante salientar que essa primeira pesquisa também tornou viável se compreender como Bomfim utilizou determinadas categorias e conceitos analíticos, entre eles, em especial os ligados ao Evolucionismo⁵. Em razão de se tratar de uma dissertação, buscou analisar a obra “América Latina: Males de Origem”, a partir da análise do discurso tendo como base o pensamento de Michel Foucault (2014; 2008), tanto em “A ordem do discurso” quanto em “Arqueologia do saber”. Assim, as ideias desse autor ajudaram a captar os diferentes discursos debatidos na época, além de trazer à tona o contra-discurso produzido por Manoel Bomfim.

A perspectiva racial era defendida por boa parte da intelectualidade brasileira de fins do século XIX. Lilia Schwarcz (1993) em “O espetáculo das raças” (1993) analisa o ambiente intelectual brasileiro de virada do século XIX para o XX. Ela dá ênfase ao processo de penetração das ideias raciais nos discursos científicos. Nesse processo, ela apresenta a influência dos filósofos Ernst Haeckel e Herbert Spencer, que eram os mais citados entre os intelectuais brasileiros. Os principais meios de recepção, divulgação e sintetização daquelas correntes de pensamento europeia foram os museus, os institutos histórico-geográficos e faculdades (de medicina e direito). Ambientes receptivos, diletos e férteis às discussões e ao diálogo com a produção europeia. Através de publicações, exposições, conferências abertas ao público e formação acadêmica dos jovens, criaram-se diversos discursos. Sobre eles, pode-se afirmar que se tornaram a construção oficial da idealização da nação brasileira e, por conseguinte, a voga da época.

Partimos do pressuposto de Benedict Anderson (1989) que a nação é uma produção

⁴ No levantamento da pesquisa foi encontrado apenas um volume da primeira edição de “A América Latina” (1905), no acervo particular do Prof. José Aluísio Alves Filho. Em razão de ser material privado, de conservação delicada e de o Professor morar no Rio de Janeiro, não considereí viável ou ético o empréstimo ou fotocópia. No máximo, a título de exemplificação, solicitei a autorização do Prof. Aluísio para *scanear*, com equipamento manual e de luz de baixa intensidade, a capa da primeira edição. A Topbooks realizou mais duas edições de “A América Latina”, respectivamente em 1993 e 2005. Essa última edição foi a do ano do centenário da primeira publicação da obra (Ver anexo 2).

⁵ Na introdução de “Pensar e Dizer: estudo do símbolo e no Pensamento e na Linguagem”, Bomfim (2006) expressamente defende o Evolucionismo como o seu grande referencial teórico e analítico. A primeira edição dessa obra foi publicada em 1923.

imaginada que se constituem em certo tempo e espaço, através de ideias que se constroem hegemonicamente sobre elas. Além disso, a questão da nação está ligada ao campo das ideias nas mais diversas experiências políticas de institucionalização dos Estados. Por isso, os intelectuais, a cultura escrita e os meios de divulgação de informação de massa seriam os grandes responsáveis pela exposição do princípio de que determinados conjuntos de indivíduos possuem sentimentos que justificam a constituição e o pertencimento a uma nação, em virtude de distintas características que supostamente têm em comum. Anderson (1989) analisa como a ideia de nacionalismo e a sua construção enquanto sentimento de identificação de uma coletividade que foi construída ao longo do tempo no decorrer do século XIX e XX. Ou seja, como o conceito de nação é em si estabelecido e como se dá sua dinâmica a partir dos diversos contextos e sociedades, em especial, as Ocidentais. Tais informações podem auxiliar na reflexão sobre quem foi Bomfim neste debate sobre nação no Brasil.

É preciso destacar duas obras, em particular, sobre Manoel Bomfim. A primeira é “Pensamento político no Brasil, Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido” de Aluizio Alves Filho (1979)⁶. É o primeiro trabalho especificamente sobre Bomfim, lançado após sua morte em 1932, que já no título o categoriza como um “autor esquecido”. Ainda que existam trabalhos nos quais Bomfim é citado em algum parágrafo ou até capítulo, lamenta o Prof. Aluizio o período de literal invisibilidade pelo qual o intelectual sergipano passou. Desta forma, a retomada de Bomfim era necessária em razão da relevância de sua obra e pensamento. O outro trabalho é a biografia de Manoel Bomfim realizada por Ronaldo Conde Aguiar (1999). Ela é a mais completa pesquisa a respeito do intelectual até o presente e corresponde à tese de doutorado do seu autor. É o único material que traz a trajetória dos pais de Bomfim, infância e juventude do médico. Essas informações são

⁶ Informações obtidas em conversa com Prof. Aluizio Alves Filho, no Rio de Janeiro, em junho de 2016. O Professor recebeu-me para uma conversa sobre Manoel Bomfim. Foi um literal bate-papo, já que não programei nenhum roteiro de questões, preferi deixar a conversa apenas fluir. É interessante ressaltar que nela, o Prof. Aluizio narrou seu contato com Manoel Bomfim. Segundo o Prof., adquiriu “A América Latina: males de origem” (1905) em um sebo. O título lhe chamou a atenção. O autor era-lhe completamente desconhecido. A leitura inicial literalmente o “fiscou” já na introdução, pois Bomfim a chamou de “Advertência”. Nela, o médico avisa que: *“Um livro deve explicar-se por si mesmo; preliminares, prólogos, introduções, prefácios e outros antelóquios explicativos são geralmente ou excessivos ou incompletos. Todavia, há, muitas vezes, por fora do livro, nos motivos psicológicos da sua concepção, na história das ideias que ali se harmonizam, mais de uma advertência oportuna ao leitor, principalmente se trata de criticar e julgar gentes e fatos”*. (BOMFIM, 2005, p. 35). Era o prenúncio e a consciência do próprio autor dos impactos que suas ideias teriam naquele início de século XX.

importantes para compreender as características do grupo socioeconômico a que o autor pertencia e determinadas experiências que, certamente, influenciaram decisões e pensamento. Conde Aguiar (1999), em seu trabalho, muito bem contextualizou todos aqueles aspectos, no período entre o fim do século XIX para o XX. Esse período foi de grande efervescência no Brasil em diversas áreas. Vivenciou-se, por exemplo, as transformações sociais com a Abolição da Escravidão (1888), em grande medida influenciada por dinamizações da economia a impulsionar atividades mais urbanas. Já na política, houve a alteração do regime Imperial Monárquico pelo Republicano (1889). Toda essa concomitância de eventos estruturantes também perpassou pelo meio intelectual. Não só em razão da notória interconexão entre os diversos planos: político, econômico, social e intelectual, mas também em virtude de os intelectuais brasileiros serem, em muitos casos, políticos de carreira, membros de tradicionais famílias proprietárias ou, quando não, estarem ligados àquelas elites em uma tênue linha de definição entre ligação ideológica, dependência e/ou autonomia.

Para tal perspectiva, a princípio, utilizaremos a análise de Sérgio Miceli (2001) em “Intelectuais à brasileira” (2001), através do conceito *bourdieusiano* da “reconversão”. Ele afirma que os intelectuais brasileiros, em geral, são oriundos de tradicionais famílias proprietárias decadentes. A transição de um membro para “homens de letras” seria uma alternativa para manter ainda certo *status* dessa “velha” família. Bomfim não combina exatamente com essa categorização, já que era oriundo de uma família que não possuía tradição de ser proprietária e em ascensão socioeconômica. O que nos direciona a Lília Schwarcz (1998) em “As barbas do Imperador” (1998), já que ela afirma que as academias seriam ocupadas, sobretudo, por indivíduos de famílias abastadas. Muito embora, a intelectualidade não imperativamente tivesse que frequentar os bancos das faculdades da época, essa passagem era sim um dos caminhos à legitimação enquanto intelectual. Daí completa-se os meios para se analisar a relação de Bomfim entre experiência acadêmica, formação enquanto intelectual e origem socioeconômica. Muito embora seja uma questão entremeada à trajetória de Manoel Bomfim, é importante considerar os meios pelos quais o autor sergipano conseguiu criar ou se inserir em uma determinada rede de contatos. Essa rede possibilitou almejar determinados encargos ou posições que davam visibilidade e legitimação, neste caso, intelectual. Se a família não foi o veículo de Bomfim para se

inserir na intelectualidade brasileira, então ele utilizou outro elemento, que o pensamento *bourdieusiano* denomina de “capital social”. Para Pierre Bourdieu (2011-a) o “capital social” é o meio que o indivíduo dispõe para estabelecer uma rede de contatos. Essa disposição tanto pode ser constituída pelo indivíduo quanto pode ser anterior a ele, originária das relações de sua família, como no caso da “reconversão”, por exemplo. A rede de contatos permite a conquista de postos que refletiriam no estabelecimento de certo *status* social, ascensão política, econômica ou até intelectual. Eles, segundo Bourdieu (2011-b), representam outros modais de capitais, entre eles, o “Cultural” e o “Simbólico”. Os conceitos foram observados na obra “Escritos de Educação” (2011) que, embora a análise esteja contida em dois curtos capítulos, oferecem uma ótima perspectiva dos termos e ferramentas teóricas.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentarei a trajetória de vida de Manoel Bomfim. A partir dela será visualizado o contexto familiar e social do autor. Darei ênfase se de como possivelmente esse contexto influenciou na carreira de Bomfim, inicialmente, na sua escolha profissional e formação médica; posteriormente, na própria constituição do seu pensamento, pois esses aspectos são muito presentes na obra do autor. Entre essas obras, em especial, a que será analisada no terceiro capítulo desta dissertação: “A América Latina: males de origem”. Aquela ênfase concentrar-se-á, sobretudo, nas características e expectativas, em geral, concebidas à medicina, no Brasil de fins do século XIX. Além da experiência de Bomfim nas duas únicas instituições de ensino de medicina da época no País: as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Por fim, é importante refletir também a respeito da conjuntura político-econômica vivenciada pelo médico, tanto no plano local quanto no nacional. Por isso estabelecerei uma relação entre as diferentes conjunturas do Nordeste e Sudeste. Afinal, é preciso contextualizar que a principal atividade da província sergipana era a cana-de-açúcar. A província em si nem sequer era a grande produtora desse artigo. Somado a esse fato, havia ainda a questão de a cultura canavieira estar em crise no Brasil, naquele período de transição para o século XX. Portanto, a então província de Sergipe, estava essencialmente voltada para atividades agropastoris, era pouco dinâmica socioeconomicamente e expressiva, no plano político, em um cenário nacional.

No segundo capítulo, analisarei o pensamento de Manoel Bomfim em razão dos

principais debates do entre séculos XIX e XX. Como Bomfim posicionou-se em divergência a alguns deles, far-se-á também uma reflexão a respeito dos diálogos que foram produzidos, a partir das discussões da época. Muitos deles eram tensos, manifestando-se, sobretudo, através de aguerridas polêmicas na imprensa da época. Para se dar uma melhor perspectiva do momento daqueles debates e polêmicas e a participação de Bomfim neles, será necessário a sua contextualização do período. A princípio, há a ambientação histórica que refletirá sobre transição do regime monárquico para o republicano, que foi um grande debate do período; além da questão da liberação do “trabalho servil”. No entanto, focar-se-á na perspectiva do Rio de Janeiro como grande polo de atração do período, nos aspectos político, econômico e, em particular, cultural. Destacarei algumas instituições culturais da época, que foram responsáveis tanto pela divulgação das principais correntes de pensamento quanto da consagração de carreiras intelectuais, ou seja, o ambiente da época, no qual aqueles diálogos e disputas, que também era um exercício de poder da intelectualidade brasileira do fim do século XIX. A partir de tais perspectivas, perceberemos Manoel Bomfim como um intérprete brasileiro que, em seu momento, refletiu sobre as questões sociais, políticas e culturais relacionadas à Primeira República. A leitura que Bomfim empreendeu foi construída de uma maneira não muito usual para naquele período. Esse aspecto tanto na questão da contradição do pensamento controverso ao discurso corrente quanto percebendo o Brasil em conexão com o seu continente, que é a América Latina.

O terceiro e último capítulo fará uma análise mais detida da obra de Manoel Bomfim “A América Latina: males de origem”, que teve sua primeira publicação em 1905. Nela o autor desenvolveu os conceitos que trabalhou também em obras posteriores. Quer dizer, são os princípios do pensamento de Bomfim. “A América Latina” (1905) indubitavelmente inaugura o que se pode chamar de pensamento *bomfiniano*. A obra, basicamente, propõe-se a analisar a respeito do “atraso” dos países latino-americanos em relação às Grandes Potências da época. Essas potências, em geral, eram compostas pelos países industrializados do Ocidente Europeu e os EUA, que se tornara uma potência em franca ascensão. Bomfim refletiu, segundo ele, a respeito da ignorância geral que esses países manifestavam a respeito da realidade latino-americana. O intelectual analisou fundamentalmente as razões daquele atraso latino-americano na tentativa de compreendê-

los. Essas razões teriam origem tanto na forma de colonização quanto nas próprias características das nações colonizadoras do continente latino-americano. A forma de colonização produziu dois vícios: o “parasitismo” e o “conservantismo”. O primeiro é a maneira meramente exploratória como a colonização foi empreendida, com o objetivo de acúmulo rápido e predatório da riqueza disponível. O segundo é a característica que as sociedades constituídas tiveram em razão à “herança” colonial. Foram formadas elites coloniais que deram, posteriormente às emancipações políticas, origem às elites nacionais também “parasitárias” e, portanto, conservadoras. Ou seja, tais elites latino-americanas apenas reproduziram um modelo “explorador e predatório” ao qual são fortemente vinculadas, pois garantiria seus privilégios políticos e socioeconômicos. Essas características ocorrem em razão da “herança”, já que as populações ibéricas, as principais colonizadoras do continente americano, em seu processo histórico, configuraram-se nações guerreiras e aventureiras e, portanto, desapegadas ao trabalho produtivo e sistemático. Essa quase que literal denúncia é feita em uma linguagem de tom proximamente passional com forte característica de uma linguagem biologizante. A escrita de aspecto biológico justifica-se tanto pelo referencial teórico de Bomfim – o Evolucionismo – quanto por sua formação médica. O próprio título da obra “males de origem” e vários capítulos trazem analogias que com essa característica.

Além das causas, Manoel Bomfim objetivava também a solução dos problemas aos tais “males de origem” latino-americanos. Esse será outro ponto analisado no terceiro capítulo. As questões seriam resolvidas por um largo processo educacional, tanto humanístico quanto de instrução da população às atividades produtivas e sistemáticas. A concretização de tal proposta seria possível apenas através de institucionalização de uma instrução pública de massa e gratuita gerenciada e mantida pelo Estado. Bomfim embora estivesse ligado e utilizasse do Evolucionismo como ferramenta teórica, divergia das “soluções” da época aos problemas sociais latino-americanos, em geral, ligadas ao Darwinismo Social: o “branqueamento”, em especial. Mesmo assim, o médico não deixou de apresentar a característica de uma retórica civilizatória, conforme o Darwinismo Social e Positivismo, por exemplo. Tal aspecto se destacou porque os modelos de educação e a adequação ao trabalho, que o autor propôs, são aqueles justamente do universo das nações Europeias Ocidentais ou “civilizadas”.

CAPÍTULO 1 – ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA DE VIDA DE MANOEL BOMFIM

Este primeiro capítulo tratarei da família Manoel Bomfim. Essa necessidade se fez para compreender melhor a trajetória do autor e como ela influenciou inclusive na formação do seu pensamento. Por essa razão, é necessário refletir como Paulino José, pai de Manoel Bomfim, empreendeu uma extraordinária ascensão social de vaqueiro a comerciante bem-sucedido. Tal ascensão foi resultado não apenas de esforços pessoais, mas também de um não menos extraordinário casamento com a filha de comerciantes – Maria Joaquina, a mãe de Bomfim, e a conjuntura de estabilidade política e crescimento econômico do período do II Império Brasileiro. Esse conjunto de fatores auxiliaram na compreensão da trajetória do médico e intelectual sergipano Manoel Bomfim. Afinal, a sua origem social, como se verá mais adiante, é algo fora do habitual entre os intelectuais brasileiros da transição do século XIX para o XX. Tais questões serão, então, analisadas no subcapítulo inicial intitulado “De vaqueiro a comerciante”.

Um segundo subcapítulo, cujo título é “Um jovem decidido a estudar medicina”, analisará um pouco mais as experiências de adolescência e juventude. O contexto observado será mais local, pois objetiva refletir a respeito das perspectivas que um jovem, nas condições socioeconômicas de Bomfim, teria. É preciso destacar também, na compreensão da trajetória do autor, a conjuntura nacional e o local que vivenciou. Na visão e perspectiva de Paulino José, o seu filho cumpriria uma espécie de certo destino que, na verdade, era seguir nos negócios da família. Porém, Bomfim quebrou essa premissa com sua tenaz decisão de estudar medicina em Salvador. Aproveita-se, então, para se analisar sucintamente as características da educação em Sergipe, daquela segunda metade do século XIX. O objetivo é compreender sobre quais prováveis condições e influências Bomfim teve em seus primeiros estudos.

Há, então, a tessitura do último subcapítulo: “A Instrução em Sergipe no século XIX”. Essa última parte se justifica para se visualizar a realidade da Educação, no período de Bomfim. Desta forma, analisar-se-á sobre o contexto da Educação tanto na preparação

do jovem aspirante de medicina quanto na possível influência sobre o futuro professor. Assim, torna-se viável revelar as circunstâncias certamente experimentadas pelo jovem Bomfim. Além, é claro, das influências familiares no gosto do autor pela leitura e pelos estudos e uma indagação, a mais plausível que se possa conjecturar para a escolha da medicina.

O capítulo 1, portanto, e suas respectivas subdivisões foram de tal maneira organizada para proporcionar uma leitura mais objetiva e direta da trajetória inicial de Manoel Bomfim. Uma espécie de sequência cronológica: família, infância/juventude e vida adulta. Isso para se melhor ponderar a respeito das perspectivas de suas experiências, origem, contexto e construção individual.

1.1. A ASCENDÊNCIA DOS BOMFIM

Manoel José do Bomfim nasceu em Aracaju, na então província de Sergipe, em 08 de agosto de 1868⁷ (Ver anexo 3). Ele foi o sexto filho, de um total de treze⁸, do casal Paulino José e Maria Joaquina. O pai de Bomfim era um ex-vaqueiro da região do Carira, sertão de Sergipe. Ele ascendeu economicamente através do comércio. Já sua mãe, Maria Joaquina, era oriunda de uma família de comerciantes portugueses, estabelecidos na cidade de Laranjeiras, zona da mata e importante área canavieira da província. Ainda que o nível da situação socioeconômica da família de Maria Joaquina não seja expressamente claro é razoável supor que o matrimônio entre um vaqueiro e uma filha de comerciantes parecesse pouco provável de se concretizar. A biografia sobre Manoel Bomfim, de Aguiar (1999)⁹,

⁷ Todas as referências biográficas sobre Bomfim apontam sua data de nascimento para 08/08/1868. No entanto, a cópia do Batistério de Manoel Bomfim, sob a guarda do Memorial de Medicina da Bahia, que faz parte do conjunto de documentos apresentados pelo sergipano para a sua matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia, informa uma data de nascimento diversa. Na cópia do Batistério consta que Manoel Bomfim foi batizado em 16/05/1867 aos oito dias de nascido, portanto, o nascimento seria em 08/05/1867. Livro de Matrícula – 1.ª Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. 24/03/1886. AC: 339. Por se tratar de uma questão secundária, longe dos objetivos desta dissertação, será alvo de investigação posterior. No entanto, é possível especular que ou houve um erro na data de nascimento, que foi simplesmente reproduzido pelos estudiosos de Bomfim ou o erro estaria na cópia do batistério, que foi simplesmente ignorada pelo seu portador.

⁸ Informa-se que foram excluídos da contagem os natimortos e aqueles que não chegaram a completar seis meses de vida. (AGUIAR, 1999, p. 81)

⁹ Ronaldo Conde Aguiar produziu uma biografia de caráter sociológico sobre Manoel Bomfim. O trabalho foi sua tese de doutorado, que foi publicada pela Topbooks e ANPOCS em 1999. É a única fonte secundária, até

chama atenção para o fato, sem, contudo verticalizar a questão, pois não era o seu objetivo. Muito embora, esse também não seja o objetivo desta dissertação, far-se-á uma pequena análise a respeito, no intuito de melhor definir a origem e condição socioeconômica de Manoel Bomfim. Visto que tem uma significativa importância na análise da trajetória do intelectual. Afinal, é preciso compreender essa sua condição de origem no contexto no qual viveu.

No caso do matrimônio, excluindo-se a visão romântica, ele é apenas um contrato determinado pelos interesses da família dos noivos e as convicções sociais vigentes em cada período. Na tradição patriarcal de Sergipe do século XIX, o *chefe de família* ou o *pai* estava socialmente legitimado a determinar com quem seus filhos se casariam (TRUZZI, 2012; PIMENTEL, 2005)¹⁰. Os interesses poderiam ser diversos para que o *chefe de família* consentisse e até buscasse determinado matrimônio. Haveria fatores econômicos, políticos, sociais, religiosos e étnicos, entre outros, envolvidos. Na verdade, o casamento era uma das possibilidades de as famílias estabelecerem entre si uma relação, que é conceituada como *capital social* por Pierre Bourdieu (2011-a). O sociólogo francês a define como um conjunto de recursos *atuais e potenciais*, que pode ser *institucionalizados ou não*, de grupos ligados por uma rede de relações. Elas são o “(...) produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente, (...) diretamente orientada para a produção ou reprodução de relações sociais utilizáveis de curto ou longo prazo.” (BOURDIEU, 2011-a, p. 68). Para o sociólogo, essas relações se estabeleciam, por fim, através de certo caráter de *valor de troca*, que não era imperativa e unicamente a material.

o presente, que levantou dados sobre a origem familiar, a infância e a juventude de Bomfim. Ver também: BLAKE, 1970, p. 134-135; GUARANÁ, 1925, p. 402-404; VELHO SOBRINHO, 2000, p. 267-277. Esses outros trabalhos são, em geral, obras de referência.

¹⁰ O artigo de Oswaldo Truzzi (2012) dedica-se a refletir sobre os “padrões de nupcialidade”, entre 1860-1930, em particular, no município de S. Carlos, cidade do interior de São Paulo, da zona cafeeira. Esses padrões são analisados a partir do ingresso de várias correntes de imigrantes, sobretudo, italianos. Conclui a pesquisa que as uniões tendiam, a princípio, a manter certo padrão étnico, tanto por parte dos brasileiros quanto dos imigrantes. Tal aspecto, flexibiliza-se em relação a algumas nacionalidades e à proporção que os imigrantes foram assimilados à sociedade paulista da época. Havia ainda certas restrições a negros e não-europeus, que também se flexibilizou em certa medida e a um prazo mais longo. Já o artigo de Helen Pimentel (2005) trata do período colonial setecentista, da região aurífera mineira. A autora reflete a respeito da imposição da Igreja católica em normatizar as práticas de casamento, que foi corroborado pelas autoridades coloniais portuguesas. Além da imposição de todo um cerimonial e burocracia por parte da Igreja, determinavam-se toda uma série de restrições, inclusive de caráter étnico. Apesar de ambos os artigos tratarem de espaço geográfico e período distintos, eles auxiliam na compreensão da excepcionalidade dos casamentos dos pais de Manoel Bomfim ao mostrar diferentes padrões de matrimônio no Brasil. Padrões esses que em comum limitavam uniões de indivíduos de diferentes caracteres sociais, econômicos, étnicos, religiosos etc.

A troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo limites, isto é, os limites além dos quais a troca constitutiva comércio, comensalidade, casamento, não pode ocorrer. (BOURDIEU, 2011-a, p. 68).

Ao analisar em “A vida patriarcal em Sergipe” aspectos da vida da elite proprietária sergipana do século XIX, Orlando Dantas (1980) exemplifica de certa maneira os argumentos de Bourdieu:

O patriarcalismo predominou na época da Colônia, do Império até meados do século XX, sobretudo entre os senhores de engenho do Nordeste brasileiro. Os chefes das famílias exerciam um poder absoluto sobre os filhos, procurando através dos casamentos o patrimônio econômico das mesmas. Eram enlaços matrimoniais de interesse. Muitas vezes as noivas desconheciam pessoalmente os seus futuros esposos. Na época, as viúvas ricas eram disputadas pelos poderosos da redondeza. O comendador Botto casara-se com duas irmãs, ambas viúvas, ricas e filhas de Dias Melo, o Barão de Itaporanga. O Dr. Fernandes de Barros casou-se com a viúva do Capitão-mor José de Barros Pimentel, dos engenhos Jesus, Maria, José, em Laranjeiras, e Mato-Grosso, em Maroim. (DANTAS, 1980, p. 32-33)

O autor deixa muito claro a premência do interesse econômico nos casamentos entre membros da elite sergipana. Não descarta em si, em sua análise, que essas uniões incluíam provavelmente também fatores, por exemplo, como *status* e alianças de poder político. Descreve os pontos conceituais *bourdieusianos*: há um *valor de troca* que, para Dantas (1980) é quase que exclusivamente econômico. Em razão desse *valor de troca*, há agora a demarcação dos *limites* entre os *grupos* que se reconhecem. Os matrimônios, portanto, ocorreram entre membros de uma classe proprietária que, basicamente, objetivava com essas uniões a ampliação de seus respectivos patrimônios, entre outros privilégios.

Os pais de Bomfim, Maria Joaquina e Paulino José, eram indivíduos socioeconomicamente distintos, de grupos que provavelmente não se reconheciam. Por isso, julga-se duvidoso, a princípio, haver entre eles uma possibilidade razoável de existir um *valor de troca*. Fato que os colocaria além dos *limites* de seus respectivos grupos. Aguiar (1999) reflete sobre a questão da seguinte forma:

A julgar não só pela diferença de idade entre os dois, mas, principalmente, por suas origens sociais tão diferentes, seria natural imaginar que Paulino José e Maria Joaquina tivessem, entre si, mais incompatibilidades que gostos e interesses comuns. E é isso o que torna surpreendente saber que os dois viveram juntos, em relativa harmonia e paz domésticas, por quase quarentas anos (AGUIAR, 1999, p. 75)

Pouca página à frente informa a respeito da condição de viúva da mãe de Bomfim antes de casar com seu pai. “O primeiro marido de Maria Joaquina morrera (provavelmente de cólera) quando ela ainda tinha vinte e um anos de idade. Não chegariam a comemorar o primeiro aniversário de casamento, nem tiveram nenhum filho” (AGUIAR, 1999, p. 77). Reis (2006) ressalta essa questão da seguinte maneira ao afirmar que Manoel Bomfim era filho de “(...) um vaqueiro, que se tornou comerciante ao ter a sorte de se casar com uma viúva rica” (REIS, 2006, p. 184). Mesmo que se considere que Maria Joaquina não fosse da classe proprietária, mas sendo uma *viúva rica*, segundo Reis (2006), ela indefectivelmente seria cortejada por diversos pretendentes poderosos, interessados em sua herança, segundo Dantas (1980). Então, por que em razão desse fato de e todas aquelas *incompatibilidades* esse matrimônio aconteceu?! Por que ela casou com um vaqueiro?! A conjectura mais simples é a que supõe dúvida sobre as condições ou nível material da família de Maria Joaquina. É possível considerar que o nível econômico fosse ou não estivesse em um patamar tal a atrair pretendentes de grupo social congênere. Tal perspectiva tornaria o matrimônio entre a filha de comerciantes e um vaqueiro mais fiável.

O vaqueiro e a filha de comerciantes, pais de Bomfim, casaram-se na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, matriz de Laranjeiras, aproximadamente em 1858. Logo após o casamento, conforme haviam decidido, mudaram-se para Aracaju. Na nova capital da província, fundada em 17 de março de 1855 (PORTO, 1991)¹¹, adquiriram um sobrado na Rua da Aurora (atual Av. Ivo do Prado). Na parte superior havia a habitação e, no térreo, foi instalada a *Bomfim & Cia.*. O casal a transformou em um estabelecimento bem sortido, movimentado e lucrativo. Os lucros do comércio com a *Bomfim & Cia* permitiram uma estabilidade talvez jamais sonhada antes por Paulino José. O que possibilitou também a

¹¹ Pequeno ensaio, publicado sob o formato de brochura, que resume tanto a problemática para a fundação da nova capital de Sergipe quanto o seu difícil começo. A respeito dos anos iniciais de Aracaju, ver também Aguiar (1999, p. 51-57), pois no capítulo I, intitulado “Aracaju, segunda metade do século XIX”, o biógrafo de Bomfim também reflete sobre Aracaju em seu começo, mostrando-a como área nova, tanto aberta a diversas possibilidades quanto carente de diversos recursos.

expansão e diversificação dos negócios dos Bomfim. Foram adquiridos diversos imóveis e sumacas¹² (para fins de aluguel). Com algum tempo e condições financeiras mais que confortáveis, o pai de Bomfim comprou um pequeno engenho no Quissamã¹³, em 1867. Era a realização do sonho, certamente jamais tencionado, de almejar algum *status* de proprietário canavieiro. Foi algo inequivocamente extraordinário para um indivíduo de origem muito humilde, um modesto vaqueiro. Em concomitância à conquista da segurança financeira, Paulino José e Maria Joaquina formaram sua família. Manoel Bomfim nasceu nesse momento quando sua família estava dedicada à atividade urbana do comércio e gozava de uma boa situação financeira. (AGUIAR, 1999, p. 75-93).

A contextualização a respeito das origens familiares de Manoel Bomfim é muito importante para este trabalho, para se refletir sobre a trajetória dele. Segundo Lahire:

De alguma maneira, cada indivíduo é o “depositário” de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos (dos menores aos maiores) e em diferentes formas de relações sociais. (LAHIRE, 2004, p. XI).

Os Bomfim desfrutavam de privilégios econômicos, mas não tinham a estirpe e o *status* social elevado de uma família proprietária tradicional. Em palavras de Reis (2006), ele define socialmente Manoel Bomfim como “(...) filho de um personagem novo do Nordeste, exterior ao mundo açucareiro, e muito bem-sucedido, um vaqueiro, que se tornou comerciante (...)” (REIS, 2006, p. 183). Essas características socioeconômicas certamente tiveram influência sobre a trajetória de Manoel Bomfim e serão analisadas em diversos momentos desta dissertação, quando pertinente. O intelectual e sua família representavam uma espécie de fronteira social (HANNEZ, 1997, p. 15). Eram *novos ricos*¹⁴ em um país e, em especial, em uma região em que tradicionalmente famílias proprietárias rurais tiveram grande domínio. Elas constituíam o *status* social mais elevado

¹² As sumacas eram pequenas embarcações a vela que serviam para o transporte de açúcar, sobretudo, por serem manobráveis nos portos de barra, estreitos e rasos pelo assoreamento, tão comuns em Sergipe. (ALMEIDA, 1985, p. 24-25).

¹³ O atual povoado do Quissamã fica na região da zona da mata, fronteira entre os municípios sergipanos de N. Sr.^a do Socorro e S. Cristóvão, que dista de Aracaju aproximadamente uns 14 Km.

¹⁴ Aqui apenas uma analogia ao termo “novo rico” sem necessariamente conter aquela conotação negativa usualmente associada ao termo. Apenas um marco historicamente anacrônico de comparativo e de identificação social.

daquela sociedade eminentemente patriarcal e agropastoril. A ascensão dos Bomfim expressa de certa maneira as transformações ocorridas no Brasil, a partir da década de 1860, com o avanço de forças produtivas capitalistas e o papel cada vez mais secundário da região Nordeste e de sua atividade tradicional a cana-de-açúcar.

O avanço daquelas forças produtivas capitalistas significava a consolidação da região Sudeste como centro dinâmico do País, através da cultura cafeeira. Por sua vez, o papel secundário da região Nordeste, analogamente, está associado ao declínio da atividade canavieira. Ambas as primárias tinham entre si características semelhantes, a exemplo de serem efetivamente atividades agroexportadoras, baseadas na posse da terra e com uso da mão de obra escrava (havendo distinção, nesse aspecto, na cafeicultura do Oeste Paulista). Ambas as culturas, também, proporcionaram o surgimento de elites aristocratizadas, de elevado *status* e ocupando os principais encargos administrativos de Estado. A grande divergência está no aspecto modernizador do café, sobretudo em São Paulo, apesar de suas características conservadoras, em termos de estrutura econômica e fundiária. Ainda assim, o café viabilizou uma série avanços como, por exemplo, ferrovias, sistema bancário, telégrafo e o urbanismo. Havia, em certa medida, uma *modernização conservadora*, já que a estrutura de dependência agroexportadora não foi rompida nem, em si, houve uma integral transformação das elites proprietárias, mas uma estruturação em outro contexto. (GUIMARÃES, 197-?; PRADO JR., 1972; PINTO, 1982, p. 126-145)¹⁵.

Como os Bomfim poderiam então representar transformações, já que se encontravam em um espaço regional em declínio? Para isso é preciso refletir que o declínio da economia canavieira do Nordeste ocorria em concomitância ao avanço das atividades urbanas e comerciais. Tal aspecto não quebrou completamente a estrutura socioeconômica da região, mas abriu espaço para indivíduos como pai de Bomfim. Esses fatores, na prática, significaram, em certa medida, a modernização da região, embora, ela tenha ocorrido de maneira muito menos dinâmica do que no Sudeste. Nesse aspecto das distintas dinâmicas

¹⁵ Virgílio Noya Pinto (1982) apresenta a evolução do quadro de exportações brasileiras durante o século XIX. Nele, percebe-se que basicamente as exportações eram preenchidas por artigos primários, variando apenas o percentual que determinado produto possuía de um decênio para o outro. Essa alteração, por vezes, significou a alteração da importância de determinado produto nas exportações brasileiras, a exemplo, do açúcar e do café. As duas tabelas, que fecham o quadro completo do século XIX, foram consultadas respectivamente nos seguintes títulos: N. W. Sodré. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964. p. 78. & PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. IN: Carlos Guilherme Mota (org.). **Brasil em Perspectiva**. 13.^a ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 126-145.

regionais, a singularidade local da província de Sergipe foi muito bem sintetizada pela frase de outro médico e intelectual sergipano Felisbello Freire (1977): “Antes do sergipano ser lavrador, foi pastor” (1977, p. 176). O processo histórico do povoamento de Sergipe, em fins do século XVI, foi baseado na conquista territorial e na instalação da criação de gado bovino. Segundo Nunes:

A pecuária tornou-se, inicialmente, a mais importante atividade dos colonos, que, (...), foram ocupando a terra no sentido sul-norte, a partir das margens dos rios Real e Piauí. (...) A cultura canavieira chegou depois, a partir de 1602, (...) inicialmente, pelas terras férteis da Cotinguiba, denominação que tomou a região banhada pelo baixo curso do rio Sergipe e seu afluente o Cotinguiba. (NUNES, 1989, p. 29).

O gado, atividade inicial do pai de Bomfim foi a economia básica da província por dois séculos. A cana-de-açúcar só tomou corpo de produção em grande escala comercial, em Sergipe, entre os fins do século XVIII para o XIX. O grande momento do açúcar, na província *sergipense*, foi no XIX, quando a cultura canavieira, no cenário nacional, já havia assumido um papel secundário. Ainda assim, o gado era uma importantíssima atividade *acessória* à cana, confirmando as características que a pecuária havia tomado em outras províncias do Brasil. Nessa relação cana *versus* pecuária, a primeira, “(...) em sua ação monopolizadora (...) reservara para si as melhores terras disponíveis” (PRADO JR., 1972, p. 43). Elas basicamente eram as da zona da mata, mais próximas ao litoral, férteis e com boa regularidade de chuvas. Condições imperativas ao desenvolvimento canavieiro. Ao gado “Havemos de observá-lo em todos os caracteres que [o] acompanham: o seu lugar será sempre de segundo plano. (...) A começar pela sua localização.” (PRADO JR., 1972, p. 44). À medida que os canaviais avançavam sobre as terras férteis da zona da mata sergipana, empurravam o gado cada vez mais para o interior, para áreas do sertão.

É preciso considerar, na relação cana *versus* pecuária, os vínculos de trabalho. No primeiro, a unidade produtora e manufatureira, havia um conjunto de trabalhadores livres, alguns com ofícios específicos, e um grande número, por vezes, de escravos de origem africana. A escala que a cana assumiu no Brasil, assim o exigiu e construiu tais características. No caso do gado, a experiência do trabalho é outra em razão das distintas características. A pecuária, enquanto atividade extensiva, praticada em rincões do interior, não necessariamente voltada à exportação e era de baixa lucratividade, tinha um modelo de

trabalhador completamente diverso ao da cana. Guimarães (197-?) afirma que “A natureza do trabalho nos currais, a ausência de proprietário¹⁶, a impossibilidade mesma de uma vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim, o sistema de produção da pecuária não exigiria trabalho escravo, (...)” (GUIMARÃES, 197-?, p. 69) a uma espécie de sistema semi-capitalista. O vaqueiro mantinha com o proprietário uma relação próxima ao interpessoal e era *remunerado* através de um sistema não-monetário, pois o proprietário pagava “(...) o vaqueiro, que é quem dirige os estabelecimentos, com ¼ das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas as cotas de todos eles.” (GUIMARÃES, 197-?, p. 70). Tal característica decorre, entre outros aspectos, do baixo rendimento da atividade, mas que, em contrapartida, era um dos fatores que contribuiu para o povoamento do interior do Brasil. Afinal, ela possibilitava, em alguns anos, que um vaqueiro se tornasse um pequeno pecuarista, reproduzindo currais cada vez mais fundo no território brasileiro.

Outro aspecto muito expresso a respeito dos vaqueiros são os tipos humanos e suas características. Guimarães (197-?) afirma que, em geral, “O índio [foi] mais amplamente utilizado (...)” (GUIMARÃES, 197-?, p. 69), em razão de aqueles aspectos de atividade da pecuária ter baixa remuneração, fato que dificultava a aquisição de escravos. Era oneroso, e o trabalho ocorria em localidades, vastidões, onde a vigilância direta seria muito difícil. Quando narra a aparência do pai de Bomfim, Aguiar (1999) assim o define:

Paulino José era, por assim dizer, um exemplo do sertanejo arquetípico, embora tivesse a pele um pouco mais clara que o tipo médio do homem do sertão. Baixo, magro, ossudo, cabelos curtos e crespos, muito pretos, as zigomas proeminentes no rosto imberbe (usava um ralo bigode), sugeria possuir nas veias a indefinível porção de sangue indígena, herança que nem mesmo ele saberia indicar, com um mínimo de certeza, a proporção e a origem. (AGUIAR, 1999, p. 75-76)

O *arquetípico sertanejo* é descrito como um mestiço, em geral, de grupos combinados ao indígena, fato bastante usual na literatura acadêmica, que trata da formação da população brasileira. A historiadora Nunes (1989) descreve que “O primeiro levantamento completo da população sergipana, feito em 1808 por D. Marcos de Souza, (...) apresentava a distribuição em 28,1% de brancos, 27,62% de pretos, 1,99% de índios e

¹⁶ Leia-se “ausência do proprietário” na perspectiva de que vários deles não residiam nem frequentavam regularmente esses estabelecimentos, sobretudo, quando os currais pertenciam a grandes proprietários estabelecidos no litoral.

42,28% de raças combinadas” (NUNES, 1989, p. 207)¹⁷. Quase metade da população era de *raças combinadas* ou mestiças. Paulino José, portanto, seria um representante simbólico de tal característica, não se distinguindo nesse aspecto. Ao descrever, agora a mãe de Bomfim, Aguiar afirma que “Maria Joaquina era uma mulher bonita, de corpo cheio, baixa como Paulino José, os cabelos ondulados e castanhos claros, quase louros. Os quais seriam herdados pelo seu filho Nezinho”¹⁸ (AGUIAR, 1999 p. 77).

Nesta argumentação a respeito das origens de Manoel Bomfim, em que se reflete sobre sua condição de indivíduo *socialmente novo* na tessitura tradicional do Nordeste brasileiro, surge agora a questão étnica ou de raça do intelectual Bomfim. Através do senso comum, talvez se considere lógica a característica miscigenada do pai de Bomfim, por condição socioeconômica oriunda de *homem pobre livre*. Por conseguinte, talvez se considere igualmente lógico que as elites proprietárias, em especial a açucareira, tivessem origens mais homogêneas etnicamente. Um discurso construído pelas próprias elites, com o objetivo de salvaguardar seus interesses e privilégios, distinguindo-os das camadas sociais mais baixas. No período Colonial, a ideia de *pureza* estava mais ligada aos princípios de *fidalgia* do que necessariamente de raça. Esse aspecto surge no século XIX com o Evolucionismo, de Charles Darwin, e o Darwinismo Social, por exemplo. A partir das teorias raciais, as ideias de *pureza e superioridade* raciais tornaram-se mais significativas em virtude, entre outras razões, do seu caráter supostamente *científico* que, na transição do século XIX para o XX, tornara-se mais socialmente legítimo. No entanto, pode-se refletir a respeito de prováveis analogias entre as duas perspectivas, já que tiveram objetivos e consequências mais ou menos comuns, haveria: a) a afirmação de privilégios; b) a distinção social; e c) a monopolização de recursos diversos que possibilitariam transformações estruturantes.

Muito embora trate daquelas questões mais ligadas à ideia de *fidalgia* e no período colonial brasileiro, “O nome o sangue” de Evaldo Cabral de Mello (2009) revela em suas análises as perspectivas de possíveis analogias entre o ideal de *fidalgia* e o de *raças*. A tese central trabalhada pelo historiador são as formas pelas quais determinadas famílias

¹⁷ Nunes (1989) apresenta uma tabela, na qual o primeiro levantamento da população sergipana, feito em 1808, por ordem de D. Marcos de Souza. Nesse material há menção da variação de grupos étnicos de Sergipe na época (NUNES, 1989, p. 207).

¹⁸ Apelido da infância, que Manoel Bomfim tinha entre os familiares. (AGUIAR, 1999, p. 88)

proprietárias de Pernambuco utilizavam de certas artimanhas genealógicas para ingressar ou receber nomeações nobiliárquicas. Elas, além de trazer grande prestígio social, capacitavam seus membros a importantes encargos administrativos. As artimanhas genealógicas eram necessárias para se evitar a revelação dos chamados *defeitos*, que poderiam ser de *sangue* ou *mecânicos*. Os tais *defeitos* nada mais eram do que descendências desabonadoras, que impossibilitariam o recebimento das desejadas titulações. “[Defeito] de sangue [quando] se descendia de mouro, judeu, preto ou índio ou se incorria no defeito mecânico, vale dizer, se era filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual ou se vivera ele próprio desse mister.” (MELLO, 2009, p. 23). As avaliações dos *defeitos* dependiam de fatores diversos: família, influência, poder econômico, instituição avaliadora, em determinado contexto de época etc. Segundo Mello (2009), o *defeito mecânico* estava mais ligado à *distinção de classe*. No contexto do Brasil Colonial, a conceito separava quem era proprietário de quem não era e que, por isso, tinha que trabalhar duro pelo seu sustento. Já o *defeito de sangue*, era considerado o mais grave pelo historiador pernambucano, pois conotaria *distinção racial*. Afinal, suas intenções eram afastar indivíduos que não fossem europeus ou seus descendentes e os não-cristãos. Ou seja, o *defeito de sangue* era, na verdade, uma herança indesejada ou que se construiu sobre ela uma prenoção pejorativa (MELLO, 2009, p. 26, 30 e 32). Semelhante, na prática, ao preconceito racial, já que para esse último havia a possibilidade também de heranças desabonadoras, mas quando adquiridas de *raças degeneradas*. É bastante nítida a analogia, mas obviamente de contextos muito diversos. Na perspectiva da *fidalgia*, a *pureza de sangue* estava associada a uma linhagem ancestral a qual um indivíduo pertenceria. Ela seria legitimada através desde questões de *status* até de caráter religioso. Já na perspectiva da *raça*, o elemento chave de distinção dos indivíduos fazia-se através da inferência *científica*, que determinava a divisão da humanidade em raças e uma hierarquia entre elas. Ou seja, ambos os conceitos – *fidalgia* e *raça* – estabeleceram, em perspectivas e meios vários, formas de separação das pessoas em camadas e condições sociais que alienavam privilégios de uns em favor de outros. Muito embora, a grande diferenciação que o critério de raça se utilizava era do discurso de ser imparcial. Isso, porque os critérios de divisão se baseariam em *comprovações científicas*, portanto, não seriam arbitrários (SCHWARCZ, 1993)

As táticas para se evitar a *mácula* à família eram várias. Destacar-se-ão duas em particular, a título de exemplificação e de reflexão de interesse para esta dissertação. A primeira era mascarar a linha central da genealogia, dando ênfase em algum ramo colateral da família, quando havia a possibilidade de existência de algum *defeito*. A outra era o casamento para se *limpar* a *mácula* de um determinado ramo (MELLO, 2009, p. 26-27). Então, nesse ponto, é necessário realizar retomada do conceito *bourdieusiano* do *capital social* e o *valor de troca*. O casamento para se *limpar* algum *defeito* da família imperativamente dependia das relações que grupo tivesse ou constituísse para tal fim. Essas relações, como visto, seriam possíveis através de certo *valor de troca* do qual a família dispusesse. Fica inteligível que já havia no Nordeste brasileiro uma tradição de casamentos arranjados, entre as famílias proprietárias ou *açucorocratas*. Matrimônios que não se restringiram, como visto, aos fatores econômicos que Dantas (1980) tanto salientou entre as elites proprietárias sergipanas do século XIX. Aquelas uniões eram uma prática arraigada. A continuidade dela, mesmo que contexto em que a cana não gozava mais do protagonismo de outrora na economia brasileira, é algo cuja prática é bastante razoável de se observar. Ela se tornou uma cultura reiterada.

Manoel Bomfim está ligado, portanto, a uma origem familiar e de caráter social bastante modesta. A mãe do intelectual, Maria Joaquina, era filha de comerciantes, mas provavelmente sem grande fortuna ou *status*. Em razão de tal aspecto, possivelmente, se explica a concordância da família dela em seu casamento com um vaqueiro. O pai de Bomfim, Paulino José, era um trabalhador braçal, de baixo extrato social e mestiço. Após o casamento de ambos, eles se estabelecem na nova capital da província de Sergipe, Aracaju. Onde se dedicaram a atividade comercial, na qual foram bem-sucedidos. Tal aspecto foi possível não apenas em razão da dedicação ao trabalho, mas também de uma conjuntura político-econômica favorável. Manoel Bomfim, pode-se dizer, nasceu em uma família abastada, mas sem qualquer traço de linhagem. Apesar daquela conjectura favorável brasileira e da abastança da família do autor, ainda sobreviviam certas características tradicionais na sociedade brasileira. Esses privilégios eram, em especial, usufruídos pelas camadas proprietárias rurais ou a elas ligadas. Bomfim foi um elemento representativo da gradual alteração daquelas características, mesmo que não necessariamente estruturais. Sua composição de ideias e ações, sua trajetória enfim, expõe as alterações, em diversos meios,

do Brasil do século XIX para o XX. Sua teoria representaria, então, as questões dessa origem e trajetória, incluindo as implicações raciais, pois Manoel Bomfim era de origem étnica e social controversa para o meio no qual se inseriu em relação à sua contemporaneidade. Ao criticar os preceitos mais discriminatórios das teorias raciais, ele criou e defendeu um discurso do qual também fazia parte.

1.2 UM JOVEM DECIDIDO A ESTUDAR MEDICINA

Ainda que pareça paradoxal refletir sobre as razões e conjecturas que levaram Manoel Bomfim a cursar medicina, *a priori*, transita pela compra do engenho realizado pelo seu pai. Quando a situação financeira permitiu, Paulino José adquiriu um engenho em N. Sr.^a do Socorro, município vizinho a Aracaju. Ele foi adquirido em 1867 e vendido pela família em 1918, em virtude de problemas financeiros. Em um primeiro momento, é preciso considerar o valor simbólico da aquisição do engenho por um ex-vaqueiro. Isso, não necessariamente, significa dizer que a compra e a permanência da propriedade entre os Bomfim não tivesse um objetivo de exploração comercial a fim de se obter lucros, mas é necessário recordar que a cultura canavieira foi a mais importante atividade econômica de Sergipe, durante o século XIX até os princípios do XX. Do último quartel do século XIX em seguida, a cana enfrentou sérias dificuldades. Então, a questão financeira não foi o único elemento que se possa considerar na compra de um engenho. Há o valor social simbólico. Para se entender isso, é preciso, anteriormente, compreender certos aspectos da formação do Brasil enquanto uma sociedade cujo topo da pirâmide social era essencialmente composta por proprietários de terra. A posse da terra era um marcador social importantíssimo, já que ao longo da história do País, desde a Colônia até a década de 1930, ele foi basicamente um território agroexportador. Os primeiros e, quiçá, os mais tradicionais proprietários rurais foram os Srs. de Engenho, sobretudo, do Nordeste brasileiro. Tal aspecto simbólico foi muito bem conceituado por Antonil, ainda no século XVII, pois afirmava o religioso que:

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de

engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. (ANTONIL, 2013, p. 80)

Ainda que a obra de Antonil trate de um momento dois séculos anterior ao do pai de Bomfim, ela justamente marca o período de consagração da imagem dos Srs. de Engenho. Embora a cana-de-açúcar, nos dois séculos seguintes não fosse mais uma economia tão destacada, a mística do poder e do *status* do Sr. de Engenho permaneceu. Para Dantas (1980), essa perspectiva assinala que os Srs. de Engenho eram mais revestidos de privilégios sociais do que econômicos. O *ser* Sr. de Engenho era, como bem exemplificam e conceituam os autores, algo desejado em razão, entre outras, do grande privilégio social que implicava. Com ele, havia o exercício certamente de um poder, ainda que em um nível mais local, talvez restrito à propriedade ou a uma pequena região. Era um universo imenso em meios e possibilidades de legitimação daquele desejado *status* social. Dois séculos depois, o próprio Paulino José concretizou, à sua maneira, o sonho de *ser* proprietário de engenho. Para um sertanejo pobre, o ato possivelmente significou o coroamento dos esforços de uma vida. Era, pois, a confirmação de uma, a princípio improvável, mas sonhada e desejada nova e favorável condição social. Mas, para o seu filho Manoel Bomfim, o Nezinho, qual o provável significado? Bomfim não vivenciou a mesma infância do pai, abortada pelo trabalho prematuro e pesado e em uma existência desprotegida em razão de uma condição social baixa. O pai, Paulino José, não permitiria que ocorresse aos filhos tal destino, trabalhou arduamente para alterá-lo. No entanto, não significa que o patriarca dos Bomfim esqueceu-se do valor do trabalho duro, que deveria ser valorizado também pelos seus descendentes. Eles deveriam ter a consciência concreta da importância das coisas. Por essa, entre outras razões, Paulino José enviou Nezinho (Manoel Bomfim) à propriedade, batizada de Engenho Bomfim, aos 12 anos (por volta de 1880), para que lá aprendesse a lida e a estima ao trabalho. O objetivo era que o jovem, em alguns anos, seguisse uma carreira no comércio, semelhante ao pai. (AGUIAR, 1999, p. 88-89)

A experiência muito certamente marcou o jovem Manoel Bomfim. Ele vivenciou tanto as liberdades e aventuras da vida em uma fazenda quanto viu de perto o trabalho escravo¹⁹. Afinal, em um engenho, ainda que de pequeno porte, haveria certo contingente

¹⁹ Há uma pequena nota no jornal “Diário de Aracaju”, Ano I, n.º 1, de 12/03/1885, na coluna “Chronica

de trabalhadores compulsórios. O trabalho de fabrico do açúcar e seus derivados (cachaça, melaço, rapadura etc.), as demandas em si de uma propriedade rural, ao se considerar região e suas características históricas, exigiam o uso da escravidão. Naquela época, as mais penosas tarefas eram realizadas quase que exclusivamente por aquele tipo de mão de obra. Os futuros trabalhos realizados por Manoel Bomfim sofreram a provável influência dessa experiência, tanto no seu aspecto bucólico e pitoresco, a revelar caracteres da cultura brasileira em sua formação social, quanto das inelutáveis contradições socioeconômicas ali existentes e muitas vezes veladas pela própria sociedade brasileira.

Passos Subrinho (2000) refletiu a respeito da dimensão da escravidão em Sergipe. Suas análises proporcionam algumas perspectivas sobre essa instituição, no plano local, possibilitando uma aproximação da própria perspectiva do jovem Manoel Bomfim a respeito. Quiçá, de maneira similar, permita-se vislumbrar, de alguma maneira, a influência sobre a trajetória do futuro intelectual Manole Bomfim. Tomar-se-ão alguns dados e considerações de Passos Subrinho (2000) sobre as décadas de 1850 e 1880. Portanto, que possibilite entrever tanto o período de união dos pais de Bomfim e o de sua juventude. Assim, a princípio, vamos a dados oficiais contidos na *Fala do Presidente da Província de Sergipe de 1851*, relatório que os administradores dos executivos provinciais tinham que apresentar regularmente. Ao falar sobre o levantamento da população livre e escrava, a partir dos dados daquele documento oficial, assim se expressa Passos Subrinho:

(...) não obstante existirem, em 1850, escravos em todas as regiões da Província, esses se concentravam na Zona da Mata, especialmente na região da Cotinguiba, que possuía 39,09% dos escravos sergipanos. Em seguida, vinha a Mata Sul, com 22,60% dos escravos. Juntas, as duas regiões da Zona da Mata Sergipana possuíam 61,69% dos escravos, estando o restante 38,31% divididos entre as três regiões do Agreste-Sertão. (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 76-77).²⁰

Como era até de se esperar, as áreas da Zona da Mata concentravam o maior

Judiciária” que notícia que Paulino José do Bomfim fora chamado como testemunha pela Justiça. A questão era a acusação de furto impetrada a um escravo de Paulino José, de nome Thomaz. Esse escravo, em companhia de mais dois, teria furtado o estabelecimento comercial de Antônio Jorge de Almeida, que ficava em Aracaju, na rua de Laranjeiras. A nota é interessante porque dá testemunho da propriedade de escravos entre os Bomfim. Neste caso um escravo urbano, que trabalharia certamente na casa da família e no seu negócio a “Bomfim & Companhia”.

²⁰ Passos Subrinho (2000) apresenta esses dados em uma tabela com a quantidade e percentuais de escravos de Sergipe, contidos no documento oficial do Executivo Provincial. A região da Continguiba, da qual fazia parte a propriedade dos Bomfim (no município de N. Sr.^a do Socorro) concentrava o maior número de escravos da província, cujo valor era de 21.687 indivíduos, perfazendo aquele percentual de 39,09%.

número de escravos de origem africana. Fato concernente com a atividade canavieira dominante nessa região e que usualmente se utilizava de tal modelo de mão de obra, praticamente desde os princípios da colonização. A região da Cotinguiba, da qual a *nova capital* fará²¹ parte, possuía algo próximo a 2/5 de todos os escravos da Província. O engenho dos Bomfim, embora de pequeno porte, localizou-se justamente nessa importante região produtora de açúcar, cuja utilização da escravidão era corriqueira, sendo esse trabalho, portanto, bastante demandado entre as propriedades daquela porção da então província de Sergipe. Em outro documento oficial de 1887, uma *Matrícula de Escravos*, Passos Subrinho (2000. p. 430)²², apresenta novos dados da população escrava, desse outro período, de quase quarenta anos depois. Momento em que Bomfim contava com aproximadamente 19 anos e já se encontrava no 2.º ano do curso de Medicina em Salvador, prestes a mudar para o Rio de Janeiro. Os dados demonstram que houve, nesse lapso de tempo, uma vertiginosa redução do número total de escravos em Sergipe, mas aumentou a concentração deles na região Cotinguiba, que agora conta com Aracaju, daqueles próximos 2/5 para quase metade do total de escravos da província. Ainda que a escravidão em si houvesse reduzido, pois se vivenciava o auge da Campanha Abolicionista no País²³, a região da Cotinguiba mantinha-se como profundamente escravocrata. Passos Subrinho (2000) destaca ainda, ao analisar argumento de Maria da Glória Almeida (1987)²⁴, que os planteis de escravos em Sergipe em si não eram média tão pequenos como, em geral, afirma a historiografia. O erro estaria em comparar dados de Sergipe, do século XIX, com os do Recôncavo Baiano e Zona da Mata Pernambucana, dos séculos XVI e XVII. No

²¹ Lembrar que na tabela apresenta por Passos Subrinho (2000) não consta Aracaju, já que ela apresenta dados de 1850 e a fundação da “nova capital” ocorreu em 1855.

²² Passos Subrinho (2000) apresenta outra tabela, agora de 1887, com os números de escravos por região de Sergipe. Muito embora, nessa segunda metade do século XIX, o valor total dos escravos tenha reduzido bastante em toda a província, a região da Cotinguiba era ainda a que concentrava o maior volume daquela modalidade de mão de obra com 48, 46% do total. Dados extraídos de documento sob guarda do Arquivo público do Estado de Sergipe - APES G¹₈₁₉.

²³ Em 1871 foi aprovada a “Lei Rio Branco ou do Ventre-livre”, que liberava da escravidão todos nascidos, filhos de escravos, a partir daquela data, e, em 1885, foi aprovada a “Lei Saraiva-Cotegie ou dos Sexagenários”, liberava todo escravo a partir dos 60 anos. Elas formaram um conjunto de ações de Estado, junto à “Lei Áurea” (1888), que extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil, resultado de pressões do Movimento Abolicionista. Isso em um período que a escravidão mundialmente cedia cada vez mais, entre outras razões, pelo avanço do liberalismo e do capitalismo, que privilegiavam a mão de obra livre-assalariada.

²⁴ Passos Subrinho (2000) faz referência a um artigo da Prof.^a M.^a da Glória Almeida: “O sistema de produção nos Engenhos Bangüês”, publicado na revista *Ensaio Econômico*. V 1 (1), jul/dez. 1987, Aracaju, pp. 199-208. Este artigo não foi consultado, sendo sua citação nesta dissertação em apud.

século XIX, a média de escravos por propriedade açucareira sergipana seria de 20 indivíduos. O que, naquele mesmo século XIX, não era muito distinto ao número de trabalhadores servis de propriedades de outras regiões do Brasil (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 95-102).

As observações conjecturam, portanto, que a escravidão em Sergipe, ainda que guardem inequívocas singularidades, foi largamente utilizada como nas demais províncias brasileiras. Manoel Bomfim, na sua infância e adolescência, tanto em Aracaju quanto na propriedade da família, conviveu com ela, não distintamente daqueles seus contemporâneos e, sobretudo, daqueles de sua condição socioeconômica. Nessa perspectiva, o trabalho compulsório era um instrumento de uso, que representava a modalidade prática de reprodução econômica e de privilégios sociais. Por vezes, a literatura de ficção é mais pródiga ao expressar as dimensões sociais dessas estruturas, criando imagens mais vívidas de como a da escravidão estava presente no dia a dia dos indivíduos. Em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, Machado de Assis (1994), por exemplo, cita que a personagem central na infância possuía um menino negro por pajem, de nome Prudêncio. Esse pajem servia a Brás das mais diversas formas, atendendo desde as necessidades concretas até meros caprichos (ASSIS, 1994, p. 15)²⁵. A condição de filho de um tradicional grande proprietário licenciava Brás a tais privilégios. Ele os utilizava em muitos momentos e maneiras moralmente duvidosas. Assim, o escritor fluminense, em uma pequena cena do cotidiano, conseguia sintetizar a crueldade da escravidão. Em “Através do Brasil”, obra didática escrita por Bomfim (1910) em coautoria com Olavo Bilac (1910), uma das personagens é um jovem negro que seria a representação ficcional e homônima de Juvêncio, *menino negro, filho de escravos* que lhe fez companhia no engenho da família (AGUIAR, 1999, p. 89). O vetor de Bomfim, em relação a essa analogia com a *realística ficção machadiana*, é a de que, assim como a personagem Brás-Cubas, o intelectual sergipano, por sua condição socioeconômica, também possuiu um *companheiro* ou *pajem* com quem conviveu em parte de sua infância e adolescência. O

²⁵ Machado (1994) narra a relação das suas personagens no Capítulo XI – O menino é pai do homem. Em uma das passagens mais famosas da literatura, o autor representa o voluntarismo da elite proprietária brasileira do XIX: *Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!”* (ASSIS: 1994, p. 15)

fato é fortemente simbólico. Afinal, tal aspecto é revelador, mesmo que se considere a conjuntura histórica ou que se recorde que o autor era aquele *elemento social novo* (REIS, 2006, p. 183). Bomfim, portanto, não pertencia a tradicional elite proprietária rural da época, mas sua família ascendeu socialmente, representando o processo de transição social, que se visualizava a partir da segunda metade do século XIX. Mas, em certa medida, essa família também reproduziu características da sociedade tradicional do Nordeste açucareiro. Na transição da sociedade rural tradicional, agroexportadora e escravocrata, esses elementos rurais e urbanos mantiveram certa relação de concomitância. Essa foi característica de como o processo de transformações capitalistas ocorreu no Brasil, de uma sociedade rural e escravocrata para uma mais comercial, urbana e com predominância de trabalho livre-assalariado (ALMEIDA, 1993; PASSOS SUBRINHO, 2000). As experiências de Bomfim, transpostas a uma narrativa, encenam tal conjuntura, não significando em si nenhuma avaliação de caráter moral da obra “Através do Brasil”.

A obra didática de Bomfim (1910) e Bilac (1910) basicamente narra as aventuras de dois jovens para reencontrar seu pai. Nessa *odisseia*, os jovens percorrem boa parte do território nacional. O texto aproveita para apresentar aos seus prováveis leitores e estudantes o seu próprio País (SANTOS, 2012). Aqueles dois têm ao seu auxílio um jovem negro livre de nome Juvêncio. “(...) Manoel Bomfim fez de Juvêncio um personagem da história, atribuindo-lhe elevadas qualidades pessoais e enorme senso de amizade e justiça” (AGUIAR, 1999, p. 89). Certamente não há coincidências. Elas também não parecem ocorrer, ainda que se apresente certo caráter de altivez, com relação às contradições sociais que acaba por refletir Bomfim (1910) e Bilac (1910). O jovem Juvêncio era um apoio, um guia, em quem sempre se amparam as personagens centrais. Reis (2006) tem uma afirmação bastante polêmica, que se pode associar a essa questão, a de que Bomfim possuiria um “racismo não confessado” (REIS, 2006, p. 228) em relação aos negros. Tal compreensão baseia-se na percepção de que o intelectual, em seus trabalhos, conferiria ao negro uma espécie papel mais secundário na formação da nação brasileira. Para Reis (2006), Bomfim, em contrapartida valorizava em maior grau a *contribuição*, por exemplo, dos índios. Fato que não é uma excepcionalidade, já que o autor tinha um confesso apreço ao nacionalismo do Romantismo Indigenista (REIS, 2006, p. 227-228).

Essa experiência no engenho da família permitiu, muito certamente, ao jovem

Bomfim considerar suas opções para o futuro. Claramente, o pai o conduzia ao trabalho nos negócios da família. No entanto, por volta dos 16 anos, o jovem Manoel Bomfim deu uma guinada inesperada pela família e mais ainda pelo pai, Paulino José. Apesar da pouca idade, mostrou grande tenacidade e firmeza de espírito para informar à família sua pretensão de estudar medicina. A iniciativa do jovem Bomfim recebeu censuras, pesares e palavras de reconsideração (AGUIAR, 1999, p. 96 e 119)²⁶. Esse ato em si de contestar e, buscar impedir, explica-se não apenas por uma atitude de um autoritarismo patriarcal, mas se deve considerar que, naquela época, as carreiras acadêmicas não eram muito promissoras. Elas, em geral, não significavam, como na atualidade, a conquista de uma profissão e de um meio de vida.

No período de Bomfim tais formações acadêmicas eram, em geral, o Direito em particular, um trampolim para uma futura carreira no funcionalismo público e/ou política. Segundo Coelho (1999), embora até conferisse certo *status* também, a medicina estava aquém do Direito nesse aspecto e nas possibilidades de se viver da *profissão liberal*²⁷. O advogado, como já referido, em geral, buscou essa formação com vista àquela perspectiva de ingresso no serviço público ou na política. No exercício da profissão, apesar da pequena clientela (até aproximadamente a década de 1870)²⁸, poder-se-ia sobreviver como casuístico ou receber um trabalho comissionado pelo Império ou governos provinciais. Esse último, não apenas era mais bem remunerado, mas também de pagamento mais confiável e regular. Já os médicos experimentavam uma realidade tanto análoga, em alguns aspectos, quanto distinta, em outros. Essa realidade poder ser resumida da seguinte maneira: a) a utilização de práticas e técnicas, algumas muito invasivas e de eficácia

²⁶ Aguiar (1999) cita que tais informações proveem também de um texto inédito de Juraci Silveira – *Manoel Bomfim: dados bibliográficos* (Rio de Janeiro, em mimeo.), que teria circulado apenas entre os parentes e amigos de Bomfim e cuja autora do trabalho fora uma antiga aluna sua na década de 1920. Ela teria construído o texto a partir de informações do próprio Bomfim. Diz ainda Aguiar (1999) que teve acesso ao material através de um descendente do médico, Luís Paulino Bomfim.

²⁷ Edmundo Campos Coelho (1999) faz no preâmbulo do seu trabalho “As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930” uma discussão a respeito dos conceitos e conotações da expressão “profissão liberal” em vários países e períodos. Por exemplo, segundo o autor, na tradição anglo-germânica, a “profissão liberal” conotava preparação e execução intelectual. No Brasil do século XIX, assumiu mais a conotação de “profissão lucrativa”, além do notório prestígio social que assentava (COELHO, 1999, p. 22-23).

²⁸ Chama atenção Campos Coelho (1999) que tal realidade de existência de um diminuto mercado, tanto para médicos quanto para advogados, começa a se transformar mais precisamente em 1876. A razão está na melhor dinâmica econômica do País, com a ascensão do café a partir das décadas de 1840 e 1850, que promoveu certa modernização, com desenvolvimento de centros urbanos e atividades de comércio e serviços (COELHO, 1999, p. 86)

duvidosa, geravam desconfiança e até temor nos pacientes; b) os pudores da época, que repercutiam no grande constrangimento, por exemplo, de moças e senhoras em serem tocadas por homens estranhos e, muito certamente, sob o atento olhar de pais ou maridos; tais questões, por fim, contribuíram para que c) os profissionais da medicina tivessem a concorrência de práticos e tratamentos da medicina caseira ou popular (COELHO, 1999).

Nessa perspectiva, Aguiar (1999), narra que o primeiro trabalho de Bomfim fora de fato na medicina, logo após a sua formatura em 1890. Assumiu o posto de médico-cirurgião de uma Brigada Militar, no Rio de Janeiro. Era um trabalho, conseguido pela interferência do amigo Alcindo Guanabara, mas que não representava independência financeira da família, pois o baixo salário impunha ao jovem médico a necessidade de ainda manter a mesada que a família enviava de Sergipe. Além do que, reclamava Bomfim que os oficiais da Brigada, muitas vezes, preferiam “guiar-se pelos conselhos e rezas de pais e mães-de-santo (...)” do que a terapêutica médica que ele recomendava (AGUIAR, 1999, p. 152). A partir de tal realidade, portanto, as melhores chances de uma condição de retorno relativamente digna do médico no exercício de sua profissão era o comissionamento estatal ou o atendimento regular e privado de alguma família abastada. Mas, para conseguir essa condição, muito mais importante eram os *dotes sociais* do que os profissionais (COELHO: 1999. p. 76). Por *dotes sociais* leia-se, por exemplo, dispor de rede de contatos, usualmente obtidos pela participação em instituições como a exemplo da Academia Imperial de Medicina (COELHO, 1999, p. 88). Além desse elemento, havia ainda o:

(...) domínio de uma língua estrangeira (principalmente o francês), conhecimento das teorias médicas em voga na Europa, adequada proveniência social, certa cultura humanística, apropriadas referências sociais (de outros clientes notáveis) e, certamente, a posse de um diploma de medicina. (COELHO, 1999, p. 90).

Mesmo cumprindo todas essas condições, por via de regra, os médicos não sobreviviam apenas de sua profissão, muito facilmente poderiam, por exemplo, “ter sociedade em um comércio” (COELHO, 1999, p. 80). Além do uso de certas estratégias para escarpar a cobranças de taxas e impostos, os “Médicos clinicavam em suas residências ou clandestinamente nos fundos de farmácias” (COELHO, 1999, p. 100). Assim, reduziam-se custos e melhorava-se a renda. Havia ainda aquela perspectiva, semelhante ao

Direito, de se utilizar do certo *status* do diploma médico para impulsionar uma carreira no serviço público ou na política, sem jamais exercer a profissão. Por fim, a literatura traz uma imagem, em outra perspectiva, que reforça esse certo despreço que a medicina facultava nas pessoas: a ideia de lidar com imundícies. No romance “Os Maias”, do escritor português Eça de Queirós, lançado em 1888, a personagem Carlos da Maia, herdeiro de uma tradicionalíssima família fidalga portuguesa, decide estudar medicina. Apesar do certo apoio do avô e patriarca da família, D. Afonso da Maia. O escritor português mostra em uma singela passagem a desaprovação da sociedade com:

Esta inesperada carreira de Carlos (pensara-se sempre que ele tomaria capelo em Direito) era pouco aprovada entre os fiéis amigos de Santa Olávia. As senhoras, sobretudo lamentavam que um rapaz que ia crescendo tão formoso, tão bom cavaleiro, viesse a estragar a vida receitando emplastros, e sujando as mãos no jorro das sangrias. O doutor juiz de direito confessou mesmo um dia a sua descrença de que o Sr. Carlos da Maia quisesse «ser médico a sério». (QUEIRÓS, 1888, p. 117)²⁹.

Pesam aqui duas imagens, a primeira a de o jovem Carlos da Maia ser um fidalgo, portanto, o trabalho em si era algo não necessariamente apropriado a um membro de uma família nobiliárquica. Mas, a segunda, pesava mais ainda, já que o trabalho na medicina tinha um aspecto quase que praticamente braçal e dado a lidar com as sujeiras dos indivíduos – os pacientes. Fato que tornava, então, tal atividade não tão digna assim naquele século XIX.

Por essas e outras, tomando-se a expressão de cunho popular, é absolutamente inteligível a consternação da família de Bomfim, em especial, do seu pai, homem pragmático e acostumado a rudezas da vida, de que o seu filho estudasse medicina. Afinal, a melhor opção de que o jovem poderia dispor era, sem dúvida, nos negócios da família. É preciso considerar ainda, nesse contexto de reticências da família de Bomfim, que a província de Sergipe possuía uma economia que dependia da produção e exportação de uma tradicional atividade colonial – o açúcar. Além dessa atividade tradicional havia uma pequena soma de outras atividades de produtos essencialmente agropecuários, vários para o consumo interno e, em geral, de baixo valor agregado. Ou seja, havia um espaço em que

²⁹ Referência obtida da 1.ª edição, que foi digitalizada e disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), já que a obra é de domínio público. QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**, 1888, p. 117. Disponível em <http://purl.pt/23>. Acesso em 02 de fev de 2017.

as perspectivas de mercado e trabalho eram bem estritas à posse da terra, para a produção agropecuária, ou a ocupação de encargos no serviço público. Daí maior a admiração em relação à enérgica e destemida perseverança de Manoel Bomfim que o fez prosseguir na busca da formação médica.

1.3 A INSTRUÇÃO EM SERGIPE NO SÉCULO XIX

Naquela época, o ingresso em uma das poucas instituições de ensino que o País dispunha era realizado através da prévia execução de exames denominados de *preparatórios* (NUNES, 2008, p. 98)³⁰. Eles tinham valor comprobatório e de certificação do que equivaleria hoje à conclusão do Ensino Médio, auferindo, por conseguinte, que o estudante estava apto a solicitar uma vaga em uma faculdade. Ou seja, é possível se afirmar que eram uma espécie de vestibular *sui generis*, à perspectiva de hoje. Mas, em que nível estava a Educação naquela época, a qual Bomfim teve acesso e da qual foi um aguerrido defensor? É bastante pertinaz, para se visualizar e refletir a respeito da questão, observar a seguinte crítica de Nunes (2008), no seu “História da Educação em Sergipe”:

Diffícil, porém era resolver os graves problemas educacionais que dominavam Sergipe, como acontecia em todo o país, reflexo de uma política que remontava às disposições do Ato Adicional à Constituição do Império, promulgado em 1834.

Todo sistema educacional é parte integrante da organização de uma sociedade. Todos os seus componentes devem estar mutuamente dependentes, em sincronização. Assim não acontecera no Brasil-Império. Cada Província desenvolvera o ensino primário e secundário sem plano definido, segundo as contingências do momento e os interesses dos grupos de poder. Daí o fracasso de alguns estadistas que tentaram, na administração das Províncias, reformas que se chocavam com a realidade dominante. (NUNES, 2008, p. 175-176)

Dá a autora uma visão nada animadora, tanto da realidade nacional quanto local. Independente das prováveis decepções ou comprovações é importante considerar algumas

³⁰ Tal fato oficializou-se através do Dec. n.º 1.331A de 17/01/1854, do Minis. do Império Luís Pereira do Couto Ferrari. O ato administrativo tinha por objetivo a reforma da Instrução da Corte, mas que servia de modelo para as províncias. Os principais pontos eram: a) o regulamento da Instrução Primária e Secundária; b) a criação da Inspetoria Geral, ligada ao Minis. do Império, que fiscalizaria o ensino público e privado; c) a reforma do Currículo do Colégio Pedro II, destacando-se o ensino da língua portuguesa; e, d) “*criando-se, na Corte, os Exames Preparatórios para ingresso nas Escolas de Medicina e nos Cursos Jurídicos*”, posteriores Faculdades de Direito. As primeiras “Mesas Examinadoras de Preparatórios” em Sergipe foram instaladas em 1873 (NUNES, 2008, p. 98 e 130).

questões que tiveram relação com a trajetória de Bomfim. Uma primeira é, obviamente, a de que o ensino em Sergipe era precário. Fato não muito distinto do restante do País. Mas, um elemento importante é a referência ao Ato Adicional de 1834. Ele foi em si um produto de um grupo que formou o Partido Liberal e que buscava, com essa legislação, descentralizar a política do Império. Na Educação, isso significou que ela ficaria a cargo das Províncias, nos segmentos primário e secundário. Fato coerente com a proposta de cunho liberal, mas que paradoxalmente deixou a Educação à mercê, como a própria autora diz, das “contingências do momento e os interesses dos grupos de poder”. Na prática, nos capítulos III e IV, Thétis Nunes (2008) trabalha a série de reformas pontuais na instrução de Sergipe a partir do Ato Adicional e de outras legislações criadas com base em suas premissas. Nas análises, a autora observa que as medidas provocaram poucos efeitos, pois eram desarticuladas, sem iniciativa de alteração de estruturas e sancionadas e revogadas ao sabor da política. Um formidável exemplo dessa característica é a iniciativa do Pres. da Província Inácio Joaquim Barbosa, que transferiu em 1855 a capital de S. Cristóvão para Aracaju, e planejou transferir também o Liceu da antiga capital para a recém-inaugurada. Após a morte de Inácio Barbosa, ainda em 1855, assumiu um novo Pres. Salvador Correia de Sá e Benevides, que alterou o plano: ao invés de uma instituição de ensino, para ele fazia mais sentido a construção de uma prisão (NUNES, 2008, p. 95). Justificava-se o Pres. Sá e Benevides da seguinte forma:

Tenho pensado em contratar essa obra do edifício com o Capitão Manuel Duarte de Siqueira e Melo que havia contratado a obra do edifício destinado para um ateneu nesta Capital, e havendo já dois internatos na Província, o Ateneu seria uma obra de mero luxo; assim resolvi mandar suspender a execução dessa obra, podendo-se talvez com a quantia destinada para conseguir a construção de cadeia, objeto não de luxo, mas de verdadeira e palpitante necessidade: se aprovada essa minha deliberação farei prontamente começar o edifício. Relatório com que foi aberta a 1.^a Sessão, da undécima legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, no dia 2 de julho de 1856 pelo Exmo. Sr. Presidente Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides. (NUNES, 2008, p. 347-349. n. 151)

A partir de tais observações, fica muito mais fácil expor e refletir a respeito das características mais gerais da Educação em Sergipe, na segunda metade do século XIX, período em que Bomfim realizou seus *exames preparatórios* e, através deles, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia.

Não havia necessariamente uma rede formalizada de escolas públicas ou privadas,

mas, no geral, *aulas avulsas* de, por exemplo, Latim, Aritmética, Geografia e História (do Brasil), Gramática, Língua Francesa e Inglesa e Ensino Religioso. Essas aulas estavam espalhadas por vários municípios e vilas da província, sobretudo aqueles mais economicamente dinâmicos. Quando privadas, as aulas eram realizadas nas casas dos ministrantes, em muitos casos. Quando públicas, as aulas eram ministradas, em geral, em casas alugadas e em condições muito precárias tanto do ponto vista pedagógico quanto de estrutura física dos imóveis. Os sexos, entre aproximadamente 10 e 12 anos, eram separados, sendo assim, em determinado município ou vila poderia existir, por exemplo, uma aula de Aritmética para rapazes, mas não para moças ou vice-versa. A habilitação e preparação dos professores era bastante duvidosa. Afinal, não havia uma regularidade de cursos normais em Sergipe, as academias eram mais acessíveis aos indivíduos de posses e a profissão em si era desestimulante. A realidade, então, era de baixos salários, péssimas condições de trabalho e de subserviência às indicações políticas, que em muitos casos preteriam aqueles mais vocacionados ou habilitados. Tal realidade era um pouco diferente no ensino particular, cujo prestígio dos profissionais e qualidade do trabalho, usualmente realizado, era superior ao público. Ainda assim, no quadro geral, a Educação era precária, de baixa qualidade, desestimulante para professores e alunos e acessível à minoria e cuja funcionalidade não era a formação, mas suprir o serviço público da província de uma mão de obra um pouco mais qualificada (NUNES, 2008, p. 87-142).

Desde meados da década de 1870, houve algumas mudanças. No plano nacional, na perspectiva econômica, a agroexportação do café apresentava bons resultados. Esse fato permitiu um maior dinamismo da economia com o avanço do urbanismo, suas usuais atividades e outros tantos elementos associados ao progresso. No plano local, também na perspectiva econômica, em controvérsia com o nacional, persistia ainda a dependência da tradicional atividade canavieira, embora se pudesse sentir alguns ventos de progresso. Um deles representado na própria edificação da nova capital, uma década e meia antes. Contudo, é no plano político e de debates que a relação entre nacional e local ficou mais agitada. Essa característica em razão das acaloradas e polêmicas e discussões sobre o abolicionismo e o republicanismo, que tanto excitaram aquelas gerações. Nesse contexto, é indicado para a Pres. da Província de Sergipe o literato Herculano Inglês de Souza, que permaneceu no cargo entre 18/05/1881 e 22/2/1882. Apesar do curto espaço de tempo, que

não era uma característica tão incomum assim para o encargo (DANTAS, 2009) ³¹, ele sacudiu bastante a província com uma larga reforma educacional. Nunes (2008) assim descreve os:

Três pontos de sua Reforma [Inglês de Souza] que seriam o alvo preferido das críticas apaixonadas e violentas desencadeadas contra ele: a retirada da obrigatoriedade do ensino religioso e sua ausência do currículo da Escola Normal, o curso secundário seriado e a Escola Normal mista. Escandalizavam os estreitos limites provincianos, desafiando tradições e preconceitos, além de contrariarem os interesses da classe dominante. (NUNES, 2008, p. 155)

O primeiro e o último perturbavam pilares da conservadora sociedade sergipana do século XIX: uma educação ainda fortemente influenciada pela anuência da Igreja Católica e de segregação da mulher, a incutir-lhe primordialmente a posição de prenda do lar. Com relação ao Ensino Religioso houve, em particular, a aguerridíssima defesa do Pe. Olímpio de Souza Campos³², do Partido Conservador, que na transição do século XIX para o XX, transformou-se em uma das lideranças políticas mais fortes de Sergipe. Mas, em relação ao ensino secundário seriado qual era o problema? Esse ponto interferiu diretamente na trajetória de Bomfim à Faculdade de Medicina da Bahia.

Foi criado pelo artigo 17, do Regulamento de 24/10/1870, daquela reforma do Pres. Inglês de Souza, o Atheneu Sergipense, “abrangendo o curso de Humanidades e a Escola Normal” (NUNES, 2008, p. 116-117). Prontamente, percebe-se que a instituição de ensino fora criada com a intenção de ser o referencial da educação da província. Ela terá uma existência igualmente afetada pelos dissabores dos interesses políticos provincianos. Na reforma intentada por Inglês de Souza, o Atheneu assumiria papel de relevância, pois ele

³¹ Ibarê Dantas (2009) em “Leandro Ribeiro Siqueira Maciel (1825-1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe” mais do que uma biografia faz uma análise da estrutura e relações políticas entre o poder central – a Corte Imperial, no Rio de Janeiro – e as províncias, sobretudo, as pequenas do norte. Entre essas relações havia a indicação, por parte do Governo Imperial, através do Poder Moderador, dos Pres. de Província. Vários fatores podem ser observados a respeito, mas o caráter arbitrário das nomeações e, por conseguinte, em muitas vezes, a pouca conexão política entre o indicado ao executivo provincial e as tradicionais forças políticas locais geraram toda uma série de dificuldades de governabilidade. Uma das consequências foi a efemeridade dos mandatos que, em média, não passavam de alguns meses a um ano.

³² Ibarê Dantas (2009), fez uma breve análise sobre a passagem do Pres. Inglês de Souza pela província *sergipense* e sua tentativa de reforma da Educação. Chama a atenção o historiador para a emergência, na política, do Pe. Olímpio Campos, já se pondo em oposição à reforma do Pres. da Província, que retirava a obrigatoriedade do ensino religioso das escolas públicas. É, por assim dizer, a apresentação ou talvez estreia daquele que será a grande força política, representativa dos proprietários açucareiros de Sergipe, da transição do século XIX para o XX.

foi “convertido em Liceu Secundário de Sergipe (...) com curso seriado de seis anos (...)” (NUNES, 2008, p. 149). Tal medida quebrava o monopólio exercido pelos *exames preparatórios*. Como já observado, não havia necessariamente uma estrutura formalizada de uma rede de escolas, públicas ou privadas, que enfatizava a existência das *aulas avulsas*. Em razão dessa característica, as instituições de ensino que existiam, sobretudo privadas, eram favorecidas, pois “(...) se não ensinavam bem, ao menos adestravam mais rapidamente para os exames, sendo por tal razão pretendidos pelos candidatos às Academias” (NUNES, 2008, p. 161). Ou seja, a precariedade da instrução em Sergipe era um fator de interesse de instituições particulares, pois dessa desorganização tiravam proveito, já que eram buscadas por aqueles que desejavam apenas uma rápida preparação para o objetivo de ingresso em algum curso acadêmico da época, não apenas isso, mas também em razão de outro fator e um tanto mais desabonador. Ao se levar em consideração que, naquela década de 1880, havia algo em torno a cinco academias no Brasil, localizadas em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, o jovem sergipano que desejasse cursar qualquer uma delas deveria ser egresso de alguma família com um mínimo de recursos para tornar o intento viável. Algo fora do alcance da maioria. Então, aqueles com poder e influência, pressionavam as bancas examinadoras dos *preparatórios* a agir com leniência com seus respectivos filhos. Houve até certos períodos em que a situação ficou de tal maneira escandalosa, que os exames foram suspensos em Sergipe. Embora, não fosse um caso isolado da pequena província do norte³³, pois em várias outras do Império registrava-se problema semelhante (NUNES, 2008, p. 136-137).

Mas que fim, afinal, levou a reforma do Pres. Inglês de Souza? A melhor resposta é o literal vaticínio do “(...) Relator do [periódico] O Democrata quando, após destacar os pontos importantes que marcavam, concluiu melancolicamente: ‘Desejamos que as puras intenções do honrado administrador da Província sejam coroadas de bons resultados; desconfiamos, porém, que S. Exc.^a. Perdeu seu tempo’”. (NUNES, 2008, p. 158)³⁴. Após a saída de Inglês de Souza, em fevereiro de 1882, da Pres. da Província de Sergipe, todas essas medidas *polêmicas* foram revogadas. Entre as consequências do ato, três podem ser

³³ Nesta dissertação, por vezes, as expressões “norte” ou “províncias do norte” serão utilizadas em sentido sinônimo e para identificar a região Nordeste, já que essa classificação não existia no período estudado por este trabalho. O motivo é quase que literário, para melhor ambientar o espaço e o período do objeto do estudo.

³⁴ O Democrata. n.º 74. 1881.

rapidamente destacadas: 1.^a) queda na matrícula e 2.^a) aumento na evasão do Atheneu e 3.^a) impulso do ensino privado, pois se favoreceu com a continuidade dos *preparatórios* (NUNES, 2008, p. 161-162).

Conde Aguiar (1999) assim se refere à reforma de Inglês de Souza e seus desdobramentos, quando Bomfim decide pelo curso de medicina.

Quando, nos primeiros meses de 1885, Manoel José deixou o engenho Bomfim e chegou a Aracaju para fazer os preparatórios, rara eram as pessoas que ainda comentavam o curto período de governo de Inglês de Souza. Contudo, nenhum vestígio das suas iniciativas educacionais havia restado.

Por ironia da vida, Manoel José seria, na época, beneficiando pela ação regressista das elites dominantes, as mesmas que, no futuro, ele apontaria como responsáveis pelo atraso político e social brasileiro. Caso as reformas propostas e iniciadas por Inglês de Souza tivessem prevalecido, Manoel José seria obrigado a cursar regularmente o secundário – e não teria concluído os preparatórios a tempo de matricular-se, no início de 1886, na Faculdade de Medicina da Bahia. (AGUIAR, 1999, p. 116)

Esse fato é bastante irônico, pois Manoel Bomfim lutou toda uma vida pelo aprimoramento da Educação brasileira. Ele a considerava a solução para os “males de origem” das sociedades latino-americanas e que tiveram como uma de suas consequências o atraso daquelas sociedades em relação às mais avançadas do mundo. Tal característica – os “males” – teriam origem basicamente na herança no “parasitismo” colonial ibérico – uma exploração colonial altamente predatória –, cuja propriedade de “vício social” foi transmitida aos latino-americanos pelo próprio processo de colonização, que resultou em sociedades “conservantistas”, ou seja, retrógradas.

Não há referências seguras a respeito dos estudos básicos de Manoel Bomfim, se em escolas particulares, se no Atheneu Sergipense, se em aulas avulsas ou por preceptores. Fato certamente em consequência da falta de registros que pudessem servir de dados na biografia do médico. Aguiar (1999) cita, por exemplo, o gosto de ler como algo do temperamento do jovem Bomfim, cultivado através da leitura de velhas brochuras herdadas do avô materno, “(...) português, comerciante e poeta nas horas vagas”. Além disso, há o registro de jornais assinados pelo pai, Paulino José³⁵ (AGUIAR, 1999, p. 96). Bomfim possuiria certo gosto também por demonstrar em família tais capacidades e conhecimento.

³⁵ Aguiar informa que “*Paulino José era praticamente analfabeto, mas fazia questão de ‘folhear’ os jornais*”. (p. 96)

Em 1885 Bomfim realizou com distinção os *exames preparatórios*. Através desse ato burocrático e comprobatório, estava formalmente apto a se matricular em 24/03/1886 na Faculdade de Medicina da Bahia³⁶. Essa rápida preparação, como ironicamente observado, foi possível graças à ação retrógrada de revogação da reforma da instrução de Sergipe, idealizada pelo Pres. Inglês de Souza. Caso contrário, o jovem Bomfim teria que cumprir os seis anos do secundário seriado, conforme aquele plano de reforma (AGUIAR, 1999, p. 88, 96-97).

É bem possível que as experiências vivenciadas por Manoel Bomfim no engenho da família lhe serviram de referencial para a decisão de ingressar no curso de medicina. Contrariando a intenção de Paulino José, que desejava que Bomfim tivesse apreço pelo trabalho. São vagas as informações sobre esse período da vida do autor e como eles corresponderam ao princípio do processo de sua carreira acadêmica. O período é preenchido de informações esparsas, que permitem vez por outra alguma interpretação. O gosto pela leitura e estudos, por exemplo, é de influência da família materna. A compreensão a respeito de como Bomfim procedeu os estudos regulares básicos, até a realização dos *exames preparatórios* é, por conseguinte, um espaço complementado pelo conhecimento das características da Educação em Sergipe no período de sua contemporaneidade. No qual, além das precariedades do sistema de educação provincial sergipana, deve-se levar muitíssimo em conta a condição socioeconômica do médico. Enfim, os conhecimentos práticos de vida foram alvo de longa reflexão, posteriormente transposta aos textos do médico. Eles contêm as contradições inerentes à estrutura agrária e socioeconômica do Brasil e Sergipe no século XIX, com a presença do escravismo. Há, sobretudo, o trabalho da vida de Manoel Bomfim, a defesa por uma reforma na Educação, que remediará irrefutavelmente grande parte dos “males” da nação. Não apenas oportunizando um meio de ascensão social, de desenvolvimento da sociedade, mas de literal transformação das sociedades.

³⁶ Livro de Matrícula – 1.ª Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. 24/03/1886. AC: 339. Cópias dos documentos apresentados por Manoel Bomfim, quando de sua matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia.

CAPÍTULO 2 – AS INFLUÊNCIAS, A FORMAÇÃO E O CÍRCULO INTELECTUAL

O segundo capítulo analisa mais detidamente a formação do intelectual Manoel Bomfim, no Brasil do período de transição do século XIX para o XX. Esta perspectiva foi desenvolvida na busca da compreensão de como era e quais os meios de formação e legitimação da intelectualidade brasileira daquela época. Nesse entretempo, quais eram os debates e as polêmicas mais correntes? Todo esse conjunto estava inserido em um particular espaço geográfico, que era Rio de Janeiro. A capital, nessa época, afirmava-se, cada vez mais, um centro de efervescência cultural, além de centro político e econômico do País. Tal excitação foi especialmente caracterizada pelos intensos debates sobre a abolição e o republicanismo. O primeiro resultou na emancipação dos escravos e, o segundo, na própria substituição do regime de governo brasileiro. Ou seja, Manoel Bomfim e a intelectualidade brasileira que possuía expressividade nacional estavam naquele espaço e contexto.

Primeiramente, apresentar-se-ão dois concisos subcapítulos iniciais de contextualização: “Entre Sergipe e Bahia” e “Conselho de um amigo”. No primeiro subcapítulo, “Entre Bahia e Sergipe”, inicialmente, faz-se uma análise de contexto das históricas relações entre as duas províncias. Afinal, a escolha de Bomfim em cursar medicina em Salvador também transcorre pelo fato de a capital baiana representar, dentre outras circunstâncias, o polo de atração mais próximo a Aracaju e com a qual possuía longa trajetória. Esse percurso, por conseguinte, conecta-se à família de Bomfim e a si. No segundo, “Conselho de um amigo”, há a análise a respeito das razões da transferência de Manoel Bomfim de Salvador para o Rio de Janeiro. Nesse processo, observaremos, em especial, a influência de um colega de curso de medicina da Bahia de Bomfim, o político e jornalista Alcindo Guanabara. O amigo foi o grande incentivador para que o sergipano mudasse para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além dessas influências originadas de estimas havia as prováveis referências em relação às distinções entre os centros urbanos, baiano e carioca. Ou seja, em particular, é importante compreender, ainda que sucintamente, o papel de ambas as cidades no período do entre séculos XIX e XX. Afinal, a capital do Brasil assumia uma destacada e, de certa maneira, hegemônica posição,

em diversos planos, naquele momento.

No último subcapítulo – “A *intelligentsia* no Rio de Janeiro” – analisei o processo de formação e legitimação dos *homens de letras* brasileiros do entre séculos XIX e XX. Desta forma, analisarei a respeito dos meios e instituições consagradoras da intelectualidade. Privilegiam-se inicialmente essas instituições no aspecto da criação de discursos de nação. Afinal, exerceram elas esse papel também, no qual criaram certa memória que foi oficializada. Esse aspecto de refletir a respeito das instituições como canais de consagração e legitimação dos intelectuais é compreendida através de uma perspectiva *bourdieusiana*, de *capital social*. Nesse ínterim, propõe-se refletir sobre a recusa de Manoel Bomfim em ingressar naquelas instituições, atitude que se tornou muito significativa de suas concepções políticas e da formação do seu pensamento.

2.1 ENTRE BAHIA E SERGIPE

A escolha de Salvador, para cursar medicina, era quase que uma lógica matemática. Uma primeira razão estava na óbvia existência do curso na capital baiana e a sua relativa proximidade geográfica em relação a Aracaju. A outra, certamente mais abrangente, eram as históricas relações entre Bahia e Sergipe. Tais relações remontavam ao período colonial. Entre os séculos XVII e XVIII³⁷, esses vínculos foram, fundamentalmente, caracterizados pela conquista e ocupação territorial de Sergipe e pelo estabelecimento, em seu território, de atividades *suplementares*³⁸ à economia canavieira baiana. As atividades mais usuais

³⁷ Em relação aos trabalhos que dão visão sobre este período, destacarei a título de curiosidade, em particular, os de três distintos autores: Felisbello Freire (1858-1916), com “História de Sergipe” (1891 e 1977); J. Pires Wynne (1905-1974), com “História de Sergipe” – 2 v. (1973); e, Maria Thétis Nunes (1925-2009), com “Sergipe Colonial I” (1989) e “Sergipe Colonial II” (1996). Apesar de autores de diferentes épocas e perspectivas, em seus respectivos trabalhos, os dois primeiros especificamente de certo caráter de síntese histórica, mas de grosso modo todos se preocupam em analisar o processo histórico de Sergipe e a influência direta da Bahia nele. Tal aspecto de influência seguindo mesmo após a emancipação política da antiga capitania, entre (1820-1824). Afinal, ao longo do século XIX e início do XX as relações entre Sergipe e Bahia permaneceram estreitas em diversos aspectos, a exemplo dos campos político, financeiro, comércio, transporte e comunicações e cultural.

³⁸ Muito embora Felisbello Freire, Pires Wynne e Thétis Nunes tratem de igual questão em seus respectivos textos, destacaria em relação ao tema a obra “Sergipe: fundamentos de uma economia dependente” (1984), da historiadora Maria da Glória S. de Almeida (já referenciado nesta dissertação). Porque a autora trata especificamente das características e dificuldades da economia sergipana, ao longo do século XIX. Não apenas no tocante à Bahia, mas também em relação às transformações de caráter capitalista na economia brasileira daquele século. Algo bastante semelhante em outro trabalho da autora, igualmente referenciado nesta dissertação: “Nordeste Açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista” (1993). Com a

foram a criação de gado e a produção de farinha de mandioca. Ao longo do século XIX e princípio do XX, período de Bomfim, as conexões entre Bahia e Sergipe mantiveram-se bastante estreitas, através de comércio, serviços de transporte e comunicações e intercâmbios políticos e culturais. Para visualizar melhor esses aspectos de interconexões entre Sergipe e Bahia, com perspectivas de certa dependência da primeira província em relação à segunda, ao longo dos séculos XVIII ao XIX, é interessante a leitura de dois distintos excertos. O primeiro é de Birckman (2003)³⁹, em que expõe a seguinte situação, na qual afirma que:

O volume e a variedade das mercadorias negociadas no mercado interno baiano impressionaram até Thomas Lindley, tarimbado comerciante inglês. De olho em futuras aventuras comerciais, Lindley escreveu em 1805 que o “comércio praticado nos confins imediatos da baía, situados em grande parte no interior, é assombroso. Há nada menos de oitocentas lanchas e sumacas de diferentes tamanhos, trazendo todos os dias seu tributo de comércio para a capital”.

(...)

Os saveiros, lanchas, bergantins, sumacas e chalupas que formavam essa “loja flutuante” frequentemente vinham de muito longe. No final do período colonial, a farinha chegava a Salvador de quatro áreas principais: de Sergipe, que, além da farinha e milho, remetia também o açúcar produzido por seus mais de cem engenhos; (...). (BIRCKMAN, 2003, 131-132)

O trecho claramente apresenta as dimensões do comércio realizado por Salvador, sobretudo através do transporte marítimo de cabotagem, que atingia diversas regiões ao seu entorno, inclusive Sergipe, que na época era ainda uma capitania ligada política e administrativamente à Bahia. Era a capital baiana, por conseguinte, o centro de uma larga conexão de diferentes intercâmbios, muito além dos comerciais. Sergipe enviava diversos produtos, em geral, naquele período, víveres, mas também seu produto de exportação, o açúcar. A agroexportação canavieira só se tornou a principal atividade, da agora província emancipada, lá para as décadas de 1820 e 1830 (ALMEIDA, 1984). Mesmo assim, continuava Sergipe a depender do porto de Salvador, não unicamente, para atingir os

distinção nesse último de que se centraliza nas transformações ocorridas na atividade canavieira, daquele mesmo período.

³⁹ Historiador americano, professor da Universidade do Arizona, e cujo trabalho objetiva analisar as correlações entre a atividade agroexportadora do açúcar e aquelas mais voltadas para o mercado interno, a exemplo, da farinha de mandioca, no Recôncavo Baiano, no entre séculos XVIII e XIX. Sergipe, nesse período, foi uma capitania ligada à Bahia e, após a emancipação, uma província que ainda mantinha fortes vínculos com sua antiga sede. Em ambas as conjunturas político-administrativas, Sergipe foi um grande fornecedor de produtos do consumo interno baiano. Por tais características, é diversas vezes citado no trabalho do autor estadunidense.

mercados consumidores internacionais da cana-de-açúcar. Uma das razões estava nas características dos portos das zonas açucareiras sergipanas serem de fundo de barra, ou seja, eles eram de áreas de barras de rios, estreitas e assoreadas, em virtude da exploração predatória da própria cana. Nessa prática, derrubava-se a mata nativa tanto para o plantio quanto para a alimentação das fornalhas. Embarcações de maior porte não tinham condições de penetrar em tais portos, sobrando a dependência de navios pequenos e, dessa maneira, que elas levassem o produto a portos maiores, como o de Salvador. Além do plano econômico, o plano político-administrativo revelava as limitações da província, posteriormente emancipada, em relação à sua vizinha. Esse aspecto é observável no próximo excerto, de Almeida (1984), observa-se a ininterruptão dessa característica de *dependência*, só que mais ao longo do século XIX, já no período Imperial Brasileiro. Reflete a Almeida (1984) que:

Não era possível em Sergipe obter recursos sem visar à produção e à comercialização do açúcar. O meio dízimo, imposto que sustentava as finanças de fato, segundo as autoridades, até 1842 não representava grandes ganhos, quer pelo mau sistema de arrecadação, do qual procuravam escapar os senhores de engenho, (...) pela negligência dos próprios funcionários. (...)

Os dízimos sobre o açúcar e outros produtos de exportação até meados dos anos 50 continuaram sendo cobrados na Província da Bahia, ficando 5% da arrecadação em mãos dos empregados e de dois agentes da fiscalização nomeados pelo governo provincial.

(...)

Já transcorridos vinte anos de separação política, o artigo 5.º da Lei Provincial de 18 de março de 1845 determinava que ao agente fiscal de Sergipe na Bahia competia a fiscalização da carga e descarga dos gêneros exportados pela Província de Sergipe, “em particular o açúcar”. Daí resultaram os mais proclamados abusos. (...), confundindo-se em grande parte com os volumes baianos e, por isso, não raras vezes considerados baianos, apesar das marcas com o número dos engenhos sergipanos nas caixas. (ALMEIDA, 1984, p. 122-123)

É seguro, portanto, assentir que as relações Bahia e Sergipe permaneceram mais ou menos as mesmas de fins do período colonial ao longo do século XIX a princípios do XX⁴⁰. No caso particular dos trechos apresentados, é perceptível um intenso intercâmbio

⁴⁰ Até a atualidade Bahia e Sergipe ainda guardam entre si, obviamente, todo um conjunto de relações em diversos níveis. Apenas são claramente distintas daquelas dos séculos XIX e XX. Para se dar uma pequena perspectiva, somente no campo do ensino superior, entre os séculos XIX e XX, os jovens sergipanos interessados em obter um diploma acadêmico e com recursos para tal empreitada tinham em essência duas opções: se era a Medicina ou a Farmácia, Salvador/BA; se era o Direito e as Ciências Sociais, Recife/PE. Somente a partir de 1948 começaram a surgir as primeiras faculdades no estado. Somente em 1967 foi fundada a Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo Decreto-Lei n.º 269 de 28/02/1967, sendo sua

comercial entre as províncias. Logo, o porto de Salvador manteve a característica de ser a porta de entrada e saída de mercadorias de grande porção do comércio que era realizado em Sergipe. Assim sendo, Aracaju continuava, ainda que capital de província, de certa maneira inserida na órbita de Salvador. Paulino José, em razão do seu comércio em Aracaju, a *Bomfim & CIA*, certamente ia de tempos em tempos à capital baiana em razão de negócios. Em sua maioria, provavelmente para a transação e aquisição de mercadorias para revenda em Aracaju (AGUIAR, 1999, 73-95). Logo a lógica de Manoel Bomfim pela escolha da Faculdade de Medicina da Bahia se estabelecia nesses pilares: a) a existência do curso de medicina na Bahia, b) a relativa proximidade entre a província baiana e Sergipe e c) os históricos intercâmbios entre ambas as unidades do então Império brasileiro.

Em 1886, encontravam-se Manoel Bomfim e Paulino José em Salvador para realizar a matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia e tomar outras tantas providências de ordem prática. Uma delas era a escolha de um local para o jovem residir, enquanto de sua estada para a realização de seus estudos superiores. As convicções permaneciam as mesmas: filho em seguir tenazmente seu empreendimento acadêmico e pai em demovê-lo de tal intento. Assim o foi e de tal maneira que Aguiar narra, em uma passagem, que o pai de Bomfim ter-lhe-ia dito que: “Seu lugar, meu filho, é em Aracaju” (AGUIAR, 1999, p. 125). É preciso contextualizar novamente que tal assertiva foi dita ao jovem acadêmico na despedida de seu pai, que o deixava em Salvador. Paulino José era o que se pode classificar de homem de ação acostumado às amarguras da vida. O trabalho em seu comércio, a *Bomfim & CIA* era, na sua convicção, a melhor expectativa de futuro para a sua família. Naquele instante, deixava seu Manoel José em outra cidade para estudar uma ciência e obter uma profissão que ainda não era muito compreendida pela população, em geral, nem financeiramente segura.

2.2. CONSELHO DE UM AMIGO

Após dois anos de curso na Faculdade de Medicina da Bahia, Manoel Bomfim decidiu transferir-se para a do Rio de Janeiro. Certamente outra reviravolta inesperada para

instalação e funcionamento efetivo ocorrido em maio do ano posterior (GONÇALVES apud ALMEIDA, 1991, p. 263).

a família, talvez ainda mais do que a primeira em deixar sua cidade natal e os prósperos negócios da família para ser médico. Novamente, depõe-se a necessidade de se refletir a respeito das razões de Bomfim. Salvador era uma cidade mais próxima de Aracaju e, como logo anteriormente observado, cujas respectivas províncias tinham, entre si, longo decurso de relações. A própria atividade comercial entre elas mais do que justificava a permanência de Bomfim na capital baiana. Afinal, proximidade geográfica e negócios permitiriam que o jovem acadêmico mantivesse um mais próximo contato com a família, o que, nas condições nas quais Bomfim se encontrava, poder-se-ia dizer que era claramente uma vantagem. Mas quais seriam as perspectivas, no Rio de Janeiro? Era um jovem provinciano do norte, dependente dos suportes financeiros da família, bastante longe dela inclusive, e sem uma rede de contatos de que pudesse se utilizar. Não parecia haver vantagens ao se contabilizar fatores e à decisão do jovem Bomfim em aventurar-se na então capital do Brasil.

Segundo Aguiar (1999), Alcindo Guanabara foi o maior incentivador da transferência de Manoel Bomfim para o Rio de Janeiro. Guanabara também era um jovem estudante de medicina na faculdade baiana, oriundo do Rio de Janeiro. O jovem estudante fluminense desgostou-se do curso e voltou para o Rio. Aquele que seria um amigo de uma vida inteira aconselhou Bomfim a ir para o Rio também. As motivações desse conselho podem ser divididas em três pontos de vista possivelmente intentados pelo amigo de Bomfim. Um primeiro é que Guanabara talvez compreendesse que Bomfim precisaria de um maior distanciamento da família, já que ela não era favorável aos seus estudos. Em Salvador, era presumível que os familiares tivessem mais condições de demovê-lo de suas pretensões acadêmicas. Quem sabe, quando formado, Bomfim assumisse um lugar no comércio da família, na falta de outras expectativas em Sergipe. Uma segunda possibilidade era a de que Alcino tivesse em mente o fato de que “O ensino no estabelecimento baiano era mais deficiente do que da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde, de fato, se concentravam as grandes sumidades médicas da época” (AGUIAR, 1999, p. 121). O funcionamento das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, estava longe do ideal, como nos revela Schwarcz (1993):

Mesmo com os avanços, as faculdades continuam a sofrer com a penúria e a desorganização. Os professores, em boa parte mal preparados para as novas

atribuições, transformaram-se em doutores por decreto de 1832 e eram motivo de chacota devido às aulas monotonamente lidas e os critérios pouco científicos de contratação. (...)

Dessa forma, os primeiros quarenta anos das faculdades de medicina brasileiras foram caracterizados por esforço de institucionalização em detrimento de um projeto científico original. Vigorava a benevolência nos exames, a pouca capacitação dos mestres, a constante reclamação quanto à falta de verbas e dotações, as queixas em relação ao desrespeito por parte dos alunos. (...)

Na Bahia, as relações entre alunos e professores não eram muito diferentes, agravadas, por uma situação objetivamente complicada: faltava material didático, os lentes eram poucos e menor ainda sua assiduidade. (SCHWARCZ, 1993, p. 196-197).⁴¹

Percebe-se que, embora os problemas em si fossem idênticos, o funcionamento da faculdade baiana era mais precário. Se as razões para tal aspecto era condição a político-econômica secundária, que Salvador e a região Nordeste assumiam em relação ao Brasil é algo admissível de se afirmar. Ou seja, ao aconselhar o amigo, Guanabara talvez percebesse que a formação dele no Rio seria mais qualificada, já que a instituição de ensino carioca era muito mais bem avaliada do que a baiana.

A terceira e última proposição para a transferência de Bomfim relaciona-se ao próprio Rio de Janeiro enquanto um espaço muito mais amplo e estimulante ao desenvolvimento dos potenciais de Bomfim. A cidade, desde o II Reinado, tornou-se um centro de atração, entre outros aspectos, por sua vida cultural. Além disso, é claro, o Rio estava, naquele fim de século XIX, especialmente agitado com os intensos debates políticos, sobretudo, em torno do abolicionismo e do republicanismo. Toda essa ebulição acontecia nos ambientes institucionalizados pela intelectualidade da época, como cafés, teatros, jornais etc. Para um jovem estudante provinciano não haveria um ambiente mais atraente e excitante (SCHWARCZ, 1993, p. 196-197). Alcino, portanto, talvez considerasse que esse ambiente mais próspero e variado de estímulos culturais fosse o local correto para que Manoel Bomfim desenvolvesse seus talentos intelectuais.

⁴¹ Neste capítulo de Schwarcz (1993) intitulado “As faculdades de medicina ou como sanar um país doente”, a autora fez uma revisão histórico-sociológica da atividade e da formação médica no Brasil. Isso, desde a atuação de práticos como os “cirurgiões-barbeiros” e os “sangradores” até os esforços para a criação de instituições de ensino, que formassem profissionais e incentivassem a produção científica. Na sequência desse mesmo capítulo, informa-se que, a partir da década de 1870, há uma significativa melhora nos cursos e produção acadêmica. Ela é, em geral, atribuída a um contexto em que os médicos se reservaram uma espécie de “missão higienista”, já que se vivenciavam epidemias de febre amarela, cólera e varíola. Outro fator seria a Guerra do Paraguai (1864-1870), que fez afluir um grande volume de pessoas “doentes e aleijadas que demandavam a atuação imediata de um corpo de cirurgiões” (citação direta da autora). Manoel Bomfim, objeto deste estudo, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1886 e transferiu-se para a do Rio de Janeiro em 1888, ou seja, ele já vivenciara aquele novo contexto das instituições.

É preciso considerar que eram bastante limitados o número de instituições de ensino superior e cursos naquele Brasil do entre séculos XIX e XX. Elas estavam localizadas em apenas quatro centros urbanos e eram de precário funcionamento, em geral (SCHWARCZ, 1993)⁴². Entre os centros, nos quais foram instaladas as primeiras faculdades brasileiras, estavam o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Olinda/Recife. No caso da região centro-sul do Império, pode-se dizer que as instituições representavam uma espécie de confirmação da ascensão daquelas cidades e região no cenário político-econômico nacional. No entanto, no outro caso das províncias do norte, parecia ser justamente o oposto, ou seja, de tentativa de manutenção ou de (re)afirmação de outrora posição de destaque que gozaram. As cidades nordestinas e a própria região tivera uma posição de destaque no Período Colonial. Durante o Império e, mais ainda na República, essa posição se tornava cada vez mais marginal (SCHWARCZ, 1993, p. 174). A implantação dos cursos de Medicina e Direito, respectivamente, em Salvador e no Recife, tenderam a criar uma ideia de (re)afirmação dos *antigos centros*. É bem provável que Alcindo Guanabara tivesse em mente tal perspectiva ao recomendar ao amigo Bomfim a transferir-se para o Rio de Janeiro. De certa maneira já exercia Guanabara alguma função de *capital social* em relação ao amigo. Afinal, na capital do Império, Manoel Bomfim não possuía quaisquer referências: família, contatos políticos, indicações ou amigos, exceto justamente o próprio Guanabara, que conhecera na Faculdade Baiana.

É interessante retomar a discussão a respeito da ideia de (re)afirmação daquelas províncias do norte do então Império brasileiro. Como é conhecido no processo político-econômico brasileiro, ao longo do século XIX, a ascendência da economia agroexportadora do café no Sudeste somada a crise da cultura canavieira repercutia na, cada vez menor, importância política da região Nordeste em relação ao País. O eixo político-econômico, por assim dizer, gravitava pelo Sudeste, em especial, por São Paulo e Rio de Janeiro. Daí as faculdades de Direito do Recife e de Medicina da Bahia terem, muito possivelmente, o aspecto de possibilitar uma (re)afirmação dos seus respectivos centros, em razão da perda do papel central político-econômico que tiveram, sobretudo, no período Colonial em relação ao Brasil. A presença de instituições de ensino superior

⁴² Na obra, a autora faz ampla análise a respeito da constituição de instituição de ensino e pesquisa no Brasil e, através delas, da entrada de princípios de teorias raciais.

permitiria que aqueles *velhos centros* mantivessem, de alguma maneira, uma posição de polos de atração regional, recebendo inclusive estudantes de várias regiões do Brasil.

Na perspectiva de Morse (1995), o debate da relação entre os centros urbanos e o grau de influência, que porventura exerciam, perpassa por diversos aspectos. Eles são muito bem expressos nas palavras do próprio autor, quando afirma na introdução do seu texto que:

Nossas cidades são Paris (mas sem nunca perder Londres de vista); São Petersburgo e Viena na periferia mediata; Rio de Janeiro e Buenos Aires na periferia mais afastada. Os economistas talvez reivindiquem terem divulgado esse modelo de concentricidade. Em todo caso, nossa investigação não herda desse modelo nenhuma imputação necessária de dominação do centro ou de resposta mimética da periferia. Estamos à espreita de contracorrentes e mensagens variantes. (MORSE, 1995, p. 205-206)

A “concentricidade” que Morse (1995), de certo modo, critica é a ideia de que esses centros urbanos deveriam ter um desenvolvimento linear. Uma espécie de raio, que parte de um ponto central em direção a uma orla, muito semelhante a uma órbita. Algo, portanto, muito coadunado com o *Eurocentrismo*, que Manoel Bomfim particularmente buscou criticar das teorias raciais propaladas pelo Imperialismo Europeu. Morse (1995), dessa maneira, procura discutir que as distinções entre aqueles centros urbanos não podem ser medidas apenas pela relação político-econômica de centro-periferia, provocadas pelo avanço do capitalismo através da industrialização. Em tal relação, o centro simplesmente dita o modelo, já a periferia o anseia e assimila. Para o autor americano, essa relação não é em absoluto inverídica, mas analiticamente insuficiente, pois descarta possibilidades, entre elas, a influência da cultura e das tradições, por exemplo. Assim, afirma Morse (1995) que cidades latino-americanas, cujas sociedades carregariam fortes tradicionalismos políticos e socioeconômicos (compreendidos por Bomfim como “conservantismos” herdados da colonização ibérica), poderiam produzir algo novo, quem sabe até de vanguarda. No entanto, em geral, “(...) os pensadores latino-americanos não podiam contrapor à modernização uma alternativa indígena, espiritual e comunitária” (MORSE, 1995, p. 209-210). É, portanto, uma espécie de jogo dinâmico que, ora força a periferia ao centro, inclusive por suas próprias forças internas; ora, a periferia promove algumas divergências ou singularidades em relação ao centro.

Se reduzirmos o circuito geográfico para o Brasil e aplicarmos estritamente o princípio de “concentricidade” que Morse (1995) criticou, chegaríamos a uma conclusão igualmente estrita. Através dela seria possível afirmar que o Rio de Janeiro seria o nosso *centro nacional*, enquanto Salvador e Recife seriam *periferias mediatas*. Analogamente ao raciocínio logo anterior, a afirmação em si não está completamente incorreta. Isso porque a capital do Império brasileiro, logo república, encontrava-se, por diversos motivos, em uma ascensão que a capitaneava à condição de grande centro urbano brasileiro da época. Por conseguinte, Salvador e Recife, muito em razão do declínio econômico baseado da atividade agroexportadora do açúcar, que foi a grande atividade do Brasil Colônia, assumiriam cada vez mais papéis subalternos.

Em “Aprendizes do poder”, Adorno (1988), dá outra perspectiva a respeito dessa diferença de dinâmicas entre regiões e cidades do Brasil Imperial. O autor, no seu segundo capítulo, analisa os debates na Assembleia Geral Legislativa do Império, a respeito da criação e localização de *cursos jurídicos*, posteriormente Faculdades de Direito. O assunto era de suma importância, pois os bacharéis assumiram um papel nevrálgico na burocracia imperial. O corpo mais qualificado das instituições público-administrativas era basicamente preenchido por bacharéis em Direito. Por essa, entre outras razões, fazia-se mister oficializar e instrumentalizar as instituições de formação jurídica. Onde deveriam ser localizadas tornou-se um acirrado debate político na Assembleia. Uma vez que “Não sem razão, os diversos deputados procuravam carrear a localização dos cursos jurídicos para a região da qual eram representantes provinciais à Assembleia Constituinte” (ADORNO, 1988, p. 82).

A importância política e o prestígio seriam, portanto, algo pelos quais se valia muito lutar em favor. Assim sendo, houve um intenso debate entre deputados, em particular, de São Paulo e da Bahia em torno do tema da instalação de um curso jurídico em suas respectivas províncias. Cada um deles expunha seus argumentos em favor de suas respectivas províncias. Eles iam desde os esperados fatores políticos e condicionantes de estrutura socioeconômica, para que o empreendimento fosse viável, até fatores como clima, salubridade e inclusive fatores morais. Entre os senões realmente concretos e objetivos, havia o temor de que se um determinado curso jurídico fosse localizado em certa província, na qual a instituição fosse tomada pelas disputas políticas regionais ou locais.

Desta feita, tais instituições de ensino seriam impedidas ou comprometidas de funcionar, pois “até os mais discretos mestres se arriscam a receber influência de opiniões populares, industriosamente propagadas por astutos demagogos” (ACC. Apud RODRIGUES, 1974, 96. Apud ADORNO, 1988, 86)⁴³. As contendas, enfim, foram encerradas com a instalação dos Cursos Jurídicos em duas cidades⁴⁴: São Paulo, no qual se atenderia a região centro-sul, e o outro em Olinda, no qual se atenderia a região norte do Império. A Bahia foi preterida, apesar de sua experiência político-administrativa de antiga capital no período colonial (BARICKMAN, 2003, 38). Tal fato ocorreu, dentre outros motivos, por capital baiana já possuir um curso de medicina, que remontava o Período Joanino (1808-1821).

Alcindo Gunabara, enfim, ao aconselhar o amigo Manoel Bomfim a ir para o Rio de Janeiro certamente não tinha todos esses detalhes em mente. Certamente, no entanto, teve o político e jornalista a consciência de que a capital do Brasil, na época, era o grande centro do País naquele momento. Portanto, o espaço para que aquele *prodigioso* amigo tivesse meios de prosseguir em uma sua carreira acadêmica e a consagrar-se entre os intelectuais brasileiros. O Rio de Janeiro era o ambiente para isso, não apenas por razões político-econômicas ou institucionais, mas, sobretudo por ser um ambiente em agitação de ideias e que concentrava a *intelligentsia* brasileira daquela transição para o século XX. Na prática, o meio fundamental de consagração intelectual era, enfim, ingressar em algum circuito de relações desses grupos intelectuais. Guanabara muito provavelmente teve essa sensibilidade ao aconselhar o amigo Bomfim a ir para o Rio de Janeiro, que concentrava naquele momento, toda essa série de condicionantes de legitimação e consagração intelectual.

2.3 A INTELLIGENTSIA DO RIO DE JANEIRO

É preciso analisar as condicionantes socioeconômicas que permitiram a trajetória de Manoel Bomfim como destacado intelectual no Rio de Janeiro. Far-se-á necessário, para a sua compreensão, observar os argumentos de Miceli (2001) a respeito da formação dos

⁴³ Esse temor era, sobretudo, em relação às províncias do norte do Império brasileiro.

⁴⁴ Assembleia Geral Legislativa aprovou a instalação dos cursos em Olinda e São Paulo em sessão de 31/08/1826, encaminhado o projeto ao Senado. Esse aprovou, convertendo em lei, em 11/08/1827. A Faculdade de Direito foi, posteriormente, transferida de Olinda para o Recife. (ADORNO, 1988, p. 88)

intelectuais no Brasil e compará-los com a trajetória e formação intelectual de Manoel Bomfim. Segundo Miceli⁴⁵, a formação da intelectualidade brasileira, no entre séculos XIX e XX, está ligada a um processo denominado *reconversão*. O quê seria uma espécie de adaptação de um indivíduo, de uma determinada condição socioeconômica, para outra inferior, mas que ainda lhe conferisse honrado *status* social: o de intelectual. Seriam, portanto, tais indivíduos egressos de *grandes famílias* decadentes, cuja condição de intelectual daria a eles e suas respectivas famílias possibilidades de (re)afirmação social. Em palavras do próprio Miceli,:

Para aquelas famílias em declínio que ocupam uma posição em falso em virtude do desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível, a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais – em especial em conjunturas estratégicas como educação dos filhos, a “escolha” dos cursos superiores, o casamento, a nomeação para cargos públicos etc. –, por ser o único com que ainda podem contar para escapar a um rebaixamento social ainda maior. (MICELI, 2001, p. 22-23)

A teoria *bourdieusiana* da *reconversão*, a qual Miceli se referencia, trata, em termos simples, a respeito da permuta de uma determinada condição, que conotaria determinado *status* social, por outra em que o *status* não é essencialmente o mesmo, mas ainda potencialmente confere certo padrão social mais elevado ou legitimado. Em uma condição, no exemplo em particular citado, em que a situação daqueles que passaram por um declínio econômico ainda conservariam certo *status* social favorável, que impediria um possível declínio mais drástico. No entanto, seguindo-se ainda pelo pensamento de Bourdieu (apud MICELI, 2001), é preciso analisar que a *reconversão* é empreendida por uma interconexão de capitais: simbólico, cultural, econômico e social. No exemplo de Miceli, em relação específica ao Brasil, a decadência familiar significa a perda do capital econômico. Sem esses recursos financeiros, as possibilidades de um declínio social mais vertiginoso era mais provável. Para reverter tal quadro, a família em declínio poderia dispor então de *capital social* que ainda possuía. Segundo Bourdieu (2011-a), ele depende das relações que são estabelecidas, em geral, pela família. Redes de contatos estabelecidas

⁴⁵ O autor faz uma análise da formação do intelectual no Brasil, que cronologicamente segue do período da Primeira República (1889-1930) até a instalação do Estado Novo (1937). Apesar de a tese direcionar-se especificamente para a formação de escritores ou literatos, ela dá possibilidades de se observar o ambiente intelectual e suas demandas no período de Manoel Bomfim.

pela “família, antigos alunos de escolas de ‘elite’, clube selete, nobreza, etc.”, que podem ser mobilizadas, já que se constituem em “produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente” que são “orientadas para a produção ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, de curto ou longo prazo” (BOURDIEU, 2011-a, p. 67-68). Sem mais possibilidade de se utilizar o capital econômico, em razão de sua dilapidação, a família ou indivíduo utilizava o capital social, em sua rede de relações. Assim, havia meios de se constituir o capital cultural, por exemplo, sob a forma de um diploma, que em via de regra é o ato burocrático, reconhecido pelo Estado, como testificação de caráter jurídico que certificaria e legitimaria a competência de um indivíduo em determinada área do conhecimento. A partir dele, o indivíduo adquiriria o capital simbólico, de ser um acadêmico e quiçá de um intelectual também (BOURDIEU, 2011-b, p. 78). Haveria, então, entre aqueles capitais, uma relação de troca por possuírem determinado valor, reconhecido mutuamente nas relações que são estabelecidas.

Portanto, aqueles que aspiravam à carreira de intelectual, os prováveis imperativos financeiros, apesar do ocaso familiar, eram possíveis de serem compensados pela proteção de *padrinhos*. Eles poderiam ser desde parentes que mantiveram sua posição ou eram de frações subalternas da família que ascenderam socialmente, ou ainda, um terceiro, que fazia parte do circuito de relações da família em declínio e com quem ainda mantinham alguma relação. O elemento fundamental, contudo, era a possibilidade de utilização de capital social que a família ainda possuísse, sobretudo, representado pela proteção de um *padrinho*. O declínio financeiro familiar não permitiria a óbvia demanda dos investimentos nos estudos de um dos seus membros. Isso, notoriamente ficaria ao encargo de um *protetor* que pudesse facilmente dispor dos recursos necessários. Além do subsídio da educação, o *Padrinho* também poderia, e era desejável, indicar o protegido para algum encargo, em especial no funcionalismo. Tal fato justificava-se na necessidade de sustento do jovem douto, já que as atividades intelectuais, em geral, eram mal remuneradas, quando o eram. O emprego no funcionalismo era, portanto, obtido pelas relações que a família do intelectual possuía, garantindo segurança financeira (MICELI, 2001, p. 33).

Porém, a reconversão dependia de uma série de circunstâncias. Entre elas havia a de a pessoa ser do gênero masculino, já que às mulheres ainda lhes caiba uma educação menos sofisticada e voltada para o cumprimento de tarefas familiares (MICELI, 2001, p.

22-23). Estes rapazes candidatos a doutores, em geral, eram os primogênitos quando não filhos únicos. Além disso, havia outros elementos que corroboravam aos aspirantes a intelectuais. Eles eram de caráter *biológico*, quando o jovem possuía alguma doença que o debilitava: tuberculose, por exemplo; de estigmas corporais: surdez, gagueira, entre outros, defeitos físicos, ou ainda de aparência, ser mulato, por exemplo. Todas essas características delimitavam as possibilidades de se obter posições de mando ou cargos mais destacados do funcionalismo público. O capital social da família não mais se disporia possível àquela posição tradicional de mando, característica do *Patriarcado Oligárquico*. Por isso, a condição de honra de intelectual era aceitável, por representar certo *status*. A reconversão declinava o imperativo social de que os indivíduos se dedicassem a tarefas eminentemente domésticas ou que não fossem reconhecidas como tradicionalmente masculinas. Afinal, as ocupações a que se destinariam aqueles jovens aspirantes a intelectuais simbolicamente não demandavam um vigor viril, como o era a de administrar as propriedades rurais da família ou a carreira militar, por exemplo. O trabalho intelectual era algo que não necessariamente exigia a força considerada própria às habilidades ditas masculinas. Ele era feminino à medida que representavam atividades mais contemplativas, de silêncio, de solidão a exigir muito menos esforço físico e/ou imposição varonil (MICELI, 2001, p. 26).

Manoel Bomfim era então um filho de um grupo *social novo*, que ascendeu socioeconomicamente e que não estava ligado à tradicional elite canavieira. A sua destacada condição financeira lhe permitiu os estudos, na Bahia e depois no Rio de Janeiro, e sua posterior inserção entre os intelectuais do seu tempo. A condição socioeconômica privilegiada de Bomfim contradiz em parte os argumentos de Miceli de reconversão, nesse exemplo particular do intelectual sergipano. Todavia, o imperativo caráter socioeconômico, como elemento fundamental que possibilitava os estudos, é confirmado por observações de Schwarcz (1993). A respeito do perfil dos alunos das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, a autora afirma que as instituições foram: “Transformadas rapidamente em sedes das elites rurais dominantes (...)” (SCHWARCZ, 1993, p. 142). A razão seria o destaque político e social que a titulação de Bacharel em Direito conferia e não o exercício da profissão em si. A titulação era uma espécie de pré-condição de ingresso a carreiras nos altos postos do funcionalismo público e política. Já ao analisar as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, pelas quais Bomfim teve

passagem, a autora afirma que:

“O perfil socioeconômico dos alunos (...) na mesma proporção em que a profissão se valorizava, tendia também a se alterar. Principalmente a escola carioca era frequentada por uma clientela privilegiada em termos econômicos (...)” (SCHWARCZ, 1993, p. 142).

Confirma-se o caso de Manoel Bomfim em parcial contradição ao teorizado por Miceli (2001). Afinal, os estudos do sergipano foram indubitavelmente proporcionados por fatores da pré-condição econômica de sua família, que não era de origem oligárquica nem em declino. No entanto, quando o médico abandonou (como será visto mais à frente) a medicina, ele confirmou a perspectiva de “feminização” de Miceli (2001). Isso, porque Bomfim trocou a carreira médica pelo magistério, que era considerado função propriamente feminina. Na qualidade de docente, o intelectual atribuiu a si um trabalho de dedicação aos estudos, que é, de certa maneira, uma contemplação solitária e sem a necessidade imperativa de apresentar um mais acentuado vigor categorizado como propriamente masculino.

É preciso ressaltar o *palco de atuação* da *intelligentsia* brasileira. A partir do II Reinado, através, em parte, da atuação do Imperador Pedro II, como uma espécie de mecenas de artes, ciências e técnicas, que o Rio gradativamente se firmou como centro de atração artística-cultural (SCHWARCZ, 1998). Quem desejava destacar-se nacionalmente nos meios culturais, artísticos e intelectuais, naquela época até parte da Primeira República, tinha quase que unicamente como opção o Rio de Janeiro. Em outras localidades, a expressividade seria no máximo local e não haveria, certamente, nem a legitimidade nem a expressividade nacional (MORAIS, 1994). Tal aspecto ressalta-se porque *os grandes nomes* e instituições estavam no Rio.

A capital do Império e, logo depois, da Primeira República era, enfim, um centro onde primeiro ocorreriam as modernizações do País. Schwarcz (1998) destaca que “A corte ganhou, (...) melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), rede de esgoto (1862), abastecimento domiciliar de água (1874) e bondes puxados a burro (1859)” (SCHWARCZ, 1998, p. 106). Já no período republicano, essa tendência modernizadora continuou. Periódicos fluminenses diversos noticiavam entusiasticamente, por exemplo, inauguração da primeira

linha de bond elétrico (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1892, p. 106)⁴⁶, (iniciando a substituição dos puxados a burro) e o princípio da substituição da iluminação pública a gás por luzes elétricas (FON FON, 1909, p. 3)⁴⁷.

No entanto, na perspectiva de Morse (1995), havia tais modernizações e efervescência política e cultural, sem dúvida, mas a dinâmica que o Rio assumia não era de vanguardismo nem sequer original. O autor americano utiliza-se, em especial, da visão de grandes literatos, como interpretes de suas respectivas sociedades e contextos. Em relação ao Rio de Janeiro, foi escolhido Machado de Assis. A imagem proporcionada pelo grande romancista era dúbia. O Rio era uma cidade que, por um lado, vivenciava os anseios de ascensão do Capitalismo, bem à moda burguesa, mas por outro, ainda convivía com arraigadas tradições reacionárias, a exemplo do escravismo. Haveria, enfim, não apenas no Rio, mas entre os centros urbanos latino-americanos, certa concomitância de estruturas coloniais aristocráticas com outras burguesas. Isso incluiria a transformação de hábitos e relações dominadas pelo *patriarcalismo* e tradições religiosas para os de lazer mundanos e urbanos (MORSE, 1995, p. 200-216).

Apesar das contradições, é possível afirmar que o Rio de Janeiro ditava modas, valores e costumes:

A cidade fluminense, sede da corte, passará a funcionar como um polo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da *boa sociedade*. (SCHWARCZ, 1998, p. 110)

Desde meados do II Reinado, o Rio de Janeiro experimentava essas mudanças de sua estrutura e hábitos⁴⁸. Esse panorama, como observado, tanto confirmava quanto reforçava o papel que a cidade tinha, em relação ao Brasil, de atrair negócios, pessoas de todos os naipes e objetivos. Manoel Bomfim desembarcou nesse Rio de Janeiro entre abril

⁴⁶ Bond Electrico. **Diário de Notícias**. n.º 2.644. Ano IX. 08/10/1892. (capa, quinta coluna). Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 18 de out. de 2015.

⁴⁷ L.C. Pelos sete dias. IN: **Fon-fon**. n.º 32. Ano III. 07/08/1909. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 18 de out. de 2015.

⁴⁸ Morse (1995), sobre as questões representativas de elementos de modernidade, diz: “*Sem uma mola propulsora interna, o chamado progresso materializa-se na forma simbólica da iluminação das ruas, nos bondes, nas estradas de ferro e coisas parecidas*” (MORSE, 1995, p. 211). Cita o autor americano, logo à adiante, um conto de Machado, intitulado “Evolução” (1884), no qual um deputado afirma que o Brasil seria como uma “*criança que ainda engatinha*” e que “*só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro*” (MORSE, 1995, p. 211).

e maio de 1888, às vésperas da Abolição. Assistiu, aproximadamente em um ano e meio depois tanto o fim do escravismo quanto o epílogo da Monarquia Imperial Brasileira. O Rio, naquela época, estava em efervescência política e cultural. A cidade era a *vitrine* do país.

Retomando-se Miceli (2001), o intelectual brasileiro do entre séculos XIX e XX era, em geral, do sexo masculino; de uma família outrora destacada, mas em declínio e, apesar disso, que ainda pudesse dispor de certo capital social; e, com formação acadêmica, expressada pelo chamado bacharelismo (muito embora essa última não fosse em si uma condição imperativa). Para o autor, a intelectualidade brasileira daquele período era composta por aqueles indivíduos, inseridos no conceito *bourdieusiano* da *reconversão*. Ao seguir essa perspectiva de quem seria o intelectual brasileiro do *fin du siècle*, o elemento fundamental para se compreender quem são esses *intelectuais à brasileira*” é justamente observar os espaços que eles ocuparam e suas respectivas atuações neles. Eram instituições, públicas ou privadas, que tinham o poder de determinar *o que era ser intelectual, quem era*, a partir desse ponto, *quem poderia ser*, e, portanto, consagrá-lo ou não. As instituições caracterizavam e/ou moldavam de formas diversas os candidatos a homens de letras no Brasil. Aclamavam todo aquele que tivesse o prestígio de receber a alcunha de intelectual.

Segundo Santos (1998, p. 13; 2010, p. 20-21) entre todos os meios de se fazer uma carreira intelectual – o grande prêmio – era fazer parte de instituições como a Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Colégio Pedro II (que foi rebatizado, com a República de Ginásio Nacional). Santos (1998) assinala, de tal maneira, a importância daquelas instituições, para a consagração do intelectual brasileiro do fim do século XIX para o XX, que as denomina de *igrejinhas literárias*⁴⁹. A expressão traz em si certa conotação de crítica e até de sarcasmo. Não o é por acaso, já que logicamente elas possuíram suas contradições, que serão tratadas mais à

⁴⁹ SANTOS, Francisco José Alves dos. **A marcha da civilização: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPHIS, 1998. p. 13. Ver também: Idem. **A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 20-21. O primeiro é a referência da Tese de Doutorado do Prof. Francisco José Alves e o posterior é a sua publicação sob o formato de livro. A expressão “igrejinha”, sentido de identificar e, de certa maneira, qualificar as instituições do ambiente cultural e consagração e legitimação intelectual foi, a princípio, apresentada no prefácio de Francisco de Assis Barbosa para a obra de Brito Broca: *A vida literária no Brasil – 1900*, na p. 21 da 4.^a ed de 2004, cuja primeira edição é de 1956.

frente. Entre todas essas instituições aquela que se pode classificar como uma das mais importantes era a confraria afrancesada de notáveis: a ABL. Ela fazia e confirmava a carreira de um candidato à notoriedade intelectual. Por vezes, preservava sua memória por algumas gerações. No entanto, ingressar nela dependia de uma espécie de eleição, em que os critérios de notabilidade e mérito intelectual dos candidatos não eram obviamente os únicos. O capital social que o candidato dispusesse teria igual ou quiçá maior importância. Esse capital social poderia ser aquele oriundo de relações sociais de origem familiar (que ela ainda tivesse) ou obtido pelo indivíduo através da construção de rede de contatos, que de alguma maneira pudesse dispor. A partir desse ponto voltamos a Miceli e Bourdieu, para conjugar as duas perspectivas a respeito de quem era o intelectual brasileiro de fins do século XIX para o XX.

Além dos ambientes institucionalizados, os cafés, teatros, grupos e livrarias eram locais vivenciados pela intelectualidade no entre séculos XIX e XX. Ao se refletir sobre eles e suas dinâmicas próprias, de certa maneira, desvela-se a *alma* ou se expõem os aspectos mais subjetivos daqueles literatos, seu espaço e momento. Por isso, um pouco antes de tratar a respeito dos ambientes institucionalizados é preciso observar a *alma das ruas*. Broca (2004) é um desses grandes interlocutores que vivenciou em parte o ambiente da *intelligentsia* do Rio de Janeiro. O autor é de uma geração nascida na primeira década do século XX, mas foi um atento estudioso da vida literária carioca em suas diversas nuances. A primeira análise que faz é o da transição do estilo de vida do literato boêmio para outro pequeno-burguês. O primeiro seria mais ligado ao Romantismo, não tinha emprego fixo, vivia de parcos e incertos rendimentos dados pela atividade jornalística e pelas publicações de folhetins. O segundo estaria mais ligado às escolas literárias do fim do XIX, Realismo e Naturalismo, por exemplo. Eram indivíduos, em vários casos, com carreiras acadêmicas, por vezes exercendo profissões liberais, mas, em geral, ligados ao estável funcionalismo público (BROCA, 2004, p. 48).

De acordo com o próprio Broca (2004), tal alteração sucedeu em virtude de “Dois fatores, porém, concorreram sensivelmente para a decadência da boêmia: o desenvolvimento e a remodelação da cidade e a fundação da Academia Brasileira, em 1896” (BROCA, 2004, p. 40). A dinamização econômica, o maior volume de atividades urbanas, as modernizações do Rio (inclusive a grande reforma Pereira Passos, 1903), ou

seja, as transformações socioeconômicas e urbanísticas que, segundo o autor, descentralizaram os pontos de encontros dos boêmios cariocas. Após tais transformações, os grupos dividiram-se em distintos locais, que se tornaram referências de encontro. Além dos tradicionais cafés, usualmente frequentados pelos boêmios, surgiram as casa de chás, as confeitarias e as livrarias. Cada um desses espaços era eleito por um determinado grupo de literatos, que não impediria certo intercâmbio entre os distintos grupos (BROCA, 2004, p. 71-85).

Daqueles diálogos, naquele ambiente mais diverso e aburguesado, surgiu o segundo fator de desagregação da antiga boêmia: a Academia Brasileira de Letras. Sua origem é narrada como quase que casual por Broca:

Ali podia ser visto aquele que nunca andara pelos cafés e confeitarias: Machado de Assis. Costumava outrora fazer ponto na Livraria Lombaert; depois tornara-se comensal da *Revista Brasileira*, onde todas as tarde se reuniam ao lado do mestre José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Taunay, Nabuco e outros. Dessas tertúlias acompanhadas de um chá com torradas nascera, como se sabe, a Academia Brasileira. (BROCA, 2004, p. 81)

Talvez um pouco romantizada, a narrativa para a criação da Academia, em si, não é nada inverossímil. No entanto, mais importante é compreender, na narrativa, a relevância das redes de relações construídas. Elas poderiam determinar a abertura de diversas portas para maduros literatos, mas mais ainda para jovens aspirantes em busca de espaço. Outro aspecto importante a se compreender é que se a Academia Brasileira de Letras não necessariamente monopolizou a legitimação da intelectualidade brasileira do *fin du siècle*. O *status* de ser seu membro talvez fosse mais brilhante, de modo a ofuscar as demais instituições ligadas à cultura. No aspecto de a Academia ser um fator responsável pelo aburguesamento dos literatos, assim expressou Broca:

(...) é impossível negar certa influência da Academia Brasileira no crescente aburguesamento do escritor, entre nós, a primeira década do século XX. Sob o signo de Machado de Assis, a prova de compostura se tornara imprescindível para a admissão no novo grêmio, que desde o início se revestira de uma dignidade oficial incompatível com os desmandos da boêmia. (BROCA, 2004, p. 40)

E,

“Machado entendia, e não cessava de dizer, que a Academia devia ser, também, uma casa da boa companhia; e o critério das boas maneiras, da absoluta respeitabilidade pessoal não podia, para ele, ser abstraído dos requisitos essenciais para que ali pudesse entrar.” (OTÁVIO. Apud BROCA, 2004, p. 41)

Ou seja, as transformações que o Rio de Janeiro experimentava também alteravam, de certa forma, as relações entre os indivíduos, inclusive os intelectuais. Mudavam também os meios a buscar expressão, espaço, exposição e, sobretudo, legitimação.

À ABL, IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), Colégio Pedro II, pode-se acrescentar a imprensa escrita (jornais), não foram essas certamente as únicas, mas, sem dúvida, elas tiveram especial destaque como instituições que se tornaram fundamentais para consagrar os aspirantes a intelectuais no Brasil daquele período em particular. Para ilustrar, observar-se-ão o IHGB, a ABL e a imprensa. A ênfase nessas instituições explica-se em razão à particular distinção que conferiram aos intelectuais brasileiros desse momento de fins de século XIX.

O IHGB foi fundando em 1838, seguindo o modelo francês do *Institut Historique* (fundado quatro anos antes, em Paris). A fundação e posterior funcionamento seguiram-se através dos auspícios do próprio Imperador Pedro II. O monarca criava a imagem para si, que ainda lhe é muito assentada, de *mecenas das artes e ciências* do Brasil. Essencialmente esse deveria ser o papel do Instituto, ser um centro de ciências e de cultura. Afinal, sua criação e posterior composição contaram com a “elite econômica e literária carioca” (SCHWARCZ, 1998, p. 126-127). Os seus respectivos trabalhos seguiram-se, entre outras formas, pela publicação de uma revista – a RIHGB – que continha artigos diversos, em sua maioria, sobre a história do País; promoção de reuniões e debates e a premiação dos melhores trabalhos apresentados à instituição, através de periódicos concursos. Na realização de tais tarefas, o IHGB, de fato, aventava certamente seu primordial objetivo de:

(...) fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para este país tão recente, “não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história (...)”, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria “fundação da nacionalidade”. (SCHWARCZ, 1998, p. 127)

Ao buscar criar uma história própria para o Brasil, feita no País e por brasileiros,

intentava-se criar uma *identidade nacional*. A instituição era “Fiel ao seu projeto original, que pretendia constituir ‘uma história nacional como forma de unir e transmitir um conjunto único e articulado de interpretações’” (GUIMARÃES, 1988, p. 17 apud SCHWARCZ, 1993, p. 117). As narrativas históricas formariam então um discurso de agregação, sob o qual a nação se identificaria pelo enaltecimento de grandes eventos históricos e seus respectivos, não menos grandiosos, promotores. O IHGB, portanto, incentivaria ciência e artes literárias no objetivo do enaltecimento pátrio. Porém, sem esquecer que, contraditoriamente ao discurso de unidade da nação brasileira, a própria instituição tanto refletia em sua composição quanto em seus trabalhos o favorecimento a uma determinada classe privilegiada da época. Segundo Schwarcz (1993):

(...) o IHGB elegia seus pares ao mesmo tempo que excluía “os estrangeiros em terras brasileiras”, ou seja, os negros, “fator de atraso da civilização”. O instituto expressava dessa maneira sua posição no debate que se travava em outros círculos intelectuais da época, tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial. (SCHWARCZ, 1993, p. 117)

Havia uma busca por uma *identidade nacional brasileira*⁵⁰. Tal busca criou um discurso histórico nacional, para o enaltecimento do próprio País. Havia essa forte preocupação entre esses indivíduos doutos daquele período, daí suas produções refletirem tal aspecto (ORTIZ, 2006). Essas produções poderiam ocorrer na atuação desses indivíduos em seus encargos ou na expressão dos seus respectivos conceitos e pensamento através da imprensa escrita da época ou de publicações (obviamente incluindo as do próprio IHGB). O discurso, embora afirmasse a unidade, disfarçava as fortes contradições socioeconômicas brasileiras da época. Apesar do caráter patriótico, o discurso do Instituto (não muito diferente ao de outras origens) baseava-se em modelos deterministas europeus: Positivismo, Liberalismo e Darwinismo Social, por exemplo. Portanto, o Instituto Histórico buscava um processo de afirmação de *Civilização* para o Brasil que era incompatível, em termos estritos, com as características da própria nação brasileira.

Hobsbawn (1994) salienta que a nacionalidade é uma invenção, em geral, construída sobre o pilar de quatro mitos: o território, o Estado, a nação e a língua; e,

⁵⁰ A discussão mais aprofundada a respeito da temática da “identidade” e “caráter de nação” será empreendida no Capítulo 3, segundo subcapítulo 2 desta dissertação.

contextualizada pelo processo da 2.^a Revolução Industrial, alicerçada ideologicamente pelo Liberalismo. Ou seja, a ideia de nacionalidade, nação, nacionalismo, segundo o historiador britânico, é algo recente. Ela se constituiu a partir diversas variáveis tanto de condições favoráveis quanto interesses distintos. Tais condicionantes são tomadas a título de criar a ideia de uma nação e de seu respectivo país. Em outras palavras, há uma população distinta de todas as demais, por uma suposta origem comum, a ocupar um determinado território. Portanto, reconhecido pela população, o Estado fundamenta simbolicamente sua autoridade em mitos fundadores que podem descrever, por exemplo, a origem comum da nação (HOBSBAWN, 1990).

Manoel Bomfim (2005), em se tratando de América Latina e Brasil, participou intensamente deste debate de nacionalidade. Em seus trabalhos, basicamente descreveu, através de suas críticas aos modelos deterministas europeus, possibilidades de se construir uma *identidade nacional brasileira*. Isso porque:

A obra de Bomfim é uma densa revisão da história e da historiografia brasileiras. É uma teoria da história do Brasil e da América Latina. Na história do Brasil, ele identifica duas forças, duas tradições nacionais: uma, que considera a expressão própria, essencial, da alma brasileira republicana e democrática, viva e atuante desde o começo do século XVII; a outra, ligada à monarquia portuguesa, presente no espírito dos dirigentes do Estado luso-brasileiro, continuadores da ação da Metrópole portuguesa. (REIS, 2006, p. 186)

Desde o II Reinado até a Primeira República, basicamente, criaram-se ou fortaleceram-se os *mitos fundadores* do Brasil. No primeiro através da literatura do Romantismo e do comissionamento de obras de artes plásticas, em especial, a pintura acadêmica patriótica. No segundo, através de instituições, como o já mencionado IHGB, que criou concursos que premiavam trabalhos sobre a história do País ou comissionou artigos com igual teor. Enfim, enalteciam-se ideias como: *o encontro das três raças, os valores da colonização e a posterior presença da própria família real portuguesa*, por exemplo. Em tais trabalhos ou se idealiza eventos ou grupos (como os índios europeizando-os) ou monopolizava-se o protagonismo da história a determinadas personalidades ou grupos, a exemplo D. Pedro I, em relação à emancipação política do Brasil, e aos militares, em relação à Proclamação da República. Tais características coadunam-se ao modelo de nacionalidade exposto por Hobsbawn (1990), como

característico de vários países ao longo do século XIX.

Bomfim (2005), ao buscar uma *identidade* para Brasil, em si não diverge completamente do modelo de nacionalismo descrito e criticado por Hobsbawn (1990). A distinção do médico sergipano está em tentar construir uma alternativa que desconsidere e até supere o modelo oficial e tradicional brasileiro. Afinal, para Bomfim, esse modelo oficial valorizava em demasia uma perspectiva *bragantina*, *antipatriócia* e portuguesa, ou seja, ligada ao parasitismo de herança colonial. A alternativa era a constituição de um modelo historiográfico eminentemente brasileiro, *patriótico*, *republicano* e *revolucionário* (REIS, 2006, p. 187). Um exemplo basilar de tal proposta de Bomfim está relacionado à Independência, pois a considera apenas uma continuidade do Estado português. Porém, “(...) a expulsão dos holandeses pelos pernambucanos na Batalha dos Guararapes, em 1654, e as revoluções pernambucas de 1817 e 1824 foram os eventos fundadores da nação brasileira” (REIS, 2006, p. 189). No evento dos Guararapes, por exemplo, para Bomfim, surgiu ali uma identidade comum, a *árvore-nação*, em razão da expulsão de invasores estrangeiros. Ou seja, um determinado grupo social entendeu-se indivíduos ligados a uma origem comum em virtude de uma ameaça externa. A unidade constituída pô-los em armas na defesa de um território. Havia nação e território. A distinção de Bomfim está na percepção de que a origem comum daquela nação está em ser a fusão de grupos étnicos diversos. Portanto, ela é mestiça e assim enxerga a sua unidade. Então, para Bomfim, a nação brasileira se caracteriza por ser mestiça, de origens variadas ao ter conquistado o território que se tornou o Brasil.

Apesar das contradições e quiçá talvez em razão delas, o IHGB tornou-se uma instituição bem-sucedida. É claro que muito desse sucesso deve-se também ao forte patrocínio e presença da Monarquia naquela instituição, em particular do próprio Imperador Pedro II, na condição de patrono. Ela pretendia, igualmente, criar uma narrativa oficial da história brasileira que obviamente contemplasse interesses da Monarquia e da composição social que representava. Daí o *apesar* e o *quiçá talvez* em virtude das contradições das versões oficiais construídas. Em um espaço como esse, o aspirante a intelectual teria terreno fértil para a sua desejada ascensão, em um tênue limiar entre o gregário e o de certa independência autoral e de expressão.

A ABL é uma instituição cronologicamente bem posterior ao Instituto Histórico.

Semelhante a ele, a ABL também tem em sua idealização e constituição uma concepção afrancesada. Formalmente, ela foi fundada em 1897, ocorrendo uma série de sessões de debates anteriores de caráter preparatório. A sessão inaugural foi realizada no edifício do *Pedagogium*, na rua do Passeio, no Rio de Janeiro. Na verdade, a Academia funcionará provisoriamente naquele edifício por uns poucos anos até possuir uma sede própria. Primeiro no edifício do Silogeu Brasileiro e, anos mais tarde, na sede atual (e definitiva) do *Petit Trianon* (SEVCENKO, 2003, p. 117). Sua idealização, inspirada na congênere Academia Francesa, foi obra do esforço, entre outros meios, político e de grandes nomes da intelectualidade brasileira da época. Entre eles estiveram, por exemplo: Machado de Assis (que foi o primeiro presidente), Artur Azevedo, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Olavo Bilac, Visconde de Taunay (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1946, p. 38-39). Assim sintetizou e analisou Sevcenko (2003) a conjuntura em torno da qual a ABL foi constituída:

(...) desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda produção literária nacional se faria no Rio de Janeiro, voltada para aquela cidade ou tomando-a em conta. Palco principal de todo esse processo radical de mudança, a capital centralizou ainda os principais acontecimentos desde a desestabilização paulatina do Império até a consolidação definitiva da ordem republicana. Ela concentrava também o maior mercado para homens de letras. Sua posição de proeminência se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração ali da Academia Brasileira de Letras. (SEVCENKO, 2003, p. 117)

Reforça-se a ideia, já anteriormente trabalhada nesta dissertação, de o Rio de Janeiro ser um centro agregador, nesse período. Um centro de caracteres de aglutinação diversos: político, por ter sido a capital do Império e ser a capital da Primeira República; econômico, por ser ainda um importante porto e compreender parte da região economicamente mais dinâmica do País; e cultural, por ser tanto a porta de entrada quanto de difusão para demais regiões do Brasil de ideias. Portanto, o Rio de Janeiro, naquela época, era o local para se estar, caso desejasse ascensão política e/ou socioeconômica e, também, promoção intelectual. Se alguém aspirasse ao posto de intelectual, de douto homem de letras, o Rio de Janeiro era o *palco* para se estabelecer e, a partir dele, consagrar-se nacionalmente ou amargar o insucesso.

A Academia Brasileira de Letras, estabelecida no Rio de Janeiro, tornou-se um dos

mais extraordinários palcos da intelectualidade brasileira de fins do século XIX para o XX. Na posse de Euclides da Cunha, o próprio Machado de Assis, no discurso de posse do novo acadêmico, assim assinalou efusivamente a respeito da Academia: “Não sei de nenhum posto mais elevado neste país” (ASSIS apud SEVCENKO, 2003, p. 184). Ou seja, ser um acadêmico, vestir o fardão e participar das solenidades e sessões conferiria àquele, qualquer que fosse, uma altíssima distinção social e um poder de formar opiniões. Conferiria ao acadêmico o poder de possuir um discurso de autoridade, quase que incontestável. O acadêmico, através, em especial, de sua ligação institucional com a ABL poderia ostentar com galhardia uma distinguida posição na sociedade, já possuindo tal posição a enfatizaria. Caso ainda não tivesse prestígio social, o alcançaria após conquistar um lugar entre os imortais da ABL.

ABL poderia ser utilizada desde para a óbvia consagração pessoal, formação de opiniões, influência, até a menos elegante desautorização do discurso de um antagonista. A ABL seguiu o histórico, originado da concepção de sua criação e daquela sua congênere francesa, de ser uma academia de notáveis. Eram, sem dúvida, homens dedicados às letras, intelectuais, certamente, mas indivíduos notáveis socialmente. Um exemplo interessante dessa característica de ser uma agremiação de notáveis é a polêmica em relação à eleição para de Lauro Müller em 1912. Müller era um político, na época ministro de estado, e que não havia publicado nenhum livro. Uma coletânea de discursos fora publicada às pressas, mas que só aumentou a celeuma em torno da eleição e ainda provou a chacota geral, pois ainda que impressa em letras garrafais, não passava de modesta brochura. A questão ganhou obviamente os jornais, em que se questionava se instituição deveria ou não ceder ao seu purismo e admitir membros não necessariamente literatos. Ao se refletir sobre o caso exemplar, percebe-se que a Academia não era isenta em relação a demandas políticas e socioeconômicas.

A dita autoridade do acadêmico, membro da ABL, em si pode ser interpretada como uma contradição. Tal fato porque a Academia poderia potencialmente criar, como no caso do IHGB, o *discurso oficial*. Ou seja, poder-se-ia afirmar que o literato, desde que acadêmico, teria condições únicas necessárias de mérito para produzir a literatura, por exemplo, a ser considerada autenticamente brasileira. Possivelmente, aquele que não estivesse sob a chancela da Academia e teria, talvez, sua produção desautorizada ou, no

mínimo, em conta de um nível inferior à dos acadêmicos, portanto. É notório, para tal afirmativa, o exemplo da produção literária e trajetória de Lima Barreto. Ela foi, em geral, observada pela Academia e alguns dos seus membros de maneira apressada e superficial, como de menor relevo. Fato que, entre outros, resultou em fracassadas tentativas de Lima Barreto ingressar no reservado círculo dos *imortais*. Essas questões, de certa maneira, representavam as contradições socioeconômicas da sociedade brasileira daquela época, as quais a ABL obviamente não era imune. Em certos aspectos o discurso, a seleção de membros e a produção consignada da ABL reproduziram aquelas contradições sociais.

Sevcenko (2003) apresenta outro trecho de Machado de Assis em que o ilustre literato preocupava-se em severamente instar um discurso de autonomia da instituição em relação àquelas contradições sociais, sobretudo, ligadas ao regime republicano. Afirmou Machado que a instituição:

Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem que ser o que são as instituições análogas: uma torre de marfim, onde se acolhem os espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora. (apud SEVCENKO, 2003, p. 261)

As expressões de Machado de Assis de que a ABL era, semelhante às instituições congêneres suas, uma *torre de marfim* e de que, naquele espaço, poder-se-ia *escrever a história*, mas não *fazê-la*, é uma expressão utópica. Óbvio que nenhuma instituição, por mais independente que seja, não está totalmente alienada do seu contexto. No entanto, essas mesmas inserções dessas instituições em seus respectivos contextos históricos e socioeconômicos, por exemplo, dão as possibilidades de compreensão do funcionamento dessas organizações. Permitem compreender o que elas são, em uma dada conjuntura, e no que eles se tornam em outra.

Tal não era a alienação da ABL em relação ao seu contexto que, certamente nas produções de seus membros e nos debates havidos nas sessões da casa, discutiam-se e visualizavam-se o pensamento corrente do período. Esse pensamento ligado às correntes mais difundidas, em geral, oriundas da Europa, em destaque: o Positivismo, o Evolucionismo, o Liberalismo e o Socialismo. Pode-se observar tal aspecto, ainda que em uma específica análise de Sevcenko (2003), a respeito de uma das grandes personalidades

da Academia: Euclides da Cunha:

Diretamente ligado a essa formação positivista original, embora mais amplo e atual do que ela, marcava também os autores o credo inabalável num humanitarismo cosmopolita. Herança distante do Iluminismo, reavivado pelo positivismo e pelo evolucionismo progressista liberal, discerníveis como vimos na *Belle Époque*, esse conceito complexo se traduzia na prática pela elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais, à condição de referência última como padrão de solidariedade ideal a ser alcançado pelos homens na Terra. Seu objetivo, nas próprias palavras de Euclides da Cunha, seria a construção da “Pátria Humana”, vista como resultado possível e desejável do progresso material encetado no século XIX e que atingiria a sua culminância no seguinte. Somente a Terra, tornada espaço comum, é que nossa espécie poderia cumprir “o fim da civilização”, que é a “harmonia entre os homens”. (SEVCENKO, 2003, p. 142-143)

Era um período de grande ânimo no futuro, no progresso da humanidade. Essa ideia era fortemente capitaneada pelo desenvolvimento da economia (com o processo de industrialização promovido pela 2.^a Revolução Industrial), concomitantemente ao avanço das ciências e das atividades culturais. Era, portanto, a *Belle Époque*, um momento de entusiasmo, do mundo Ocidental com o *progresso* da humanidade, que tanto representou as esperanças do chamado *fin du siècle*. Semelhante ânimo, aqui no Brasil, ocorreu nesse mesmo período. No entanto, esse momento de excitação, enquanto apenas semelhante, guardou suas especificidades. Entre elas, há que se considerar a ascensão do regime republicano, como representação do progresso, pela superação dos entraves e atrasos representados pela antiga Monarquia (PENNA, 1999). Há que se considerar, contido naquele mesmo processo de substituição de regime, o ocaso formal da instituição da escravidão, conquanto guarde toda uma série de críticas em como foi empreendida, mas certamente foi um avanço social. Há, por fim, que se considerar o avanço nas ciências e nas artes no Brasil. É evidente que mais o segundo elemento que o primeiro e, nele, mais destacadamente as artes literárias, já que o Brasil e a América Latina, em geral, eram espaços *secundários* em relação a áreas centrais desse processo: Europa Ocidental e os EUA. Enquanto isso a literatura brasileira alcançara certo destaque, inclusive na Europa, por meio da produção de Machado de Assis.

A Academia Brasileira de Letras estava envolta em todo esse processo aqui no Brasil. Ela foi, através da acepção de seus fundadores e membros, a representação de um Brasil que desejava compartilhar com o mundo aquelas pródigas esperanças do *fin du*

siècle. A instituição, ao dignificar as artes, em especial, as literárias, dignificaria o País. Afirmava sua cultura como importante dentro de contexto internacional. Porém, para isso, um discurso oficial precisava ser construído e ele foi erigido seguindo as bases de modelos europeus. Óbvio que a reprodução não foi *ipsis litteris*, mas, de um modo geral, seguiu o *menu* das chamadas nações *Civilizadas Ocidentais*. Afinal, esse era o objetivo, *imitar* para se estar entre as chamadas nações *Civilizadas* do mundo. A própria instituição da Academia Brasileira de Letras era a significação de tal intento em razão de origem análoga a academia francesa e seguindo princípios bem próximos.

Por fim, a última instituição consagradora da intelectualidade e aquela que dava maior visibilidade em relação à população, neste Brasil do entre séculos XIX e XX, foi a imprensa escrita. É necessário lembrar que a imprensa era uma instituição sim, mas de caráter difuso, já que era composta por vários veículos. Ela buscava fortemente sua consolidação, que significava também, de certa maneira, a procura da profissionalização do próprio meio jornalístico, no Brasil daquele período. Havia ainda muita precariedade, pois muitos periódicos eram realizados em fundos de quintais, de forma artesanal e de existência efêmera. As condições de trabalho dos jornalistas eram insipientes e os salários baixos e, por vezes ainda, pagos de maneira intermitente, conforme as receitas obtidas permitiam. Ainda assim, os jornais se tornaram um grande veículo de afirmação dos intelectuais (SODRÉ, 1966; MORAIS, 1994, p. 60). Na verdade, neste período de fins de século XIX para o XX, a imprensa surgia quase que literalmente junto ao seu público leitor, criando seu mercado. Aquele aspecto mais artesanal, a imprensa deixaria à proporção que ela própria se tornasse uma indústria. Esse aspecto se afirmou não apenas no caráter simbólico, sob a forma de comunicação de massas, mas também através do desenvolvimento técnico dos insumos que tornaram viável o alcance conquistado pela mídia impressa (SODRÉ, 1966).

A princípio, em especial para os literatos, a contribuição nos jornais era um meio de estarem mais próximos do público em geral, já que o mercado editorial ainda não era tão amplo no Brasil de fins do século XIX. Essa produção era uma espécie também de ambiente de teste. Boa parte dos aspirantes a escritores, a princípio, publicava nos jornais (SODRÉ, 1966). Neles, futuros e renomados romances foram, primeiramente, impressos sob a forma de capítulos em diversos números, que eram conhecidos como folhetins. Por

exemplo, “A estreia [de José de Alencar] se dá aos vinte anos com Cinco Minutos, série de folhetins do Correio Mercantil (...)” (CANDIDO, 1997, p. 200). Lançado um primeiro folhetim, iniciava-se o teste da narrativa e do autor. Ao se aumentar a tiragem dos números posteriores, pela procura dos leitores, e/ou houvesse certo burburinho a respeito do material nas rodas literárias (cafés, confeitarias e livrarias) era sinal de provável aprovação do novo autor. Aprovado nesse teste, o escritor teria boas condições para conseguir publicar sua obra, agora sob o formato de livros, e garantir o *status* de intelectual.

Através dos jornais, ocorriam também os debates. Eles eram bastante acalorados, por vezes, e de interesse geral, por isso, mais próximo do público de então. Os debates e, sobretudo, as grandes polêmicas, através dos periódicos, confirmavam e consagravam uma carreira de homem de letras. Afinal, a interpolação e a altercação eram compreendidas socialmente como uma espécie de *know-how* imperativo ao constituir-se um intelectual reconhecido. Esse, talvez, segundo diversos autores, fosse o meio mais importante para se alcançar o desejado reconhecimento dos pares e da sociedade. Moraes (1994) assim define a arte e a importância da polêmica:

A moda na imprensa brasileira na virada do século (XIX) não era a notícia, mas a polêmica. Jornalista que decidisse fazer carreira como grande editor ou como repórter de talento estava condenando a desaparecer sob a poeira da obscuridade. Quem tivesse plano de brilhar, que preparasse a pena e arranjasse alguém para combater. A polêmica era o palco ideal para o exercício da elegância, da erudição e, quase sempre, da ferocidade do ataque. Verdadeiro teste de resistência, sua importância pode ser medida pelo tempo que durasse, com os dois contendores de pé. Uma polêmica que só resistisse um mês não era digna do nome. Mais do que o conteúdo, foi o tempo de duração que imortalizou, por exemplo, a guerra de palavras entre o jurista Ernesto Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa em torno do Projeto de Código Civil do presidente Campos Sales, no segundo ano do século (XX). A rigor, o assunto não deveria ultrapassar as paredes dos tribunais e da Câmara dos Deputados, mas foi nas páginas dos jornais que os dois duelaram. A arenga durou até 1905. Foi assim que o Brasil alfabetizado se emocionou, como nas lutas de boxe, com disputas memoráveis como “Carlos de Laet contra Camilo Castelo Branco”, “Júlio Ribeiro contra padre Sena Freitas” ou “Hemérito José dos Santos contra Machado de Assis”. Iniciada a peleja, os litigantes estavam qualificados a se apresentar em público não apenas como jornalistas ou advogados, mas como “polemistas”. E quanto mais notável fosse a vítima da polêmica, tanto maior o prestígio do polemista. (MORAIS, 1994, p. 60)

A importância da polêmica caracterizava-se pela sua duração. Ter um *antagonista à altura* levava ao *reconhecimento e consagração*. Pode-se dizer que essa era a *receita para o sucesso*. A contribuição na imprensa era fundamental em razão das possibilidades de

visibilidade e de se utilizar o meio como um literal *palco*. Um plano de exibição, que era a forma para ser visto e notado. Daí a afirmação de Moraes (1994), de que *o conteúdo era o que menos importava*. Era preciso se ter mente para a polêmica, a sua impetuosidade, a demonstração do domínio de um conhecimento largo, o longo prazo da altercação e, sobretudo, um adversário à altura. A quem se dirigia a polêmica era, talvez, o elemento mais crucial. Afinal, quanto maior o prestígio e reconhecimento que o antagonista da polêmica tivesse, mais visibilidade, reconhecimento e afirmação o provocador da peleja igualmente teria em retorno. Para se ter uma exemplar apresentação de tal assertiva, observe-se, mais a frente, as afirmações de Moraes (1994) a respeito de uma tentativa de Assis Chateaubriand (então um desconhecido jovem estudante de Direito) em polemizar com o já consagrado Sílvio Romero, conhecido como *O rei da polêmica*.

Afinal, as críticas de um veterano reconhecido sobre um aspirante poderiam, antagonicamente, significar a confirmação da capacidade do novato. Chateaubriand, em busca de espaço e visibilidade, no Recife, decide, através dos jornais, interferir na antiga contenda entre Sílvio Romero e José Veríssimo, que *disputavam o posto de maior crítico literário brasileiro*. O jovem Chateaubriand escreveu uma série de artigos em defesa de Veríssimo, intitulados de “A morte da polidez”, sob a assinatura de A. Bandeira de Melo. No Rio de Janeiro, sem que o próprio autor dos artigos tivesse conhecimento a respeito, suas críticas foram logo posteriormente publicadas sob o formato de um livro (uma pequena brochura). O fato foi atribuído ao próprio Veríssimo e/ou amigos seus, no intuito óbvio de atingir Romero. Chateaubriand aguardou então, ansiosamente, a resposta, mas ela não viria. O retorno, com o ataque de Romero, traria ao jovem estudante de Direito uma extraordinária exposição, provavelmente, de âmbito nacional. Era o que Chateaubriand mais desejava (MORAIS, 1994, p. 64-67; AGUIAR, 1999, p. 107). Porém, o esforço resultou em uma frustração, já que Romero:

Antes de reagir, (...) teve a cautela de informar-se com amigos de Recife sobre a identidade do misterioso A. Bandeira de Melo. Ao saber que o autor da petulância era um pirralho, um terceiranista de Direito de Recife, dedicou-lhe apenas um humilhante *post-scriptum* nas suas “Provocações e debates” publicadas no *Jornal do Comércio*: “Condeno-o ao perpétuo desprezo, que é o que merece a audácia de um aspirante da literatura. Jamais me ocuparei da sua pessoa ou de seus fracassados pendores críticos e literários”. (MORAIS, 1994, p. 67)

Segundo o próprio Moraes (1994), com tal resposta, a primeira tentativa de exposição pública de Chateaubriand foi enterrada. No entanto, esse exemplo mais do que mostrar o valor da polêmica para a ascensão nos meios impressos do Brasil de *fin du siècle*, demonstra a importância de quem deve ser o alvo da polêmica. Como dito, o conteúdo era secundário, mas o tempo, a força e, sobretudo, a importância do antagonista eram elementos prioritários. Isso, porque o *valor* de um deveria expressar o *valor* do outro, quase a equivalência. Essa característica, cujo objetivo era que quem interpolasse a polêmica, mais do que demonstrasse sua distinção, a comprovasse. Daí o posicionamento frustrante de Romero em relação a Chateaubriand, já que o primeiro não teria nada a ganhar com a polêmica proposta pelo segundo. Afinal, Romero era um intelectual reconhecido e respeitado nacionalmente e, não apenas isso; era o indivíduo que tinha a verve mais afiada que se conhecia. Receber uma observação dele significaria um indefectível abrir de portas à consagração, ainda que em uma crítica e muito certamente em virtude mesmo de tal aspecto.

Quando o debate dava-se entre dois consagrados intelectuais? A polêmica, como já visto, era parte do jogo, por assim dizer. Entre dois consagrados autores, polemistas ou intelectuais, a contenda cumpria o papel, entre outros, de confirmar méritos. A polêmica, que se pudesse afirmar que foi *ganha* ou *perdida* em si, não necessariamente, solidificava ou inviabilizava a carreira de algum literato. No entanto, poder-lhe-ia, isso sim, estabelecer um maior plano de visibilidade pública, criar os meios necessários para que aquele indivíduo tivesse uma maior essa exposição, quer dentro de um determinado nicho, mas, especialmente, em um plano mais geral. O *debate* a respeito de um determinado tema qualquer, a discussão a respeito de uma nota de jornal ou obra, poderia ter o efeito de manter o indivíduo em evidência. Que essa possibilidade de exposição atraía a muitos é certo. Se além da exposição em si, haveria outros dividendos aferidos pelos contendores já consagrados das polêmicas é que é difícil de mensurar. No entanto, levando-se em consideração a constância da ocorrência de tal prática, em variado grupo de literatos e intelectuais, possivelmente leva a crer que sim. Talvez um dos exemplos mais interessantes, de tal questão, seja a polêmica entre dois consagradíssimos escritores: o português, Eça de Queirós e, o brasileiro, Machado de Assis. O autor brasileiro era uma figura tímida, meio que misantropo e “que abominava as discussões estéreis, não por

comodismo ou por esperteza, mas pelo ‘tédio à controvérsia’” (BARBOSA apud BROCA, 2004, p. 19). Apesar dessas características, Machado se envolveu em algumas contendas. A mais conhecida e famosa de todas foi justamente com o colega português Eça de Queirós, em geral, a respeito de observações do brasileiro sobre obras do autor lusitano.

As polêmicas relações entre Eça de Queirós e Machado de Assis remontam, ao que tudo indica, ao ano de 1878, quando veio a lume *O primo Basílio* e o escritor brasileiro publicou no jornal *O Cruzeiro* a célebre crítica em que aponta os problemas estruturais que vê nos dois primeiros romances de Eça, os quais advêm, em sua opinião, principalmente da forma pueril como o escritor português incorpora os “tiques” da nova doutrina que, de maneira explícita, Machado repele (...).

Apesar de o alvo central da crítica ser *O primo Basílio*, Machado de Assis aproveita o ensejo para acusar *O crime do padre Amaro*, cuja primeira edição em livro e segunda versão havia sido publicada em 1876, de ser uma “imitação do romance de Zola, *La faute de labbé Mouret*” (...).

Obviamente, Eça de Queirós não fica indiferente a essa crítica e no prefácio da terceira versão de *O crime do padre Amaro*, de 1880, que vinha publicando e reelaborando desde 1875, responde aos que, no Brasil e em Portugal, têm imputado ao seu livro a pecha de imitação do romance de Zola. Na apresentação desse “novo trabalho”, responde à parte da crítica machadiana referente à acusação de plágio (...) (BUENO, 2012, p. 26-28).

Não é nem preciso dizer que uma acusação de plágio é grave. Ainda que se diga que tal acusação foi meio que velada, já que Machado de Assis era conhecido por sua fleuma e elegância de trato, tanto o é que se utilizou de um eufemismo: *imitação*. Bueno (2012) argumenta que o principal objetivo de Machado era questionar os chamados *tiques da nova doutrina* contidos em “*O primo Basílio*” de Eça de Queiroz. Tais *tiques* nada mais eram do que perspectivas deterministas do Darwinismo Social contidas no texto do autor português. É preciso recordar que Eça de Queirós estava ligado àquela que foi denominada de Escola Literária do Naturalismo. Nela estão inseridos princípios do Darwinismo Social, por exemplo, a ideia de herança, degeneração e influência do meio e das raças na ação dos indivíduos e grupos sociais.

Machado de Assis esteve mais ligado à Escola Realista que, embora incorporasse alguns dos princípios do Darwinismo o fazia de maneira menos estrita. Os autores e obras do Realismo, em geral, Machado em especial, apresentam as mazelas e questões sociais como resultantes das contradições dos interesses humanos e não necessariamente influências extrínsecas aos indivíduos e ao conjunto social, como apresentavam os Naturalistas. Portanto, na crítica a Eça de Queirós, Machado de Assis buscava marcar a posição de suas ideias tanto literárias quanto políticas. Ambos os autores, promotor da

crítica e interlocutor em si, não necessariamente alteraram suas convicções literárias ou políticas, mas as expuseram publicamente. A evidência punha a questão em debate, de alguma maneira, sendo que leitores poderiam obviamente, a depender de suas respectivas formações pessoais, interesses e convicções, por exemplo, assumir uma posição favorável a um ou a outro. No entanto, independente de tais questões e até talvez do conteúdo em si, a polêmica mantinha o contendores em evidência por certo tempo. Ela poderia consagrá-los, pois permitia que, em outro nível, apresentassem seus méritos intelectuais.

A questão agora é como Manoel Bomfim se encaixou nessas polêmicas e capitaneou o posto de intelectual reconhecido em sua época? Seguiu o sergipano quase que estritamente, na sua construção enquanto intelectual, os passos anteriormente descritos. Ele colaborou para periódicos como o “Correio do Povo” (que era redigido pelo seu amigo Alcindo Guanabara), Jornal do Comércio, A Cidade do Rio, A Rua, por exemplo. Eram artigos sobre conteúdos diversos, mas que, afinal, contribuíram para que fosse:

Bomfim (...) se integrando ao campo intelectual da época. Por influência de Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, tornou-se frequentador assíduo das rodas literárias e boêmias, que eram o “locus” privilegiado da pequena, mas efervescente vida intelectual do Rio de Janeiro no fim do século XIX (AGUIAR, 1999, p. 133).

A ligação, em particular, com o *Príncipe dos Poetas* abriu para Bomfim as portas da *intelligentsia* carioca. Bilac gravita em torno do circuito composto, entre outros, por: Coelho Neto, Graça Aranha e José Veríssimo (o grande adversário de Romero). Esse grupo, inclusive, tinha proximidade com o próprio Machado de Assis (BROCA, 2004, p. 63). Fazer parte de um determinado circuito era uma das importantes condicionantes para ser reconhecido como intelectual. Tarefa, por assim dizer, cumprida por Bomfim de uma maneira um tanto distinta do modelo *bourdieusiano*, apresentado Miceli (2001). Afinal, por esse modelo o aspirante a homem de letras disporia de certo capital social, oriundo de relações de sua família (BOURDIEU, 2011-a; MICELI, 2001). Esse capital foi constituído pelo próprio Bomfim, sobretudo através das relações que estabeleceu com Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, como descrito pelo biógrafo do sergipano, Aguiar (1999).

A continuar o roteiro da construção do homem de letras, Bomfim também sofreu diversas críticas, que se tornaram famosas polêmicas. Tais críticas foram mais comuns aos

livros do autor, cujo conteúdo teórico divergia em parte de algumas tendências da época, especialmente, no que tange ao caráter racial⁵¹. A firme posição de Bomfim em contestar paradigmas do cientificismo racial, daquele momento, como a ideia de *superioridade racial*, *eugenia*, *branqueamento*, por exemplo, colocou o intelectual em embate com vários pares seus. Eles não apenas acreditavam em diversos dogmas do cientificismo racial quanto os defendiam (BERGO, 1993). Entre as mais famosas das polêmicas, a mais notabilizada, foi justamente realizada pelo conterrâneo de Bomfim – *O Rei da polêmica* – Sílvio Romero. A asseveração em relação a Bomfim foi de tal monta que Candido (1998) a destaca da seguinte maneira:

A Pátria Portuguesa (1906) e A América Latina (1907) refutam trabalhos assim denominados de Teófilo Braga e Manoel Bomfim, e a sua extensão constituiu circunstância quase anormal na obra de um homem que exprimia as suas ideias, de preferência, em ensaios e artigos (CANDIDO, 1998, p. 79).⁵²

Responder à obra, por parte de Romero, era legitimar um adversário à altura. A dita anormalidade ocorrera em razão da publicação, em 1905, da primeira obra de Bomfim “A América Latina: males de origem”. O autor faz um longo tratado sobre as razões do “atraso” dos países e populações latino-americanas⁵³. Entre os argumentos de Bomfim, o que mais afetou Romero foi a quebra de certos paradigmas do cientificismo racial. Segundo Aguiar (1999), a obra de estreia de Bomfim foi até bem recebida no meio intelectual brasileiro, arrancando até alguns elogios de destacadas personalidades da época, a exemplo de Nestor Victor, Frota Pessoa e Álvaro Bomilcar. O primeiro chama atenção que “as páginas de A América Latina foram daquelas que até agora mais prazer me têm dado ao voltar ao meu país”; o segundo enaltece o trabalho sugerindo que seja distribuído “por todos os países latino-americanos”; e, o último, chama a atenção de que discorda de diversas ideias, mas é “(...) fecundo em verdades e sugestões, é um dos mais belos frutos da nossa cultura mental” (AGUIAR, 1999, p. 318)⁵⁴.

⁵¹ A discussão a respeito das influências teóricas Evolucionistas e respectivas críticas de Manoel Bomfim serão apresentadas em capítulo posterior.

⁵² Atente-se ao fato que Manoel Bomfim sequer era o principal “adversário” ou alvo das polêmicas de Sílvio Romero. O principal contendor do polemista Romero era José Veríssimo, pois ambos disputavam aquele título (informal) de “maior crítico literário brasileiro”.

⁵³ Análise mais detalha da obra será realizada em capítulo posterior.

⁵⁴ O comentário de Bomilcar ocorreu em 1915, quando a obra de Bomfim completava seu décimo aniversário de publicação.

O polemista Romero era um ardoroso defensor de alguns dogmas raciais, em especial, em relação ao Brasil, da tese do *branqueamento*. O incômodo do polemista, como tanto estranhou Candido (1998), foi a tal ponto que o livro, quase homônimo ao de Bomfim, objetivava simplesmente questionar e apontar os *graves* erros e equívocos do autor (ALVES FILHO, 1979, p. 44-45). Talvez se possa dizer que esse episódio com Romero tenha sido para a carreira intelectual de Bomfim o seu *batismo de fogo*. Assim Aguiar (1999) destaca a questão:

O principal e mais feroz crítico da obra de Manoel Bomfim foi o também sergipano (natural da cidade de Lagarto) Sílvio Romero. O autor de *História da literatura brasileira* escreveu vinte e cinco artigos contra *A América Latina: males de origem*, publicando-os na revista *Os Anais*, de Domingos Olímpio, sob o título geral de “Uma suposta teoria nova da história latino-americana”. Estes artigos foram posteriormente reunidos no livro *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. (AGUIAR, 1999, p. 319)

Semelhante ao que ocorreu nas exemplificações anteriores, à polêmica não importava o assunto, o que importava era a ação em si. Para Chateaubriand, importava ter exposição, na sua tentativa de equivaler-se a Romero, enquanto personalidade socialmente reconhecida. Para Machado de Assis, importava questionar os princípios deterministas raciais do Naturalismo, defendendo, então, o seu ponto de vista em detrimento ao seu colega português. Para *O Rei da polêmica*:

Como se sabe, Antônio Candido falou da “inveja doentia” que dominava o íntimo de Sílvio Romero, mas isso, apenas, não serve para explicar inteiramente a reação e a irritação do crítico sergipano ao ler *A América Latina: males de origem*. A verdade é que Manoel Bomfim foi o único pensador social brasileiro da época que criticou de modo sistemático a teoria da desigualdade inata das raças, atribuindo a causas sociais o atraso e a desordem das sociedades latino-americanas. Estas causas sociais repousariam, sobretudo, nos mecanismos internos e externos de dominação, que Bomfim procurou interpretar através do conceito *parasitismo*. As críticas de Bomfim ao racismo e ao parasitismo eram interligadas: configuravam um *contradiscorso* à ideologia dominante que via na pele e na carapinha do povo as razões recônditas da miséria brasileira. (AGUIAR, 1999, p. 322)

Fica evidente que o incômodo exagerado de Romero ocorreu por dois fatores essenciais. Primeiro em virtude da elaboração de uma argumentação que punha em xeque os axiomas mais preconceituosos e reacionários do cientificismo racial, alguns deles defendidos por Romero, como o *branqueamento*. Segundo porque esse trabalho obteve boa

recepção dos seus pares, naquele momento. Isso poderia ser uma significativa brecha para se romper alguns dos paradigmas que Romero defendeu sua vida inteira. Ele não poderia permitir. Daí a virulência sobre o autor que estreava.

Pela perspectiva de Moraes (1994), a polêmica fazia e consolidava uma carreira de intelectual. Era de se esperar, então, que Bomfim refutasse as críticas de Romero. Assim, estava aberto o espaço para um longo e renhido debate. Dele, o médico sergipano poderia se reafirmar como grande personalidade nacional. Porém, Manoel Bomfim recusou a bater-se com Sílvio Romero. Apesar daquele conjunto de artigos e do um livro publicados pelo *Rei da polêmica*, que basicamente destroçava as ideias de Bomfim no seu “A América Latina”; manteve-se em silêncio. As razões em si do silêncio de Bomfim não são muito claras. O que se sabe é que o médico, com tal atitude, abriu mão de um importantíssimo veículo de afirmação intelectual no Brasil de fins do século XIX. A trajetória dele demonstra que essa atitude não foi a única fora do usual. Manoel Bomfim também não só rejeitou o convite de Machado de Assis, para ser membro fundador da ABL (REIS, 2006, p. 223), como também teria igualmente rejeitado uma segunda indicação de ingresso feita, por carta, por Graça Aranha (AGUIAR, 1999, p. 530-531).

Manoel Bomfim foi membro, na condição de professor, da Escola Normal, e de professor, pesquisador e diretor (por aproximadamente 17 anos) do *Pedagogium* (GONTIJO, 2010). Não eram instituições que dessem a mesma notoriedade que a ABL, em absoluto. Porém, revela a ligação com certo circuito político que poderia indicar Bomfim a tais encargos, que representaria a perspectiva pragmática de sobrevivência e conferiria algum *status*. O *Pedagogium*, por exemplo, era um museu pedagógico, ou seja, era tanto uma instituição de pesquisa de processos relativos ao ensino quanto de formação continuada de professores. Em geral, as jovens professoras que saíam da Escola Normal realizavam uma formação continuada, uma espécie de especialização da época, no *Pedagogium*. Embora o *Pedagogium* tenha experimentado uma existência assoberbada, sobretudo pela falta de recursos e certas precariedades, sempre ocorriam notas e reportagens na imprensa de eventos, atividades e solenidades de formatura da instituição. Eram prestigiadas por autoridades diversas, por vezes, o próprio presidente da República, e assinalando-se sempre a participação do *Diretor Dr. Manoel Bomfim* (GONTIJO, 2010; O FLUMINENSE, 1906, p. 1; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1906. p. 2; GAZETA DE

NOTÍCIAS, 1915. p. 4)

Manoel Bomfim preencheu os quesitos definidores da *cartilha* do intelectual brasileiro da transição do século XIX, mas com algumas ressalvas. Entre as exceções houve a de não participar de *igrejinhas literárias*, de não refutar o mais *virtuoso* dos polemistas sobre “A América Latina” e possuir uma origem socioeconômica diversa a usual para os intelectuais brasileiros de fins do século XIX. Essas dissensões de Bomfim, observadas em relação à sua trajetória, de certa maneira elucidam o seu *discurso a contrapelo* e a atitude avessa ao academicismo. Destacadas tais exceções, Bomfim seguiu os demais segmentos do roteiro do intelectual brasileiro daquele período. Possuía formação acadêmica; publicou diversos livros e teve várias contribuições na imprensa; e, por fim, estava imerso no universo dos homens de letras do Rio de Janeiro pela interseção de Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, que o conduzia à proximidade do próprio Machado de Assis. Guanabara era um conhecido, influente e respeitado jornalista, com carreira na política e Bilac ninguém menos do que o *Príncipe dos Poetas*, título informal que dimensionava sua notoriedade. Através em especial do *Príncipe*, Bomfim aproximava-se de Machado de Assis, que era certamente a grande personalidade entre os literatos da época.

CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE BOMFIM SOBRE A ORIGEM DOS MALES DA AMÉRICA LATINA

Este terceiro e último capítulo da dissertação fará uma análise da obra de Manoel Bomfim: “A América Latina: males de origem”, em virtude não apenas de ser a obra que principia algo que pode ser chamado de pensamento *bomfiniano*, mas também é o seu trabalho mais conhecido. Portanto, é a produção que provocou um impacto mais notório quando lançada. Em um tom meio prosaico, algo como que uma “singularidade inesperada” e que toma as atenções de assalto.

O primeiro subcapítulo – Paris: a *Civilização* buscada e o Imperialismo abominado – tenta compreender, a princípio, as motivações de Bomfim para a elaboração da obra. Contudo, em uma perspectiva que procura refletir a respeito das próprias acepções do autor em relação à ideia de *Civilização*. A análise desse ponto de vista faz-se necessária em virtude de certa ambivalência do autor. Afinal, Bomfim desenvolve tese de que os países latino-americanos estão atrasados em relação às *nações civilizadas*. Em contrapartida, também afirma que o imperialismo e a ignorância europeia (em relação às questões latino-americanas) eram parte da justificativa do atraso daqueles países do Novo Mundo. Quer dizer, a *Civilização* era algo que se buscava, porém era também temida, já que poderia representar uma opressão. Então, essa ambiguidade foi bem configurada pela elaboração do texto justamente em Paris que, de maneiras diversas, simbolizada o desejo de se alcançar a sua sofisticação, mas que essa igualmente possui uma perspectiva obscura.

No segundo subcapítulo – Entre Américas: por um novo caráter de nação – ocorrerá a análise das propostas de Bomfim. Isso a partir da perspectiva de que o autor buscou constituir um caráter de nação diverso daquele estabelecido pelas concepções deterministas da transição dos séculos XIX e XX. As teorias raciais, sobretudo, o Darwinismo Social engendraram, a partir de seus princípios, a incapacidade de nações *mestiças*, logo *degeneradas*, tais como seriam as latino-americanas. Para Bomfim, então, era preciso desconstruir aqueles discursos raciais e, por conseguinte, construir outro. Esse outro em que aquelas *raças mestiças* não se caracterizassem um vetor de retardo para a América Latina. O autor buscava, enfim, dar um novo caráter às nações do Novo Mundo. Esse seria,

então, o resultado da inquirição da qual Manoel Bomfim estabelecia no seu livro de quais eram os *males* que contribuíam para o atraso da América Latina. Tais *males* originavam-se de uma *herança* de um processo de colonização e formação de sociedades meramente voltadas à exploração. As sociedades colonizadoras legaram aos seus *descendentes*, portanto, os semelhantes vícios que possuíam. Esse processo ocorreu tal qual a qualquer organismo que é *parasitado*, pois ele acaba por reproduzir o *parasita*. Bomfim, mais do que um historiador ou sociólogo, na condição de um médico mesmo buscava diagnosticar os *males* da América Latina.

O terceiro subcapítulo – Solução: branqueamento ou instrução? – refletirá sobre um dos fundamentais *tratamentos* propostos por Manoel Bomfim para os *males* latino-americanos, a Instrução. A Educação pública e de massa foi uma das grandes defesas de Bomfim para a superação dos problemas da América Latina. Afirmava o autor, em relação à sua refutação às teses deterministas, que não era necessário um aprimoramento racial das populações, mas sua capacitação e aperfeiçoamento intelectual. Para se quebrar os *vícios herdados* dos colonizadores e, assim, assumir uma constituição de sociedades *civilizadas*, os indivíduos deveriam ser educados ao trabalho produtivo e habilitados pela instrução. Porém, a solução descrita é a de se assumir um modelo de instrução ou educação representativo da própria *civilização europeia*. Essa sociedade, paradoxalmente, tanto servia de referência quanto era o elemento das mais veementes críticas do médico em relação à América Latina. Em uma perspectiva popular era *parte do problema, parte da solução*, não havia uma proposta, por assim dizer, *autóctone*.

3.1 PARIS: A “CIVILIZAÇÃO” BUSCADA E O IMPERIALISMO ABOMINADO

A obra “A América Latina: males de origem” foi publicada em 1905, tendo até o presente mais duas outras edições respectivamente em 1993 e em 2005, quando o trabalho de Manoel Bomfim completou seu centenário de publicação. No Prefácio desta Edição do Centenário⁵⁵, assinado por Azevedo Amaral, dá-se breve notícia do contexto que incitou

⁵⁵ Azevedo Amaral era médico, mas se dedicou, sobretudo, ao jornalismo. Nasceu no Rio de Janeiro em 1881, ou seja, aproximadamente 13 anos mais jovem que Bomfim, mas lhe foi contemporâneo. Nessa edição de 2005, realizada pela Topbooks, o preâmbulo de Amaral cumpre o papel de praxe: enaltecer a obra e o seu

em Manoel Bomfim a intenção de construir aquele material. Ao se retomar o prefácio de Amaral, afirma-se que:

Provocado por um jornal de Paris, onde naquela ocasião se achava, a dar uma entrevista esclarecedora dos problemas gerais da América Latina, então ainda mais desconhecidos dos europeus que hoje, Manoel Bomfim foi levado a avaliar a extensão e a complexidade do assunto sobre o qual lhe pediam opinião. Daí a meditação e o trabalho construtivo, de que resultou este livro (...). (AMARAL, 2005. p. 31)

De início, é preciso contextualizar as circunstâncias que levaram Bomfim à escrita de “A América Latina: males de origem”⁵⁶. Entre 1901 e 1903, Bomfim, comissionado pelo governo do DF (na época o Rio de Janeiro), estava em Paris fazendo um curso na Sorbonne com Alfred Binet e Georges Dumas. Pretendia o autor especializar-se em um conhecimento que, naquele momento, ganhava impulso: a Psicologia. Outro objetivo era, com o *know-how* adquirido, implantar no Brasil, no *Pedagogium*, o primeiro laboratório de pesquisas na área de Psicologia do País (AGUIAR, 1999, p. 251-252; ANTUNES, 2006, p. 17-28; OLIVA, 1999, p. 40). Esse período passado na França muito provavelmente proporcionou a Bomfim sentimentos contraditórios. O primeiro o da França como modelo de *Civilização* ser seguido. O segundo, paradoxalmente, o da carga eurocêntrica que a própria ideia que aquele modelo trazia. Afinal, a França tinha ainda grande protagonismo em ditar tendências de pensamento. Na transição do século XIX para o XX os franceses exportaram o Positivismo e o Darwinismo Social. Autores como August Comte, Arthur de Gobineau e Gustave Le Bon, por exemplo, eram lidos e bem aceitos por distintos grupos no Brasil, de intelectuais a militares. Na verdade, havia um gosto afrancesado no Brasil

autor. Chama a atenção, no entanto, a data do texto que é de 1938, asseverando inclusive que, naquele momento, haveria a preparação de uma reedição de “A América Latina”. Como não era o objetivo desta dissertação, não foi levantado se esta possível reedição de 1938 foi impressa ou não. Ao que tudo indica, não, cabendo a obra inaugural de Manoel Bomfim, portanto, duas edições, respectivamente a de 1905, 1993 e 2005.

⁵⁶ Segundo Skidmore (2012), o que instigou Manoel Bomfim a escrever “A América Latina” foi sua participação, em 1897, como avaliador “(...) num concurso para seleção de um novo compêndio escolar sobre a história da América, a redação de seu relatório sobre esses originais o incentivou a escrever uma análise detida das causas do atraso da América Latina, que ele deu por terminada em Paris, em 1903.” (2012. 173). Apresenta o autor americano motivação e data distinta da primeira publicação de “A América Latina” daquelas apresentadas pelos dois pesquisadores de Bomfim: Aluizio Alves Filho (1979) e Ronaldo Conde Aguiar (1999). Particularmente Aguiar, que é o biógrafo de Bomfim, também narra e reflete a respeito da atuação de Bomfim como examinador daqueles compêndios didáticos. No entanto, não ressalta a atividade análise do material didático como a instigadora para a obra inaugural de Bomfim. O próprio Skidmore referencia a data de publicação de Bomfim *in dubio* [(1903?)].

daquele período. Imitar, ter ou fazer parecer alguém que apreciava uma cultura afrancesada: artes, ciência, moda, costumes, literatura e até mesmo instituições e política⁵⁷, era algo quase que como uma regra. Ela demonstrava o nível do indivíduo a confirmar ou estabelecer certo *status* social. Desse aspecto, por exemplo, Schwarcz (1998) destaca algumas passagens reveladoras da crítica de costumes que fez o dramaturgo brasileiro Martins Pena, pois:

(...) [ele] deixou, por meio da fina ironia, testemunhos importantes sobre os hábitos e modismos da época. As futilidades da corte e seu afrancesamento estão presentes em várias obras do teatrólogo. (...) O estrangeirismo dessa elite, e a importação excessiva, é outro motivo de chacota (...). Em *O Caxeiro da taverna*, Francisco se queixa: “É uma mania e todos vão com ela; é obra de estrangeira e basta. Não se vê por essa cidade senão alfaiates franceses, dentistas americanos, maquinistas ingleses, médicos alemães, relojoeiros suíços, cabeleireiros franceses, estrangeiros de todas as seis partes do mundo (...)”. (...) Mas a verve dirige-se de fato contra a “mania de francês”. (...) Basta uma olhada nos jornais da corte para perceber a profusão de produtos do estrangeiro ou que como aparato de venda, levam o nome de cidades e países do exterior como chamariz. Neles, a corte dos trópicos mais se parece com Paris. (SCHWARZ, 1998, p. 112-113).

Essa *mania de francês*, a que autora se refere, seguiu desse período do II Reinado até aproximadamente as décadas de 1930 e 1940, já na República. Nesse outro momento o estrangeirismo ainda era usual, porém mais o americanismo, sobretudo, pela influência que ganhava o cinema daquele país (SEVCENKO, 1998, p. 539; BROCA, 2004, p. 141)⁵⁸. Não apenas a elite era influenciada pelo estrangeirismo afrancesado, mas a intelectualidade, em particular:

Mas não seria de admirar que vivêssemos, vestíssemos e escrevêssemos pelas receitas parisienses, se era bem poderosa igualmente a sugestão de Paris sobre o mundo europeu e ocidental nessa época, tornando-se o centro de atração da humanidade (...). A obra de Zola, de Maupassant, de Verlaine e de Rimbaud, dos naturalistas, dos simbolistas, dos impressionistas, de toda a plêiade magnífica de intelectuais e artistas, projetando o livro francês, a moda francesa, o gosto francês; (...). (BROCA, 2004, p. 141-142).

Broca ironiza a situação afirmando que tal influência viria da *parisina*, que seria

⁵⁷ Análise a respeito de instituições brasileiras afrancesadas, como a ABL e o IHGB, foram realizadas no capítulo logo anterior desta dissertação.

⁵⁸ Brito Broca especifica que a França exerceu fortíssima influência na vida literária até o período pré-guerra de 1914. Neste princípio do século XX, grandemente em razão da exibição de filmes daquele país aqui no Brasil. Esse mesmo cinema, algumas poucas décadas depois, começou a ser o meio de penetração de hábitos, mas agora culturais americanizados.

uma espécie de um fictício ou simbólico absinto que intoxicava a qualquer um com o tal hábito de afrancesamento. A *parisina* era, na verdade, uma idealização sobre a capital francesa, em seu referencial material e simbólico. Era o desejo de imitar os modelos franceses, por considerá-los indicativos da *Civilização*. Segundo Broca, boa parte dos literatos brasileiros era afetada por tal intoxicação. Havia inclusive dois casos exemplares, embora guardassem entre si certas distinções. Um era o de Olavo Bilac, amigo pessoal de Manoel Bomfim. O *Príncipe dos Poetas*, completamente intoxicado pela *parisina*, fora à capital francesa, pela primeira vez em 1891, e quando regressava sentia *um único desejo: o de partir de novo* [a Paris]. O outro era Euclides da Cunha, que parecia o único imune aos encantos inebriantes da dita *parisina*, pois pleiteava junto ao Itamarati um comissionamento para uma viagem à Amazônia. No entanto, o autor de “Os Sertões” “(...) teve formação francesa, como quase todos os escritores brasileiros da época, lia em revistas e livros de Paris, e apesar do seu ‘francês barbarizado’, chegou a encantar o Prof. Georges Dumas, numa palestra memorável, a que este aludia com enlevo” (BROCA, 2004, p. 144-151).

É possível afirmar que Manoel Bomfim, pelo contexto e pela experiência, não se encaixava como alguém nem intoxicado pela *parisina* nem totalmente imune à moda do afrancesamento. O autor experimentou singularmente aquele paradoxo de, por uma perspectiva a admiração, por outra, a consciência das contradições do pensamento europeu, francês em particular. Esse aspecto é referenciado pelo próprio Bomfim, em uma nota, em que cita um excerto de um determinado autor, mas sem identificá-lo.

“É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, civilizada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao *rastaquerismo* de considerar-se nações. Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplações e contemporizações...” (Apud. BOMFIM, 2005, p. 43)

A passagem referenciada por Bomfim deixa explicitamente claro a sua observação de que as populações latino-americanas seriam *incapazes* de lidar com as questões que promoveriam seu próprio desenvolvimento. As razões para tal *incapacidade* seriam respectivamente a preguiça a condição de incivilizados, em virtude da composição étnica

degenerada, sobretudo de mestiços. Elas, em conjunto, limitariam os povos latino-americanos de obter o melhor proveito de seu próprio território, pois seriam indivíduos rudes, ignorantes e, por conseguinte, perdulários, já que desperdiçam aqueles excepcionais recursos que as terras americanas dispunham. Além é claro, da acusação de aquelas populações da América Latina não formarem verdadeiras nações. A solução para a problemática estaria na própria Europa, pois *sábia, civilizada e laboriosa* deveria retirar o freio dos seus *pudores* e conquistar aqueles territórios. Afinal, o Velho Continente *racionalmente* teria as condições ideais de fazer aqueles recursos produzirem o potencial que seria possível obter deles.

Então, os latino-americanos *incapazes, incivilizados e degenerados* deveriam aprender com os europeus todas as lições sobre a própria América. Os europeus, por conseguinte, assumiriam um pretenso aspecto de serem *superiores*, enquanto os latino-americanos notadamente seriam *inferiores*. Para tal processo era necessário um *pensamento* que justificasse a interferência das nações europeias sobre outras. Algo que fundamentasse *cientificamente* a *superioridade* europeia de diversas maneiras, inclusive no aspecto racial, que é o sugestionado pelo excerto apresentado por Bomfim. Para tal finalidade a corrente de pensamento do Darwinismo Social foi uma das mais utilizadas. Sob uma falsa percepção de cientificidade, que legitimaria os princípios imperialistas europeus como isentos politicamente e, portanto, produzidos por um sistema que aferia a *verdade*. A mais utilizada foi aquela variante do Evolucionismo de Charles Darwin – Darwinismo Social –, que produziu a ideia de que a humanidade estava dividida em raças e que havia uma relação hierárquica entre elas (BERGO, 1993).

Portanto, a escolha da França para estudar Psicologia, por parte de Manoel Bomfim, não está relacionada somente à questão técnica de se buscar quem ou qual país dominava determinado conhecimento. Havia entre a intelectualidade brasileira aquela notória influência estrangeira, em particular francesa. Ela ia dos usos e costumes mais prosaicos, como roupas e gastronomia, até os de conteúdos mais acadêmicos, a exemplo daquelas tendências de *pensamento* e ciências. Ao, então, buscar Binet e Dumas – a França –, Bomfim procurava também aquele referencial que era tão comum aos seus pares intelectuais brasileiros. Aquele centro de atração também exerceu influência sobre o sergipano. Mesmo que ele não tenha expressado explicitamente, não foi imune ao

reconhecimento, no mínimo, da França enquanto modelo de *Civilização*. Essa distinção que o autor certamente teve não o inibiu a fazer severas críticas ao Imperialismo europeu e ao seu desconhecimento das questões particulares à América Latina. Essa questão é exposta claramente pelo autor no primeiro capítulo, da Primeira Parte, no qual afirma que:

A opinião pública europeia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado, por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se frequentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um legendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. Onde estão essas riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz, onde as fazem: são questões que se não definem, sequer, no obscuro longínquo desta visão única – a *América do Sul*... É *dela* que se fala. Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai... não importa: o que está ali, a imagem que se tem na mente é da *América do Sul*. (BOMFIM, 2005. p. 41)

O intelectual deixa claro que a Europa, na verdade, era ignorante das questões da América Latina. O conhecimento daquele continente sobre o outro era superficial, baseado em estereótipos preconceituosos e, por conseguinte, em uma perspectiva como que de *cima para baixo*. Ou seja, concluem os europeus que a América Latina é uma terra vasta e rica, mas sem uma *tradição*, que poderia ser facilmente interpretada como egressa das artes, das ciências e da constituição de um pensamento racional e original. Ela é, enfim, quase que um bloco em que não se distinguiriam partes e as suas respectivas singularidades. Em outras palavras, a imensa variedade de tipos, culturas, paisagens etc. Essa ignorância, segundo Bomfim, não se limitaria apenas ao *senso comum* do cidadão europeu, em geral. Esse ponto de vista limitado também seria visível entre aqueles que poderiam ter uma perspectiva mais profunda, pois reclama Bomfim que:

“Não aparecem, é verdade, nenhum desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das *repúblicas latino-americanas*, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias”. (BOMFIM, 2005, p. 42)

Para exemplificar seu argumento, Bomfim, um pouco mais à frente, cita expressamente dois famosos intelectuais europeus: Gustave Le Bon e Charles Seignobos.

Apresentou, então, os seguintes trechos, de autoria de Le Bon:

“... Elas – as repúblicas sul-americanas – todas, sem uma só exceção... vivem de empréstimos europeus, que bandos de políticos velhacos dividem entre si... Nessas desgraçadas repúblicas, a pilhagem é geral... os presidentes são *regularmente* assassinados, a fim de permitir a um novo partido o chegar ao poder, e por sua vez enriquecer...” (LE BOM apud. BOMFIM, 2005, p. 45. n. 2) [Destaque do autor]

De Seignobos:

(...) dessas trinta e pouca linhas, que se leem na *História da civilização* de Seignobos, que representam tudo quanto ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como estas... “... Os *paulistas* formavam, no século XVIII, um povo independente, mas sem perturbações. O regente, irmão do rei de Portugal, tomou o título de imperador do Brasil em 1826...” É completo, não é?!... Note-se que este Seignobos é figura proeminente no ensino superior, em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições e julgamentos à direita e à esquerda. (SEIGNOBOS apud BOMFIM, 2005, p. 47. n. 3).

Para Bomfim fica claro que a Europa conhece superficialmente as questões latino-americanas. Logo, a partir dessas circunstâncias, a visão europeia, mesmo a acadêmica e *científica*, é contaminada de pré-julgamentos. Reforça-se a ideia de ignorância do Velho Continente em relação à “América Latina”. Afinal, para Bomfim, o discurso europeu explicitamente ignora as possibilidades de uma apreensão mais próxima do real das questões latino-americanas. Inclusive à medida que todo esse discurso de *inferioridade* e *insipiência* era constituído, servia aos interesses político-econômicos dos conquistadores, justificando as ações imperialistas europeias.

Ainda assim e apesar de todas aquelas críticas, Manoel Bomfim utilizou de premissas de pensamento egressas da Europa, para elaborar os seus conceitos, ainda que tenha, de fato, produzido adaptações e ressignificações. O próprio Bomfim, na introdução do seu livro “Pensar e Dizer”, defende veementemente o Evolucionismo⁵⁹ como referencial teórico válido e fundamental ao seu trabalho, como se vê no trecho:

“Pessoalmente, na insignificância do meu pensamento, se me eliminassem do

⁵⁹ Manoel Bomfim deixou, segundo Aguiar (1999), um manuscrito inacabado sobre Charles Darwin. Alguns excertos digitalizados do manuscrito estão reproduzidos em sessão de figuras, entre as páginas 288 e 289.

espírito a influência dos evolucionistas, seria como se lhe tivessem desfeito toda a estrutura de ideias. Poderia esquecer nomes; perder toda a memória das obras que li; mas sinto que não posso compreender o universo, a natureza, a vida, o espírito (...) senão como evolução.” (BOMFIM, 2006, p. 42).

Já em “Uma teoria biológica da mais-valia?”, Sussekind e Ventura (1982) afirmam que Manoel Bomfim, sua argumentação e pensamento, o aproximaria mais do Materialismo Histórico. Bomfim teria substituído a *luta de classes* por *parasita versus parasitado*. Para os autores, o intelectual rompe com a ideia de neutralidade, assumindo um posicionamento crítico forte e que põe em dúvida as convicções e certezas científicas de seus pares contemporâneos. Ao fazê-lo, Bomfim expunha sua principal originalidade, que não estaria no seu rigor teórico, mas na construção de um contradiscurso. Discurso esse constituído através de metáforas biológicas e histórico-sociais (SUSSEKIND & VENTURA, 1982, p. 2-23). Para Sussekind e Ventura (1982), então:

Na complexificação dos organismos, aceita por Bomfim, quebra-se a relação de homologia e passa-se à analogia. (...) A desconstrução do vínculo homológico⁶⁰ entre instância biológica e social leva Bomfim a negar a validade da aplicação à sociedade da Teoria Darwinista de seleção das espécies (...). Ora, o spencerismo converte-se em justificativa ideológica para o liberalismo econômico (...). A crítica ao darwinismo sociológico se dá pela explicitação do seu vínculo com o liberalismo econômico e o racismo. (SUSSEKIND & VENTURA, 1982, p.19-20)

Portanto, para ambos os autores a produção de Bomfim irrompe com o Evolucionismo (e demais variantes). A linguagem biologizante, nas metáforas do autor, seriam analogias transgressoras. Afinal, ao questionar os determinismos raciais, na prática, Bomfim objetivava contestar os imperativos políticos, econômicos e sociais incutidos nos interesses das Potências Industrializadas europeias e elites latino-americanas.

Nunes (1994) assevera bastante essa argumentação de Sussekind & Ventura (1982). Afirma a historiadora que apesar da linguagem de um *biologismo exagerado* buscou o

⁶⁰ Segundo o dicionário da língua portuguesa de Laudelino Freire (1954: V 03, p. 2871), a expressão “homológico” significa a representação da “*repetição das mesmas palavras, conceitos, figuras etc.* [sendo homólogo também] *órgãos que se correspondem em estrutura de um mesmo organismo* [ou ainda a] *correspondência de estrutura entre partes ou órgãos de organismos diversos, em consequência de diferenciação evolutiva*”. O dicionário de Laudelino foi publicado uma primeira vez em 1939. A edição consultada nesta dissertação é a 2.^a ed. de 1954, comissionada pela ABL e impressa pela Livraria José Olympio. Também foi consultado a versão eletrônica do dicionário Houaiss, que deu muito próxima interpretação a respeito do termo “homológico”, no entanto, sem qualquer citação a respeito da temática da “evolução”. Laudelino Freire era contemporâneo e conterrâneo de Manoel Bomfim.

diagnóstico dos problemas brasileiros. Eles nada mais eram do que as questões socioeconômicas do País que, de tão reiteradas em nosso processo histórico-social, parecem até atávicas e, por conseguinte, demasiado contínuas em nossa evolução social. Citou a historiadora, por exemplo, que Bomfim:

Já admitia não mais poder o Estado continuar dentro de uma concepção liberalista, mas deveria ser dirigista, cabendo-lhe “regular a produção e distribuição, assim como o acúmulo de reservas capitalizadas”⁶¹. A função do Estado deveria ser, também, a organização dos serviços, as iniciativas econômicas, a legislação social. (NUNES, 1994, p. 563).

Haveria em Bomfim uma preocupação com premissas básicas do Materialismo Histórico, como a distribuição da riqueza, em contrapartida com ao seu monopólio pelo capital. Assim sendo, o Estado, dentro daquelas premissas, assumiria o papel de regulador da propriedade privada e, por conseguinte, da distribuição da riqueza (NUNES, 1994).

Vamireh Chacon (1965) pensa de forma semelhante que os autores anteriores, mas por uma perspectiva um pouco diferente. A princípio, vaticina a importância de Bomfim quando questiona “Por que não se fala neste Manuel Bonfim???” [sic] (CHACON, 1965, p. 359). Afirmação quase que exponencialmente transcrita em diversos trabalhos que, no mínimo, citaram Bomfim. Segundo Chacon (1965), o intelectual se utilizou do marxismo quando: a) questionou as consequências do Imperialismo Colonial Português, que muitos confundiriam com um sentimento lusofóbico; b) desconstruiu as teses de *pureza racial*; c) defendeu uma educação pública de massa como elemento essencial para o surgimento de uma sociedade democrática; e, d) demonstrou apreço por ações e movimentos de caráter revolucionário, a exemplo da Revolução Mexicana (1910)⁶² (CHACON, 1965, p. 356-362). Contudo, “Manuel Bonfim [sic] não fazia do Marxismo, um novo Calvinismo, puritano e absorvente. (...) desembocava no Marxismo, superando o Antropologismo, embora sem aderir a militância partidária (...)” (CHACON, 1965, p. 359-360).

Após citar uma série de autores, que de alguma maneira trataram a respeito de Bomfim, Reis (2006) sintetiza as ideias deles afirmando que compreende o intelectual:

⁶¹ Artigo da Prof.^a Thétis Nunes indica que o excerto destacado é de Manoel Bomfim do livro “Brasil Nação”. Tomo II. 1931. p. 230.

⁶² Vamireh Chacon compara a Revolução Mexicana (1910) à Cubana (1959) para dar uma ideia do impacto que o movimento mexicano teve em seu momento na América. Aguiar (1999) cita este entusiasmo de Bomfim pela Revolução Mexicana na página 499.

(...) como portador de um sentimento socialista, antielitista, republicano e democrático. Bomfim, em uma linguagem radicalmente apaixonada e ressentida, parece um marxista brasileiro precoce, original, anterior a 1922. Era uma voz dissonante, heterodoxa, que ousava pensar o impensável, num meio social alienado, conservador e inculto. Ele desejava a extensão das liberdades democráticas a todos. Ele pode ser visto como um “grande homem” nietzschiano-benjaminiano, que interpretou e fez a história a contrapelo (REIS, 2006, p. 186).

A posição de Reis (2006) sobre a asserção de Bomfim em relação ao marxismo é mais judiciosa. A princípio, chama a atenção para um conjunto de autores, que refletiram a respeito da questão. Assim, mais do que os utilizar como referencial, os compendia para tomar a sua posição. Ela é tão somente o de perceber características do marxismo no intelectual sergipano. Talvez em um precário meio-termo entre Sussekind e Ventura (1982) e Chacon (1965), quando aqueles afirmam que a linguagem biologizante envolta naquelas metáforas médicas era uma analogia para o Materialismo Histórico e o último assevera que a inserção de Bomfim no marxismo não fora dogmática. É possível associar as críticas de Bomfim, por exemplo, em relação ao Imperialismo ou determinismo racial europeu aos interesses político-econômicos dos países do Velho Continente. Não é difícil, já que as teorias raciais objetivavam justamente a legitimação ideológica do Imperialismo da Europa através da ideia de *superioridade racial*. Com tal afirmação, os países europeus impunham seus interesses materiais (REIS, 2006, p. 186).

Depois dessa discussão, algumas linhas mais à frente, Reis (2006) expõe a perspectiva do biógrafo de Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar, a respeito da visualização do marxismo na obra do médico. O objetivo era concluir a discussão e encontrar um consenso através do biógrafo, realizando aquele mesmo procedimento de sintetizar o conjunto dos argumentos. Para Aguiar (1999), a possível inserção de Manoel Bomfim no marxismo revela-se através da iniciativa de criar uma universidade popular, da qual o autor participou. Ela seria o coroamento dos projetos de educação pública de massa de Bomfim, mas fracassou por motivos diversos. Enquanto o projeto estava a *pleno vapor*, ele foi de iniciativa de instituições de representação operária, a exemplo do Partido Operário Independente, de tendência anarquista. Apesar desse contato:

Bomfim não era, nem nunca foi, um anarquista, embora conhecesse bem a

doutrina e tivesse por ela indisfarçável simpatia. Bomfim aproximou-se do Partido Operário Independente (como mero simpatizante, entenda-se) com o objetivo de levar à população – e, principalmente, aos trabalhadores – as propostas que vinha formulando e defendendo. (AGUIAR, 1999, p. 280).

Talvez seja possível afirmar que se corroboram as perspectivas que compreendem o pensamento de Manoel Bomfim equiparado com os princípios marxistas, mas não necessariamente inserido neles. Ainda que, segundo o biógrafo, Bomfim tenha assumido uma “(...) proposta ‘revolucionária’ [em] O Brasil nação [que] representava a contraposição – ou, para empregar expressão mais sofisticada, a negação dialética – à proposta ‘ilustrada’ de A América Latina: males de origem.” (AGUIAR, 1999, p. 499). A *proposta ilustrada* era a educação pública de massa como *remédio prescrito* para solucionar os *males* latino-americanos. Já a *contraposição ou negação dialética* foi o assentimento de que o processo revolucionário, enquanto força razoavelmente capaz de transgredir e romper com os interesses político-econômicos de sociedades conservadoras. Interesses sustentados com poderosa avidez tanto externa, do Imperialismo, quanto interna da elite brasileira que, afinal de contas, controlava o Estado, e não via a educação pública como uma prioridade.

Nesse espaço entre a *proposta ilustrada* e *negação dialética*, passaram-se algo próximo a 30 anos. Nos primeiros encontramos um Bomfim jovem e entusiasmado em meados do século XX. Nos outros, um homem um tanto desiludido no prelúdio da década de 1930. Esses dissabores foram bem representados pelo fechamento do *Pedagogium* em 1919, que praticamente significava o fracasso dos projetos educacionais de Manoel Bomfim (AGUIAR, 1999; GONTIJO, 2010). Em tais circunstâncias, o desengano era perfeitamente inteligível, por assim dizer. Por esse motivo, considerar o meio revolucionário de ação em razão das negativas dadas por uma sociedade elitizada e conservadora, tornou-se uma alternativa razoável para o médico. Sem, no entanto, deixar abater completamente seu ânimo, Bomfim, publica sua série “Brasil Nação”, “Brasil na História” e “Brasil na América” entre 1930 e 1931. Estava consciente da grave enfermidade que o acometia, tendo pressa em concluir aqueles que são seus trabalhos e da maturidade e últimos. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1932⁶³ (AGUIAR,

⁶³ Aguiar informa que desde de 1928 Manoel Bomfim teve sua saúde bastante abalada, sofrendo de dores constantes. Apesar do sofrimento, manteve-se ativo até próximo do fim. Entre 1930 e 1931 publica o que se

1999, p. 279-280, 499 e 507-508).

Nesta dissertação assumo posição semelhante ao ponto de vista de Ronaldo Conde Aguiar (1999) e José Carlos Reis (2006). Eles admitem a proximidade do pensamento de Bomfim em relação ao marxismo, com base, por exemplo, na estrutura, nos argumentos, nos objetivos, na conjuntura experimentada pelo autor, essa não apenas nas perspectivas das questões político-econômicas, mas também no conjunto das ideias correntes à época do médico. Apesar das similitudes, parece, para nós, inapropriado afirmar que Bomfim fosse adepto do Materialismo Histórico em si ou escrevesse dentro dos paradigmas do marxismo. Enquanto acepção teórica, Bomfim esteve mais ligado ao Evolucionismo de Darwin. Muito reforça essa convicção, tanto a defesa que o autor fez do Evolucionismo, enquanto ferramenta teórica (mesmo que com severas críticas a determinadas premissas), e o forte uso de uma linguagem médica biologizante (como muito enfatizam vários estudiosos). Quem sabe, possa afirmar, parafraseando Aguiar (1999), que o Bomfim das *propostas ilustradas* estava mais imerso no Evolucionismo, inclusive em virtude daquele contexto, no qual tais princípios de pensamento estavam em maior evidência. Já o Bomfim da *contraposição ou negação dialética*, era um homem meio que alquebrado e que, por isso, tenha se aproximado mais do marxismo. É interessante observar que os autores que defendem que Manoel Bomfim era um marxista, ainda que por uma acepção analógica, tomam por base seus textos da série “Brasil”, justamente quando autor estava no fim da vida.

Contudo, é altamente pertinente o alerta de que Manoel Bomfim não era um determinista das ideias de raça. Afinal, Bomfim buscava compreender e analisar: as causas ou origens das problemáticas latino-americanas e procurar-lhes soluções. Segundo Ortiz (2006), através de um “(...) instrumental teórico [que] pode ser resumido através dos seguintes pontos: 1) as sociedades existem como organismos similares aos biológicos; 2) existem leis orgânicas que determinam a evolução; 3) a análise da nacionalidade depende do meio em ação combinada com seu passado.” (ORTIZ, 2006, p. 23). Na prática, o pesquisador defende que Bomfim produzia comparações entre aspectos e fenômenos sociais e os da natureza. Esse elemento é encontrado em “A América Latina: males de

pode chamar de série “Brasil” e teve outro trabalho publicado postumamente: “Cultura e Educação do povo brasileiro” (1933), comissionado pela Academia Brasileira de Letras. Além de deixar uma obra inconclusa, conforme já observado na p. 87, n. 55.

origem”, no qual o autor objetivava responder tanto àquela conjuntura do Imperialismo quanto ao discurso racial pseudocientífico que condenavam os países latino-americanos a um *status* de sempre *atrasados* por serem *inferiores* à Europa. Para isso, primeiro o autor teve que *diagnosticar os males de origem*, ou seja, as causas do *atraso*. A partir desse conhecimento, analisar como esses fatores de atraso, tal qual *parasitas*, se instalaram nas sociedades latino-americanas. Para demonstrar esse raciocínio, o autor faz uma analogia com um molusco denominado *Chondracanthus*, afirmando que:

(...) era um crustáceo livre, inteligente – do grau de inteligência que possui o comum dos crustáceos, provido de todos os instrumentos – órgãos e aparelhos – indispensáveis para guiá-lo na procura dos alimentos, ir ao encontro deles, fugir dos perigos, apanhar as substâncias nutritivas, levá-las à boca, triturá-las, digerí-las; munido de um tegumento que o protegia dos choques exteriores. Por uma circunstância qualquer, ele se achou um dia sobre uma presa viva; tirou dela o alimento; deu-se bem, voltou ainda... Então, ele era apenas um animal *depredador*. Depois, nem mais se afastou da vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente e todo o seu esforço ou trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar o animal a que se prendia. Aí encontra ele tudo; a vida lhe é muito mais fácil do que se, da natureza, tivesse de tirar o sustento. (BOMFIM, 2005, p. 64)

Para Bomfim, assim o eram os países que realizaram as explorações coloniais do período do mercantilismo como também do Imperialismo. São nações *parasitas* que sobrevivem, portanto, de *sugar*, tal qual o parasita encontrado na natureza, as demais nações a que elas se *fixam*. Por um lado, recusa a ideia de *degeneração* quanto à afirmação de *inferioridade racial*, por outro, admitia nessa analogia do *parasitismo*. Defendia Bomfim que, a partir do ponto em que uma nação *parasitava* outra, criava-se, desta forma, um vicioso processo de *herança*, já que as características mais negativas dos colonizadores ibéricos foram reproduzidas pelos latino-americanos, por exemplo, na concepção do autor. Haveria aspectos visíveis nas estruturas socioeconômicas conservadoras latino-americanas. Para superar essa herança, Bomfim recomendava veementemente a instrução da população. Ela instituiria outra forma de reconhecimento e pertencimento mútuo entre os latino-americanos. Por isso, concomitante ao conhecimento dos “*males de origem*” era imperativo a apreensão do processo histórico e social que incorreu na construção das respectivas sociedades latino-americanas.

Segundo Alves Filho (1979), as teorias raciais não eram uma unanimidade absoluta de pensamento. Havia críticos, mesmo na Europa, em relação às premissas mais

preconceituosas do Darwinismo Social, a exemplo do *branqueamento* e da *superioridade racial*. Ainda segundo Alves Filho, um dos grandes referenciais de Bomfim, para as suas críticas, seria um antropólogo francês, do século XIX para início do XX, Paul Topinard (ALVES FILHO, 1979, p. 59). Era um médico e antropólogo que esteve entre os questionadores dos postulados mais deterministas das teorias raciais. Esse fato, para Alves F.º e Conde Aguiar, resolveu uma questão: o de se afirmar equivocadamente que Bomfim era um indivíduo, por suas ideias, além do seu tempo. Ambos os autores rejeitam tal assertiva veementemente, já que Manoel Bomfim, enquanto indivíduo do seu tempo refletiu sobre ele e o interpretou a partir do pensamento, dos debates e dos paradoxos de sua contemporaneidade. Assim, segundo os estudiosos do intelectual sergipano, as possibilidades de qualquer indivíduo em produzir um pensamento extemporâneo, distinto de sua existência e experiências, seria uma enorme improbabilidade. Enfim, a percepção daqueles dois estudiosos é a de que o *pseudo-cientificismo racial* era a voga do pensamento dos idos dos oitocentos, mas não era obviamente único nem absolutamente unânime (ALVES FILHO, 1979, p. 47; AGUIAR, 1999, p. 32-33). Corroborar essa assertiva de Ianni (1971):

A lógica do pensamento científico não é imune aos estímulos criadores das configurações sociais de vida. Parafraseando Hans Freyer, poderíamos dizer: “quem se acha imerso na realidade social, num ponto determinado, não só pode captá-la teoricamente como é compelido a interpretá-la de modo científico. Ou melhor, na sociologia, da mesma forma que na economia política e outras ciências sociais, as próprias condições de existência social, nas quais o cientista se encontra inserido, são componentes fundamentais de sua atividade científica. Em certo grau, o presente impõe-se como critério ou objeto da reflexão científica. A problemática ou as possibilidades com o universo cultural no qual o cientista está imerso. (IANNI, 1971, p. 9-10)

Sem tergiversações, Ianni (1971) deixa clara sua posição. O cientista social é provocado pela sua realidade e momento. Ele está imerso em suas problemáticas, tentando analisá-las e compreendê-las. Talvez se possa dizer que há um risco nisso, de o pesquisador deixar-se influenciar demasiadamente pelo seu contexto. Isso poderia acontecer tanto por uma espécie de convicção arraigada do cientista a determinados fatores quanto anuência ou, quiçá, cooptação mesmo a determinados interesses. Independente a essas possibilidades, fica clara a posição de crítica ainda que minimamente em comum em relação às probabilidades de um cientista social estar desconectado do seu tempo. Fato que

muitos atribuem a Manoel Bomfim em virtude de suas críticas ao pensamento racial de sua época. Elas fazem parecer que o intelectual sergipano antepõe análises ao racismo, que se constituiriam mais usuais somente em trabalhos da década de 1930. Mas, como a pouco observado, as *teorias raciais* tiveram, no percurso do século XIX, grande legitimidade social, mas não eram unanimidades absolutas. Ortiz (2006), por exemplo, chama a atenção que:

No momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil”. (...) existe na realidade uma defasagem entre o momento de produção cultural e o momento de consumo. Por outro lado, tem-se que esse consumo é diferenciado, Manuel Bonfim [sic.] se volta para um autor como Topinard, a ponto de Skidmore se surpreender com seu conhecimento “atualizado” da literatura antropológica⁶⁴, Sílvia Romero prefere Agassiz ou Broca. (ORTIZ, 2006, p. 29-30)

A intenção de Ortiz, nesse trecho, é questionar a ideia de que toda a produção intelectual brasileira, daquele período de virada para o século XX, seria mera *cópia* ou *imitação* de modelos europeus e estadunidenses. Muito embora, esse aspecto não fosse de todo incorreto, mas demonstra o estudioso uma aceção bastante simples. Na Europa, ao término do século XIX as *teorias raciais* já possuíam um menor número de defensores. No Brasil, aqueles princípios preconceituosos chegaram com certo atraso, mas, ainda assim, não representaram uniformidade de alcance ou compreensão, não obstante fosse a tendência do pensamento entre a maioria dos intelectuais brasileiros.

Entre os críticos do pensamento racial, havia Manoel Bomfim e Alberto Torres (SKIDMORE, 2012, p. 171-184). A singularidade de “A América Latina: males de origem” e do pensamento do autor estaria no conjunto interpretativo criado. Bomfim envolveria conhecimentos e premissas de forma polígrafa e, acima de tudo, sobre uma região – América Latina – a qual deu uma atenção e análise até então bastante distinta da usual. O estudioso enxergou o continente em sua singularidade de conjunto. Os países latino-americanos compartilhariam entre si uma *herança colonial* ibérica em comum. Ela

⁶⁴ Alves Filho (1979) e Aguiar (1999) reclamam sobre esse aspecto da pesquisa de Skidmore (2012). Afirmam os estudiosos de Manoel Bomfim que o autor americano não se aprofundou no levantamento de dados sobre o autor sergipano. Fato que faz parecer que Skidmore desconhece que Bomfim estudou na França, no Instituto Binet, aproximadamente entre 1901 e 1930, justamente quando escreveu “A América Latina: males de origem”, seu primeiro livro publicado em 1905. (AGUIAR, 1999, p. 252; ALVES FILHO, 1979, p. 47).

lhes legou, através do *parasitismo* da exploração mercantilista, estados e sociedades *conservantistas*, ou seja, conservadoras ou até mesmo reacionários. A única saída ou *remédio* para tais *males de origem* era o *aprimoramento* dessa população através da instrução, que deveria ser em massa e provida pelos respectivos governos dos países latino-americanos.

Mesmo que Manoel Bomfim já refletisse a respeito das problemáticas latino-americanas, considerando desde suas questões de fundo até suas respectivas consequências a longo prazo, foi, porém, no “Velho Continente”, que o intelectual foi impelido a escrever sobre aquelas questões. A partir da instigação dada pelo trabalho de elaborar aquele artigo para o periódico parisiense, a América Latina tornou-se uma tarefa sistemática. Isso, no continente que representava, divergentemente, tanto a admiração pelo seu modelo de *Civilização* construído quanto, a aversão pela sua ignorância por questões externas e pela ganância do Imperialismo. A obra em si foi concluída e lançada no Brasil em 1905. Essa foi a obra inaugural de Bomfim. Tal afirmação tomada aqui tanto no aspecto de ser o primeiro trabalho do autor, sob o formato de livro, quanto de estreia de suas principais teses. As quais são amplamente perceptíveis nas obras que se seguiram. Nestes outros trabalhos, em especial, a série “Brasil na América”, “Brasil na História” e “Brasil Nação”, é perceptível a continuidade daquelas premissas de “A América Latina: males de origem”. Aquelas são obras da maturidade do autor, logo anteriores ao seu falecimento em 1932. Elas se distinguem, obviamente, em vários aspectos da peça inaugural de Bomfim. Além de centralizar o Brasil como objeto de reflexão e análise, a partir desses estudos, reescreveu e ressignificou a história nacional. Nessa perspectiva, o processo *parasitário* da colonização assumiu forte caráter antilusitano. A história da América Latina e, em especial, do Brasil e as relações sociais aí constituídas são representadas, sobretudo, pela relação de *herança*. O legado ibérico constituído tivera, a partir de ações *parasitárias*, como consequência a produção de sociedades *conservantistas*. A *solução ou remédio* seria a instrução da população em oposição às tendências de *aprimoramento racial*. Enfim, essas são características basilares do que talvez possa ser chamado de pensamento *bomfiniano*.

3.2 ENTRE AMÉRICAS: POR UM NOVO CARÁTER DE NAÇÃO

A América que Manoel Bomfim dispôs-se a estudar era aquela configurada pelas consequências do processo de colonização europeia em um período de quase quatro séculos. Por isso, refletir sobre aquele continente pós-independências, suas fragmentações nacionais e singulares características, para o autor, só seria possível com a compreensão dos efeitos originados daquele processo exploratório colonial. Seria uma relação de causa e consequência, o primeiro representado pelo processo colonizador europeu e, o segundo, pela constituição das diversas nações, com as suas respectivas contradições. Afinal, propunha outra compreensão, através da reinterpretação e ressignificação do processo histórico e social. Isso acontecia inclusive, pelas próprias particularidades dos processos de emancipação, já que em fins do século XVIII, os EUA se tornaram a primeira ex-colônia do mundo através de sua independência política, deliberadamente lançada por diversos elementos sociais que compunham sua população. Era uma ruptura incontestável da estrutura colonial-mercantilista iniciada há três séculos. Essa ruptura, no entanto, fora provocada em virtude das próprias contradições daquele sistema colonial que, em fins dos setecentos, tornaram-se cada vez mais tensas e incontornáveis. Tal elemento levou, no século seguinte, a uma quebra ainda maior, pelo esfacelamento do império colonial ibérico na América. A América Latina apartava-se das suas maiores Metrópoles – Portugal e Espanha – iniciando uma trajetória complexa de estados independentes. Mas, o quanto independentes os países latino-americanos realmente se tornaram? Quatro séculos de exploração colonial deixaram quais marcas nestes países recém-emancipados? Muito certamente, em razão desses questionamentos, Manoel Bomfim começou a refletir sobre o assunto em fins daquele mesmo século XIX. Essas inquietações aconteceram quando a independência brasileira completava oitenta anos, época na qual o intelectual estava em Paris.

Muito provavelmente, as próprias contradições dos países latino-americanos chamaram a atenção de Manoel Bomfim. Ao encargo de pouco menos de um século das independências, as nações ibero-americanas, em particular, possuíam toda uma série de discrepâncias sociais, fragilidades institucionais e dependência financeira em relação às grandes potências industrializadas. Era como se as emancipações políticas fossem

transformações limitadas, quase que falsas, já que *tudo mudou para ficar mais ou menos igual ao que era*. Para Bomfim, isso ocorreu, entre outras razões, porque:

Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá o direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progridem como 50; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como 10, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofremos os efeitos deste retardamento. Há casos em que, num estado de relativa barbaria, os povos podem ser felizes: quando, por isolados, não chegam a sentir os efeitos da sua inferioridade; esta não existe quase. Mas, no nosso caso, participando da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. (BOMFIM, 2005, p. 53).

A princípio pode parecer uma assunção aos princípios de *superioridade* e *inferioridade*, questionados na parte anterior e através, também, das próprias palavras do autor. Não chega a esse ponto, mas mostra expressamente as divergências entre críticas a um determinado modelo e a assimilação a esse mesmo modelo. Nesse caso, era o da Europa como centro da *Civilização Ocidental*, que Bomfim admite tão claramente no excerto acima. É através desse mesmo excerto que podemos refletir sobre alguns dos seus argumentos a propósito dos problemas latino-americanos. Um dos que mais incomodava o intelectual era o *atraso* da América Latina em relação às nações mais adiantadas do mundo. Note-se que ele afirma que os países sul-americanos, enquanto *nações jovens* poderiam ter um desenvolvimento em uma escala mais ágil do que as *antigas*. No entanto, não é isso que ocorria, por questões próprias a esses países *jovens* ou recém-emancipados. Ao se comparar seu desenvolvimento lento ao conjunto de ações que deveriam empreender para alcançar as nações mais desenvolvidas, percebe-se tanto uma estagnação quanto um retrocesso. Ou seja, Bomfim não viu as problemáticas latino-americanas apenas de uma perspectiva de vitimização daquelas nações em relação ao processo colonização europeu. Elas têm sua própria responsabilidade em virtude das contradições políticas, econômicas e sociais que produziam. Logo na página seguinte, ao excerto anterior, Bomfim exemplifica e analisa a questão, afirmando que:

São povos [latino-americanos] que possuem todos os elementos para ser

102

prósperos adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por quê?... É diante desta anomalia, desconcertante para muita gente, que os estadistas de vista curta emitem os seus famosos axiomas: o mal vem da instabilidade dos governos, das revoluções frequentes, da irregularidade do câmbio, do papel-moeda inconvertível, da falta de braços... É toda uma série de sintomas de atraso, apresentados como causa (...). ... Não compreendem, esses tristes políticos que um povo não faz revoluções senão quando uma causa profunda, orgânica o impele a isto; que as revoluções e cada uma das causas adotadas, ora por este, ora por aquele são efeitos e não, efeitos ligados a uma mesma origem, e que é mister buscar cuidadosamente esta origem, esta causa, para achar o meio de ir lentamente, tenazmente combatendo-a. (BOMFIM, 2005, p. 54)

Latino-americanos têm o seu quinhão de responsabilidade sobre seus problemas. Porém, observe-se que Bomfim supera, ao menos na perspectiva de ser a justificativa para o tal “atraso” latino-americano, premissas mesológicas e raciais. A questão é essencialmente política, pois os estados são liderados por políticos, como ele mesmo diz, *míopes*. Eles apenas reproduzem argumentações que reafirmam aspectos que contam uma espécie de incapacidade inata das populações. Esquecem ou simplesmente ignoram tais lideranças que essas explicações apenas inferiorizam as populações e seus respectivos países. Muito embora, a afirmação desses discursos de base racial servira justamente para legitimar diversos privilégios daquelas elites *criollas*. Afinal, grande parte dessas lideranças políticas americanas eram egressas de elites econômicas proprietárias de terras, sendo várias conectadas a antigos grupos político-econômicos de poder do período colonial.

Quer dizer, retomar-se-ia aquela assertiva de que os processos de independência nem alteraram as estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos nem suas respectivas posições no mercado internacional. Tal argumentação poderia significar, no econômico, por exemplo, a continuidade de um modelo essencialmente baseado na produção de agroexportadora. Artigos, em geral, de baixo valor agregado e com grande oscilação de preço e demanda em mercados internacionais. Logo, aqueles países recém-emancipados mantiveram-se, na lógica do mercado internacional como áreas subalternas meramente fornecedoras de matérias-primas. Assim, atendiam-se tanto aos interesses externos das Potências Industrializadas Europeias quanto aos das tradicionais elites proprietárias latino-americanas. Os primeiros precisavam de mercados de matérias-primas, os últimos desejavam manter seus privilégios, que dependiam, em grande parte, em não quebrar vínculos com os mercados internacionais que, regularmente, adquiriam suas

respectivas produções agropastoris. Isso não significa dizer que as rupturas coloniais não produziram uma mudança de estrutura. Essa característica foi bem representada pela própria quebra do “pacto colonial”, base elementar do Mercantilismo e, por conseguinte, do próprio sistema. Apesar de não se romper nas ex-colônias, por exemplo, com a estrutura fundiária de concentração de terra, o modelo econômico de base primária e o trabalho alicerçado na mão de obra compulsória houve uma ruptura política. Todas essas características foram fundadas pelo mercantilismo através do processo de colonização. Elas representavam paradoxalmente os meios pelos quais os *criollos* mantiveram seus interesses.

Esta situação de fragilidade da América Latina, sem conseguir superar suas contradições, tornou esses países recém-emancipados mais suscetíveis ao Imperialismo. Para Manoel Bomfim as respostas para essas questões estavam, em grande parte, nas características do Imperialismo, já que:

A menos que a Europa não se converta a sentimentos de uma relativa equidade, e que as nações civilizadas não resolvam dirigir os seus atos segundo os princípios de justiça e solidariedade humana, que os homens individualmente aceitam – a menos que um tal milagre não se faça, a América do Sul, as populações latino-americanas, terão igual sorte à da Índia, Indochina, África, Filipinas etc. (BOMFIM, 2005, p. 48)

A América Latina não necessariamente sofreria invasões e conquistas territoriais, por parte de potências europeias. Muito embora, no limiar do século XX, os EUA iniciaram o seu próprio modelo de Imperialismo, neste princípio, em especial o México e os países da América Central sofreram intervenções, inclusive militares. O próprio Bomfim de certa maneira já vaticinava essa possibilidade por parte dos estadunidenses quando afirma que “(...) a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos” (BOMFIM, 2005, p. 49). Diz isso em uma reflexão justamente a respeito de certo *papel de defesa* que a *grande nação do norte* assumiria em relação ao restante do continente, a partir da Doutrina Monroe. Segundo o Bomfim, tal papel, *a priori*, foi de *defesa* da América. De início, esse papel impediria de certa maneira as ações mais inescrupulosas da Europa sobre o continente. Afinal, os estados latino-americanos, apesar do *status* de nações independentes, ainda seriam vulneráveis a ingerências externas, sobretudo, da Europa. Essas interferências eram o que os EUA procurariam prevenir através da Doutrina Monroe, que se tornou

apenas o modelo singular do Imperialismo estadunidense. O Imperialismo, então, inclusive o europeu, avançou sobre as frágeis nações latino-americanas.

Segundo Hobsbawn (1988), o Imperialismo europeu inicia-se por volta de 1870, mas somente na década de 1890 foi que o termo, por fim, tornou-se o conceito definidor daquela *nova* estrutura de exploração. Ela foi a maneira como as Grandes Potências Industriais da Europa recriaram processos de exploração sobre o que talvez se possa denominar de *tradicionais áreas fornecedoras de matérias-primas*. As maneiras pelas quais as Potências Europeias exerciam essa “*exploração imperialista*” distinguiram-se bastante do mercantilismo. Na África e Ásia, ainda se mantiveram a gestão político-administrativa direta e o controle militar, semelhante ao do mercantilismo.

Na América Latina, em particular, o Imperialismo se deu através da dominação financeira, controle de mercado e significativo *lobby* sobre esses estados recém-emancipados. Tais fatores, somados a condição dita “atávica” promovida pela colonização ibérica, estariam entre os responsáveis pela continuidade da condição de atraso da América Latina. Sobre essa questão do desenvolvimento, Bomfim analisa o caso particular do Brasil. Naquela transição do século XIX para o XX, já havia, no País, uma preocupação com o seu desenvolvimento, que era considerado incipiente. Isso se traduziria em uma espécie de consciência do *atraso* do Brasil em relação às nações mais avançadas. Então, a resposta para o como fazer o País atingir um ponto mais avançado de desenvolvimento era atacar as razões do seu *atraso*. Esse discurso se corporificou, em fins do XIX, nos processos de Abolição do Trabalho Escravo e a substituição do regime Monárquico Imperial pelo Republicano. Ainda que com várias críticas e limites, o fim do regime servil de trabalho significou uma mudança estrutural importante, possibilitando uma expansão tanto do mercado de mão de obra livre-assalariada e, por conseguinte, consumidor interno, quanto à liberação de recursos financeiros para os setores produtivos. Porém, a transição política é que se revestiu de um discurso de que a Monarquia representava a ligação reacionária a um passado contrário ao processo de desenvolvimento. Por esse aspecto, a mudança do regime político era compreendida como um fator imperativo de superação de toda aquela *herança colonial* para o Brasil. A implantação de uma República representaria o progresso desejado.

Nessa relação entre “*atraso e progresso*”, havia diversas questões, que não diziam

somente respeito à troca de regime político ou a alguma outra alteração de caráter estrutural, por exemplo. Havia também a problemática da “*raça*” que se tornou uma problemática muito importante no entre séculos XIX e XX. O Darwinismo Social, em particular, através de suas premissas básicas, condenava o Brasil e as demais nações latino-americanas a um crônico estado de “*atraso*” em relação às nações europeias. A explicação para essa questão estava na “*raça*”. O Darwinismo determinava tanto a existência quanto a divisão dos seres humanos em “*raças*” diversas. Essas “*raças*” tinham entre si uma relação de ordenação de grandeza, logo, havia aquelas que eram “*superiores*” outras “*inferiores*”. A América Latina e o Brasil teriam uma população caracterizada como basicamente mestiça. Isto posto, é possível afirmar que, segundo o Darwinismo, essas nações eram formadas por *raças inferiores*. O Darwinismo Social considerava a mestiçagem ou relações inter-raciais inapropriadas, porque produziam sempre seres *inferiores* e *degenerados*. O atraso das nações latino-americanas, segundo essa corrente de pensamento europeia, era que esses países constituíam-se basicamente de *raças de inferiores*. Esse fator que, na prática, era equivalente a uma verdadeira proscrição. Era o discurso das Grandes Potências do mundo, naquele fim de XIX, elas produziram estas correntes de pensamento preconceituosas com o objetivo, como logo visto, de justificar a sua necessidade de expansão através do Imperialismo.

Sobre todas essas questões Manoel Bomfim se sobrepôs. Ele tentou responder tanto às teorias raciais quanto às injunções imperialistas. O objetivo era a superação do atraso latino-americano, que era afirmado ou suscitado por aqueles dois eventos. Para tanto, pode-se afirmar que Bomfim intentou dar outro aspecto de *identidade* latino-americana, mais particularmente à brasileira. Ortiz logo inicia seu texto afirmando que “O tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil” (ORTIZ, 2006, p. 7). A seguir, o autor reflete que apesar de o tema da *identidade* ser recorrente no Brasil, ele é uma espécie de *subsolo estrutural* em que:

Neste sentido, a crítica que os intelectuais do século XIX faziam à “cópia” das ideias da metrópole é ainda válida para os anos 1960, quando se buscava diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países centrais. Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença. (ORTIZ, 2006, p. 7)

Em perspectiva semelhante, mas de um texto de publicação mais recente⁶⁵, Reis também trata sobre a questão, afirmando que:

Discutir a identidade nacional brasileira é relevante, portanto, porque os brasileiros precisam construir criticamente a própria imagem para vencerem em lutas e negociações de reconhecimento e superarem sua situação de crise permanente.

Esta discussão tornou-se crucial nos dias atuais, porque as negociações e lutas de identidade tornaram-se mais complexas. Fala-se muito em crise de identidade, em fragmentação e até em desaparecimento do sujeito. As velhas identidades que estabilizavam o mundo social estão em declínio. Há uma redefinição das relações, dos objetivos, dos papéis sociais dos indivíduos. (REIS, 2006, p. 10-11)

Naquele Brasil emancipado, em meados do século XIX, assim como vários dos seus vizinhos, houve propostas de construção de uma identidade própria e desatrelada do passado colonial, vinculação que significaria um fator de atraso. Desta maneira, Reis (2006) salienta a importância da construção de uma *identidade brasileira* na atualidade em razão, por exemplo, de lutas sociais. As gerações do século XIX o fizeram de maneira análoga, mas a partir do seu contexto. Novamente destacando-se o Brasil, houve neste período do entre séculos XIX e XX um conjunto de intelectuais que projetaram diversas perspectivas de construção do que se possa chamar de *modelos nacionais*. Esses intelectuais tomaram para si, então, a condição de intérpretes da nação. Muitos, dessa forma, vasculhavam o mais profundo passado histórico à busca dos nossos caracteres e remissão de nossas mais contínuas problemáticas. Na prática, construíram aquilo que consideraram como essenciais elementos e características do País, preenchendo de valores a serem reconhecidos como nacionais (REIS, 2006, p. 19-22; LEITE, 1983).

Ao longo do século XIX, os países latino-americanos constituíram-se nações independentes, no que tange a aspectos político-administrativos. No entanto, de formas diversas mantiveram antigas dependências, sobretudo econômicas, muito em virtude da manutenção de modelos de produção agroexportadores, muito próximos das *plantations* coloniais. Em relação a tais características dessas nações, Ianni (1971) compreende como que resultantes de um *dualismo* entre os aspectos *arcaicos* e *modernos* que elas produziram. Haveria, então, um “(...) segmento ‘colonial’ (índio, mestiço, negro, rural, economia de subsistência etc.) [parte arcaica] [que] não se incorporou dinamicamente ao

⁶⁵ Muito embora a obra de Ortiz (2006), utilizada nesta dissertação seja de 2006, sua primeira edição foi de 1985.

segmento ‘moderno’ (urbano, industrial, economia de mercado, branco) [parte moderna]”. (IANNI, 1971. p. 53). Porém, Ianni ainda chama a atenção que esse *dualismo* em si não é toda a explicação para os problemas latino-americanos. Afirma o autor, pois, que a coexistência daqueles segmentos *arcaicos* e *modernos* não é absolutamente apartada. Há relações entre eles estabelecida por lógicas próprias, que resultam:

(...) sempre de um certo tipo de integração entre agricultura e indústria, campo e cidade, ou das diferentes forças produtivas (capital, tecnologia, e força de trabalho. A verdade é que as “dualidades” não são senão uma expressão (ao nível descritivo) das desigualdades e desequilíbrios inerentes às sociedades que se desenvolveram, historicamente sob a influência de sucessivos imperialismos; (...). (...), o segmento “arcaico” está sempre integrado, em algum nível, no segmento “moderno”. Um domina o outro, absorvendo seu excedente econômico efetivo ou os excedentes das suas forças produtivas, particularmente a força trabalho. (IANNI, 1971, p. 55).

Esse conjunto de aspectos também foi tratado por Manoel Bomfim, pois a tese de sua obra (aqui analisada) refere-se à necessidade de responder àquelas singularidades latino-americanas. O que nos leva a considerar que os graves problemas socioeconômicos tornaram-se, ao longo dos séculos XIX e XX, na grande representação dos *déficits* que a América Latina tem que ainda hoje enfrentar. Sotelo (1975), ao discorrer sobre a sociologia latino-americana, sintetiza muito bem o argumento acima da seguinte maneira:

Na América Latina a preocupação com os problemas históricos e sociais tem recebido preeminência especial, (...). A gravidade dos problemas colocados obriga o intelectual latino-americano, uma vez perdidas as esperanças e as ilusões da geração insurgente, a confrontar-se com uma realidade que dificilmente poderia ser ajustada aos modelos disponíveis, europeus ou norte-americanos. (SOTELO, 1975, p. 15-16)

A partir desse conjunto de diferentes questões e problemáticas latino-americanas, diversos intelectuais se voltaram a inquirir e procurar por respostas e soluções. Entre esses pensadores e sua produção da transição do século XIX para o XX, havia certas características comuns. Em razão dessa possibilidade, a produção sociológica, em especial a brasileira, foi dividida em períodos. Eles foram basicamente distintos no que se poderia chamar genericamente de período *Pré-científico* e outro *Científico*, com suas respectivas subdivisões. Liedke Filho (2005) afirma que:

O período dos Pensadores Sociais, também chamado por alguns autores de período pré-científico, corresponde historicamente ao período que se estende das lutas pela Independência das nações latino-americanas até o início do século XX. Durante esse período a elaboração da teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de ideias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas como, por exemplo, o Iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel, o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e o determinismo biológico de Lombroso. Sob a influência desses autores buscava-se equacionar duas problemáticas centrais – a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural. (LIEDKE FILHO, 2005, p. 377)⁶⁶

Ianni (1971) questiona, em “Sociologia da Sociologia Latino-americana”, a classificação da fase inicial com relação ao processo de periodização da Sociologia brasileira. Diz o autor que a “(...) distinção entre fases pré-científicas e (...) propriamente científica é um artifício que às vezes esquematiza e reduz o significado do pensamento criador na ciência.” (IANNI, 1971, p. 17). Apesar das críticas de Ianni (1971), o autor referenda aspectos como, por exemplo, de influência hegemônica ou determinista de modelos teóricos estrangeiros (IANNI, 1971, p. 39). O que permite apontar aquelas características da Sociologia brasileira como contemporâneas de Bomfim. Intelectuais, como o sergipano, estiveram muito preocupados em, por assim dizer, dar *cor e forma* à nacionalidade brasileira, dizer o que ela era e, quiçá, apontar para onde deveria ir.

Em “O Caráter Nacional Brasileiro”, Leite (1983) analisa tanto o conceito em si de *caráter nacional* quanto reflete a respeito das diferentes características dele, nos vários países e culturas. No geral, tem-se o conceito ligado a alguns elementos, que talvez se possam considerar essenciais, que seriam os seguintes: a) uma construção e, em muitos casos, de uma determinada classe elitizada de alguma região; b) uma estranheza do outro, desta forma afirmando a si, por muitas vezes de maneira etnocêntrica; e, a partir desses dois anteriores, c) uma constituição de um nacionalismo, que diz que certa população teria uma estipulada série de caracteres em comum, que são entre eles facilmente reconhecível (fenômeno que se iniciou no século XIX). Esses elementos foram referenciados pelo racismo, em diversos grupos (mais comumente naquele mesmo século XIX), pois estabelecia tanto a distinção entre o *nós* e os *outros* quanto a hierarquizava (LEITE, 1983,

⁶⁶ Liedke Filho (2005) apresenta em “Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios” um esquema da classificação da Sociologia brasileira (Ver anexo 6).

p. 1-25; BOSI apud LEITE, 1983, p. XIX-XXVI)⁶⁷. Sobre Manoel Bomfim, em particular, nesse contexto, Leite (1983) afirma que: “Como descrição do caráter nacional, o seu trabalho mais completo é provavelmente o livro sobre a América Latina. Esse livro começa com uma corajosa afirmação de nacionalismo, que Manoel Bomfim reconhece apaixonada, mas fundamenta em fatos” (LEITE, 1983, p. 277). Já Reis (2006) afirma que o médico, assim “(...) como Calmon, (...) via a nação como um ‘organismo em evolução’, sem rupturas, procura inimigos externos e internos, para acelerar o ‘amadurecimento da consciência nacional’” (REIS, 2006, p. 186).

Para Ortiz (2006), de uma maneira bem sintética: “Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença” (ORTIZ, 2006, p. 7). Então, de uma maneira igualmente sintética, possa-se talvez dizer que a *identidade ou construção de nação* em Manoel Bomfim é uma oposição clara ao reacionarismos preconceituosos, deterministas e universalistas das teorias em voga na sua época. O intelectual buscou analisar e compreender a massa de nações latino-americanas a partir de suas singularidades. Não o foi diferente em relação ao Brasil. Havia, no pensamento *bomfiniano*, a preocupação de dizer o que era essa nação brasileira a partir de sua oposição às negativas impostas pelas teorias raciais. Tais teorias legitimavam e afirmavam o poderio Ocidental, a proporção que afirmavam uma *superioridade* de seus indivíduos e sociedade em detrimento dos demais, especialmente, das ditas sociedades mestiças e, por conseguinte, de indivíduos degenerados latino-americanos (ORTIZ, 2006, p. 15; IANNI, 1971, p. 42). Bomfim negou veementemente essas afirmações, impondo outra perspectiva àquelas nações mestiças latino-americanas. Quando, no exemplo brasileiro, afirmou que o *branqueamento* era uma perda de tempo, asseverava que a *raça mestiça* brasileira já estava mais do que adaptada ao meio. Portanto, impor a entrada de outro grupo seria sim aquela perda de tempo, afinal teria que aclimatar-se. Que dizer, Manoel Bomfim ao propor um caminho diverso, pela negação, ao de aceitação ao racismo europeu, afirmou outro significado para a nação brasileira.

⁶⁷ Em virtude de a sequência ser uma interpretação nossa em relação ao texto, elaborei-a a partir tanto do texto de Introdução, que é de Alfredo Bosi, quanto do autor da obra, Dante Moreira Leite.

3.3. SOLUÇÃO: BRANQUEAMENTO OU INSTRUÇÃO?

A decisão de Manoel Bomfim de abandonar a medicina pelo magistério foi motivada por uma tragédia pessoal. O médico havia se *refugiado* temporariamente na cidade Mococa, interior de São Paulo. O exílio, por assim dizer, fora provocado pela repressão promovida pelo Pres. Mal. Floriano Peixoto aos envolvidos na Revolta da Armada (PENNA, 1999, p. 64-83). Bomfim não tinha tomado parte no movimento, ele era apenas um grande crítico do militarismo. Elemento muito característico dos momentos iniciais da Primeira República, em particular da administração do Mal. Floriano Peixoto. O médico também fazia parte de um circuito de intelectuais críticos do *florianismo*. A aversão ao militarismo e a presença em um grupo pouco “simpático” ao modelo político do Mal. Floriano, ainda que Bomfim não tenha participado da Revolta da Armada, o colocava em uma posição aparentemente delicada. Afinal, tal conjunto de circunstâncias, em um período de polarização política, poderiam fragilizar a situação do médico, na então capital federal. Nesses momentos de perseguição, enfim, não se distinguem suspeições de fatos. Embora, concretamente não tivesse sofrido ameaça alguma de demissão e/ou prisão, o médico considerou prudente afastar-se da Capital da República por algum tempo. Refugiu-se com a família naquela cidadezinha do interior paulista. Nela cessou momentaneamente suas contribuições na imprensa, mas passou a um período de intensa leitura (AGUIAR, 1999, p. 172-174).

Em Mococa, a família Bomfim foi estabelecendo sua nova rotina provisória até a ocorrência de duas grandes más notícias. Em 1894, morreram o pai de Bomfim, Paulino José (em Aracaju) e a filha primogênita do autor (em Mococa). A impossibilidade de salvar a vida da filha, na condição tanto de pai quanto de médico, após alguns dias de intensa agonia, marcou Bomfim profundamente. Ele tomou duas decisões a partir do trágico evento. A primeira foi deixar Mococa e voltar ao Rio de Janeiro e, a segunda, foi abandonar a medicina. Ele nunca mais trabalharia como médico (AGUIAR, 1999, p. 172-174).

Segundo Aguiar, o interesse de Manoel Bomfim pela Educação foi despertado pela leitura do *Report of the Commissioner of Educations (1889-1890)*. Era um relatório do governo norte-americano a respeito da educação na América. O documento foi publicado

em 1893 e alarmou o intelectual. Pelos dados, a situação da educação no continente latino-americano era muito deficitária, estando o Brasil entre as piores taxas de analfabetismo (AGUIAR, 1999, p. 192-193; GONTIJO, 2010, p. 12-13). O relatório deixou expresso uma realidade tacitamente conhecida: a precariedade do ensino público no País. Um sistema de ensino para funcionar bem, deve ser nitidamente bem planejado para que suas unidades trabalhem através de ações coordenadas entre si. O que se via no Brasil talvez possa ser categorizado em três questões essenciais: a) omissão e desorganização dos agentes públicos; b) condições de deficiência muito significativas; e, c) resultados muito ruins, com um altíssimo índice de analfabetos. A situação era tal que afetava a própria ideia de uma cultura de educação. Que dizer, que a Educação não era uma prática arraigada na sociedade brasileira. O que tornava difícil inclusive o diálogo com as famílias a respeito do tema (GONTIJO, 2010, p. 15).

Aquele relatório do Pres. da Província de Sergipe, o Sr. Salvador Correia de Sá e Benevides, de 1856, oferece um bom contexto sobre a educação no Brasil no século XIX⁶⁸. Recorde-se que nesse documento oficial, lamenta o chefe do executivo provincial que determinada verba fora condicionada a construção de um liceu na nova capital, Aracaju. Afirmava o Sr. Sá e Benevides que seria um *luxo*, portanto um gasto supérfluo, pois já havia um liceu na antiga capital da Província de Sergipe, S. Cristóvão. A verba, em consequência, teria melhor destino e prioritário se utilizada para construir uma cadeia pública em Aracaju, da qual a nova sede administrativa provincial tinha grande necessidade, segundo o Pres. Sá e Benevides (NUNES, 2008, p. 347-349. n. 151).

Ainda que um evento pontual e em uma pequena província do norte do Império brasileiro, ele é bastante revelador. O evento, transcrito para as páginas de um documento oficial, demonstra a acepção do poder público e, de certa maneira, da própria sociedade em relação à educação pública. Ela não era uma prioridade. A sociedade não enxergava a educação como elemento transformador e o poder público, por outro lado, a não via como um elemento de desenvolvimento. Quer dizer, a educação não era uma cultura, ou seja, nem uma prática social nem institucional. Aquele relatório americano, portanto, apenas expunha em dados às consequências da omissão do Estado e da desinformação da

⁶⁸ Ver Cap. 1, subcapítulo “A instrução em Sergipe no século XIX”, no qual se reproduziu um excerto do relatório do Pres. da Província de Sergipe Sá e Benevides.

população. Ainda que se considere, por exemplo, a implantação de cursos superiores no Brasil ao longo do século XIX, acessíveis quase que somente aos indivíduos com condições de poder e recursos econômicos, a educação era apenas um verniz. Ela servia, pois, de trampolim, em especial, para carreiras no funcionalismo público ou política. O diploma de *Doutor* era apenas mais uma condicionante de *status* do que um conhecimento apreendido, acumulado e interpolado pelos seus interlocutores. Essa característica é muito bem descrita pelo conceito do *Bacharelismo* naquele Brasil do século XIX⁶⁹.

Manoel Bomfim compreendia a Educação como a *medicação* para os *males* latino-americanos. Assim, o médico transmutou-se no educador. A tese de “A América Latina”, na prática é um *diagnóstico* da problemática latino-americana. A identificação dos *males* permitiria, então, o estabelecimento de uma *cura*. Daí, entre outros fatores, a característica do forte discurso biologizante contido na obra inaugural de Bomfim. A busca por tais *males* era a procura pela as razões do *atraso* latino-americano em relação às Potências Europeias. A identificação, por conseguinte, a possibilidade de superar os elementos do atraso latino-americano, ou seja, era a busca por alternativas para o *progresso*. Fator que no contexto daquele Brasil de transição para o século XX era uma quase obsessão. O *progresso*, primeiramente, era representado pela superação do regime Monárquico, ao qual se dava forte conotação de *atraso* por ser associado ao passado colonial do País. Já outro fator que ganhou grande importância à *raça*. A mudança de regime político seria um primeiro passo, mas, a partir das premissas raciais, seria preciso aprimorar a *raça brasileira*, que seria imperativo. Sem uma *raça* mais *evoluída* qualquer nação estaria fadada ao fracasso.

A *raça* foi um elemento bastante utilizado nesse período de fins de século XIX para XX para explicar diversos problemas. Pelos princípios raciais do Darwinismo Social, por exemplo, uma nação era *superior* se tivesse uma *raça forte e superior*. O argumento parecia à época bastante razoável, já que as nações mais desenvolvidas do mundo eram justamente compostas por *raças superiores*. Na verdade, esses países ocidentais foram os criadores dessa argumentação racista. Para tais nações, grande parte das razões que justificavam seu progresso estava na sua respectiva composição *racial superior*. Portanto,

⁶⁹ Ver Cap. 2, subcapítulo “Conselho de um amigo”, que apresenta as características e perspectivas do ensino superior no Brasil da virada do século XIX para o XX.

os demais países que eram compostos por populações de *negros*, *amarelos*, *mestiços* eram atrasado porque possuíam raças *inaptas* e até *degeneradas*. As populações da América Latina eram tidas como altamente mestiçadas e, portanto, *inaptas* e *degeneradas* (BERGO, 1993).

A composição desses tipos “raciais de incapazes” seria a grande causa, por exemplo, da subalternidade crônica e desenvolvimento deficitário da maioria dos países latino-americanos. Desta forma, todo conjunto de fatores políticos e socioeconômicos ficariam à mercê do determinismo racial. Elementos como o Estado, a capacidade de organização de suas respectivas elites político-econômicas, fontes de matérias-primas, capital acumulado, sistema financeiro etc. Todos esses elementos, então, transformavam-se em uma consequência da ação de uma raça, que seria a única capaz de realizar e coordenar tais suportes ao desenvolvimento de um país. O Brasil e, na prática, a completude da América Latina, não teriam meios de atingir elevados patamares de *Civilização*, como a europeia, em razão da constituição mestiça de suas respectivas nações. Bomfim reclamava a respeito desse discurso, afirmando que:

Convém repetir: não há razões científicas, nem outras, que autorizem o sociólogo a declarar um povo, qualquer que ele seja, incapaz de progredir. Neste particular, tudo o que a observação e o exame histórico alcançam se resume nestas duas verificações: que certos grupos humanos, devido às condições favoráveis do meio ou do momento, alcançaram mais cedo do que outros uma forma elevada de cultura; e que, devido ao parasitismo exagerado, de umas classes sobre as outras, certas nações se corromperam e decaíram. (BOMFIM, 2005, p. 336)

A princípio o autor critica o discurso de superioridade racial, afirmando categoricamente que *qualquer população é capaz de progredir*. Portanto, para Bomfim não haveria impeditivos raciais para o desenvolvimento das nações latino-americanas, já que elas seriam perfeitamente capazes de progredir como qualquer outra. Nessa perspectiva, o tom da argumentação de Bomfim encaminha-se para questões de ordem política, social e econômica. Não é erro considerá-lo assim. No entanto, é preciso recordar a ligação do autor com o Evolucionismo. Essa corrente de pensamento está visível no fragmento apresentado. Afinal, para o autor, todas populações têm condições de progredir, mas sob certas condicionais, entre elas, o *meio*. Esse elemento seria considerado um fator importante para explicar a evolução das sociedades, mas não único. Nesse consórcio

haveria vários outros, também de caráter biologizante.

Na verdade, o *meio* seria considerado fator de desenvolvimento junto a questões políticas e socioeconômicas, sintetizadas pela expressão *momento*. Quando isso não ocorre, a razão, em geral, seria o que Bomfim chamava de *parasitismo*. O *vício de herança* conceituado pelo autor e que gerou, em consequência, sociedades *conservantistas*. As elites locais teriam herdado as formas tradicionais *parasitárias* de exploração de atividades exploratórias e predatórias. Tais atividades, em geral de baixo valor agregado e que garantiam os privilégios das classes proprietárias latino-americanas. Isso, ao custo de manter seus respectivos países e sociedades com baixas perspectivas de *progresso*. Segundo o autor, em casos extremos, contribuem para o *decaimento* daquelas populações.

A intenção de Bomfim, portanto, foi claramente *desconstruir discursos raciais pseudocientíficos*, que eram, na prática, discursos políticos de afirmação hegemônica ou eurocêntrica, por vezes, sustentados pelas próprias elites latino-americanas com a intenção de manter seus privilégios:

No que se refere a estas nacionalidades sul-americanas, é positivamente uma estultícia dizer como Gustave Le Bon: “Todas elas, sem uma só exceção, chegaram a esse estado em que a decadência se manifesta pela mais completa anarquia, e em que os povos só têm a ganhar em ser conquistados por uma nação bastante forte para os dirigir...”

(...)

“Sujeitam-nos a um regime de ferro, único de que são dignos estes povos, desprovidos de virilidade, de moralidade, e incapazes de se governar”. E, nestes termos, ele nos empresta os mais contraditórios defeitos e crimes. Repugna o dar atenção a conceitos como estes seus, que têm tanto de grosseiros como de vazios; mas, visto que é preciso citar o disparate, e deixar patentes as extravagâncias e a malevolência dos que nos assinalam como decaídos, nomeemos o Sr. G. Le Bon; é ele o mais categórico e completo na espécie; as suas afirmações dão bem ideia do valor e importância que se devem atribuir à opinião que elas exprimem. São juízos feitos de injúrias. (BOMFIM, 2005, p. 344-345)⁷⁰.

Destaca-se logo a observação bastante preconceituosa de Le Bon. Para o autor francês, os latino-americanos seriam *incapazes* e, por isso, deveriam a aceitar a tutela de nações *fortes*, entre elas em geral, as europeias. Não seria preciso dizer que o destaque dado por Bomfim objetiva veementemente questionar o discurso pseudocientífico do intelectual francês. Essa necessidade se torna imperativa já que a desconstrução de um

⁷⁰ Os trechos destacados por Manoel Bomfim são da obra “*Psychologie du socialisme*” de Gustave Le Bon.

discurso significa a construção de outro. Dessa maneira, a intenção de Bomfim não era simplesmente criticar aleatoriamente autores como Le Bon e os seus respectivos argumentos estereotipados. O fim era apresentar aos interlocutores daqueles argumentos preconceituosos, que são descritos como *degenerados, viciados, incapazes e inferiores*, que esses raciocínios são errados, fundados em pré-julgamentos em nada fidedignos e constituídos em falsos preceitos científicos. O objetivo deles é apenas manter determinadas populações em condições de subalternidade, para a exploração econômica, controle político e subsunção social. Ao se tomar a consciência de que os discursos são falsos é hora de se construir outro discurso, esse de afirmação. A intenção de Bomfim era, portanto, constituir esse outro discurso em direta oposição àqueles que, em geral, condenavam as populações latino-americanas a uma contumaz posição de inferioridade em relação à Europa e suas respectivas nações.

Reis (2006) afirma que Manoel Bomfim, na prática, fez um “discurso a contrapelo” (REIS, 2006, p. 186). Isto é, o intelectual produziu basicamente um contradiscurso. Uma resposta incisiva aos discursos deterministas de sua época. À proporção que tais discursos preconceituosos se afirmavam *verdadeiros*, entre os muitos motivos, por serem o resultado de uma produção *científica*, Bomfim ainda assim os questionou. Esse aspecto de veracidade é extremamente importante. Foucault (2014), citando Mendel (talvez em uma irônica coincidência para esta pesquisa), afirma:

(...) a verdade, (...) não estava no “verdadeiro” do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse no “verdadeiro” e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. (FOUCAULT, 2014, p. 32-33).

Uma interpretação viável para a afirmação é que a denominada *verdade* depende de um determinado contexto. Aplicando a ideia às Teorias Raciais, percebe-se que foi um discurso construído para se atingir determinado fim. Em geral, tais argumentos objetivavam a exclusão de determinados grupos de indivíduos, identificados como *raças fracas ou degeneradas*. Através dessa exclusão, pretendia-se afirmar o poder, a autoridade e os interesses daqueles que se identificavam como oriundos de *raças fortes*. As Potências Europeias, do século XIX, utilizaram o discurso racial em nome de suas conquistas na

África e Ásia. Na América Latina, o discurso racial teve que ser adaptado, já que ao usá-lo, os próprios latino-americanos acabavam por se condenar. A América Latina, neste caso, era uma interlocutora do discurso que fora criado na Europa e, assim, (re)produziu sua reinterpretação. No Brasil, essa reinterpretação foi a Tese do Branqueamento, foi perpetrada pelas elites político-econômicas, defendida pelos intelectuais e amplamente divulgadas pelo País através de suas instituições de ensino e pesquisa (SCHWARCZ, 1993). Seja qual for o agente – quem proferiu ou o seu interlocutor – o discurso racial conquistou seu *status* de *verdade* através de um verniz de que era um dado científico. Também citando Foucault (1992), mas em “Microfísica do Poder”, chama atenção Aguiar (1999) para a questão a ideia de *verdade* de determinados discursos.

Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua política geral, de verdade: Isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1992, p. 12 apud AGUIAR, 1999, p. 48)

A *verdade* aqui depende de uma relação do discurso com diversos interesses, com *os sistemas de poder*. O discurso racial, no Brasil, reforçava as aspirações da elite político-econômica brasileira. Ele reafirmava a ideia primordial de *inaptidão* das populações marginalizadas, justificando com aqueles argumentos raciais, por exemplo, sua alienação à participação e representação política e a terra, à formação através da educação.

É preciso refletir também a respeito das razões pelas quais esses discursos preconceituosos tiveram, por vezes, boa recepção e aceitação entre os latino-americanos. Além da questão de a intelectualidade que surgia naqueles países estar fortemente ligada aos parâmetros e premissas de correntes de pensamento europeu, a que se considerar outros aspectos socioeconômicos. Para Bomfim, como já bastante abordado, a exploração colonial era uma ação de *parasitismo* muito semelhante a que se observa na natureza. Ao infectar seu *hospedeiro*, o *parasita* lhe degrada transformando o grupo social privilegiado em um *parasita* também. Tal grupo passa, então, a explorar sua própria população como o era com os colonizadores. A intenção clara é manter seus privilégios socioeconômicos. O resultado é que a sociedade terá um desenvolvimento precário ou simplesmente se

degenerará. Essa seria a definição das consequências do *parasitismo social* que é legado às sociedades exploradas, cujo resultado é o *conservantismo* dessas mesmas sociedades.

Por mais contraditório que pareça, o discurso pseudocientífico, a exemplo do Darwinismo Social, era bem recebido por aquelas elites *conservantistas* latino-americanas, porque, potencialmente, justificava os seus privilégios. Ao assinalarem a *incapacidade*, *inferioridade* ou *degeneração* da população, em geral, identificada como mestiça da América Latina, justificavam-se também as diferenças socioeconômicas observadas no continente. Negros, índios e mestiços, em sua maioria, componentes de baixos estratos sociais, assim se localizavam em razão de pertencerem a grupos raciais *inferiores* e *degenerados*. Já os componentes das elites proprietárias afirmavam-se descendências europeias “puras”, por isso, capazes de administrar os rumos das suas respectivas nações e controlarem a economia.

É a partir desse ponto de conclusão do texto que Bomfim argumenta as possíveis soluções às problemáticas latino-americanas. Aqui, “A América Latina” centraliza-se, sobretudo, na realidade brasileira. O Brasil é em si tomado como uma espécie de exemplo para implantação das soluções intentadas por Bomfim. As fundamentais são a Educação e a Instrução. A distinção entre ambas seria, hoje, mais ou menos o que se chamaria respectivamente de educação informal e formal. A educação seria a preparação em uma tradição, em hábitos para o trabalho, para o esforço. Logo, muito distintos daquela tradição *herdada* da colonização de *aventureirismo* e *parasitismo*. A *instrução* a preparação da população em conhecimentos formais, para constituição de mais do que uma mão de obra qualificada, mas de promotores de um pensamento. Em outras palavras, Bomfim rejeitava a tese usual do *branqueamento*, recordando que ela determinava o aperfeiçoamento racial brasileiro através do incentivo da vinda de imigrantes de *raças superiores*: europeus brancos. Essa tese estava em plena consonância com princípio do Darwinismo Social, defendidos no Brasil. Uma das argumentações favoráveis a tais perspectivas de pensamento diz que:

Raros, raríssimos são os que pensam nestas obras de educação social, instrução popular e aperfeiçoamento da produção, indispensáveis ao progresso do país e essenciais para a constituição de sociedades harmônicas, adiantadas e felizes.

(...)

É o bastante para afirmar a convicção de que o mal é fundamental, orgânico, e vem da herança, da educação social e política, das próprias condições da nossa

formação: a opressão parasitária, que logo dividiu as populações coloniais contra elas mesmas, e as conduziu a esta quase incapacidade para o progresso, afundando-as na ignorância, perturbando-as, pervertendo-as, à proporção que nasciam e se desenvolviam. (BOMFIM, 2005, p. 340, 351 e 352)

A convicção de Manoel Bomfim em relação a Instrução Pública pode ser descrita como bastante singular, já que a defendeu, inequívoca e veementemente, como a *cura* para os *males* que *contaminavam* as sociedades latino-americanas. Elas não eram *incapazes* nem *degeneradas*, mas afligidas por *males* oriundos da forma como foram constituídas como nações. Por isso, o autor afirma que:

Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal. A primeira condição para conquistar a civilização é conhecê-la, conhecer a vida, as suas necessidades, os recursos possíveis; e nenhum outro processo existe de trazer os indivíduos ao nível do século, de os pôr de acordo com o momento.

(...)

O dever supremo dos que ocupam as posições dominantes em nome de um regime democrático e livre é o de suprimir a injustiça, quanto possível, defender a liberdade, estabelecer a igualdade. Se assim é, que há de mais urgente que o fazer desaparecer dentre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica, e de incapacidade política – qual o “não saber ler nem escrever”?... Compreende-se, porventura, uma democracia de onde 90 por 100 dos indivíduos são excluídos por analfabetos? Tanto vale dizer: uma democracia sem povo, sem cidadãos. Um tal regime, ainda que o levassem a uma prática de pureza ideal, não passaria da opressão e despotismo de uma aristocracia, sem nobreza, sobre a plebe servil. Não se trata de fazer o libelo dos políticos; basta, para aqueles que são de boa-fé, a tristeza de contemplar a própria obra e ver como esses 80 anos de democracia na América Latina têm desmoralizado o regime e os ideais que eles sinceramente apregoavam. Trata-se de acentuar as causas do fracasso em que se desfazem todos os programas e governos, até demonstrar como este fracasso resulta de que, nos políticos, a ação não corresponde à palavra. Os desastres e os males procedem unicamente de que eles pregam a liberdade, e não promovem os meios de torná-la efetiva. (BOMFIM, 2005, p. 363-368)

O progresso se não é necessariamente sinônimo do que atualmente se chama de Educação Pública, mas dela não se pode, em hipótese algum, prescindir para alcançá-lo! A *conquista da civilização*, de estar ao patamar das nações mais adiantadas, passa pela preparação da população e não do seu aperfeiçoamento racial. Não existe sociedade evoluída e democrática com analfabetos. É condição imperativa à *Civilização* e ao *Progresso* que a população seja alfabetizada, preparada pelos meios do conhecimento produzidos e acumulados, especialmente pelo Ocidente. Afinal, a compreensão é que a

própria *Civilização* se fez em razão dos conhecimentos que ao longo da história foram construídos. Então, seria mais que uma trajetória usual, quase que *natural*, que quem quisesse evoluir, progredir, é indispensável a constituição de um conjunto de cabedais necessários, entre eles, uma sociedade letrada, preparada. Para Bomfim, o *desenvolvimento* e a *evolução* das sociedades latino-americanas seguem um modelo semelhante, mas com algumas particularidades. Entre elas estão a “*herança colonial*”, o *relativo atraso* e o processo deve apresentar algumas distinções, para se evitar certos *vícios*. Então, Instrução ou Educação Pública, como atualmente se fala, era necessária para que o próprio processo de *evolução* e *desenvolvimento* evitassem e/ou superassem aqueles *males de origem* e suas consequências, seus *vícios*. Embora seguindo o modelo Ocidental. Para Bomfim, a Instrução deveria ser pública, universal e assumida pelos estados. A população deveria receber tal benefício a custo dos respectivos governos. Em tais condições, haveria em poucos anos uma mão de obra qualificada, mas não apenas, haveria populações que se constituiriam nações potencialmente capazes de participar e intervir nos diversos aspectos da vida pública dos seus respectivos países. Isto é, seriam nações realmente democráticas, com igualdade social promovida pela oportunidade e benefícios advindos de um processo de instrução ampla.

Conquanto a proposta da Instrução Pública, para a solução dos *males* latino-americanos, seja nobre, é preciso refletir sobre a questão. A compreensão do intelectual era que Educação era igual a Democracia. Ambos, por fim, eram elementos imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer sociedade. O Brasil era um país com grande número de sua população analfabeta, o que limitava o alcance de interação e intervenção. Portanto, de atuação democrática. Segundo Reis (2006), Bomfim, então, concebia que *Se o Brasil tivesse tido a formação democrática da América inglesa seríamos, hoje, um povo próximo da liberdade política.*” (REIS, 2006, p. 217). Apesar das críticas que o autor fez aos EUA e suas propensões em relação à América, admirava o modelo político estadunidense, ideologicamente herdeiro de um pensamento *ilustrado europeu*. Na verdade, admirava Bomfim aquele pensamento da Ilustração. Propõe-se agora a reflexão sobre outra perspectiva talvez possível de análise do discurso de Manoel Bomfim. Foucault (2008) nos clarividência a seguinte concepção:

Não há (ou pelo menos não se pode admitir para a descrição histórica cuja possibilidade aqui traçamos) uma espécie de discurso ideal, ao mesmo tempo último e intemporal, que escolhas de origem extrínseca teriam pervertido, desordenado, reprimido, lançado para um futuro talvez muito longínquo; não se deve supor, por exemplo, que existam, sobre a natureza ou sobre a economia, dois discursos superpostos e misturados: um, que prossegue lentamente, que acumula suas aquisições e, pouco a pouco, se completa (discurso verdadeiro, mas que só existe em sua pureza nos confins teleológicos da história); o outro, sempre arruinado, sempre recomeçado, em contínua ruptura consigo mesmo, composto de fragmentos heterogêneos (discursos de opinião que a história, ao longo do tempo, lança para o passado). (FOUCAULT, 2008. p. 77).

Nenhum discurso é *perfeito*! Ao se escapar do provável lugar-comum que tal afirmação nos levaria, é possível interpretar um discurso como a produção dinâmica do pensamento, do momento e das convicções e interesses aos quais ele se relaciona. Bomfim, em “A América Latina: males de origem” (1905) condenava veementemente o imperialismo das grandes potências, em particular europeias, tanto no aspecto da conquista e exploração violenta quanto na imposição de modelos de pensamento de caráter determinista. Essas características, aqui no continente latino-americano, produziram sociedades conservadoras e atrasadas, segundo o autor. A solução para essa grande problemática, na prática, era adotar ou ampliar a instrução irrestrita das sociedades. Ainda que apresentasse singularidades de forma e, talvez, na execução, estava a educação intentada por Bomfim inserida em um modelo europeu. Por um lado, seria como se o intelectual afirmasse que “(...) a civilização europeia não [pudesse] ser [e não devesse ser] *transplantada integralmente para o solo brasileiro (...)*” (ORTIZ, 2006, p. 20). Isso, sem cair em um simples bairrismo ufanista. Porém, por outro lado, Bomfim ainda buscou certos elementos daquela civilização, para buscar suas soluções. Portanto, não se pode admitir um *discurso ideal*, pois se cria uma perspectiva *teleológica* de um resultado futuro, que será alcançado certamente em um momento *intemporal*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das análises empreendidas, observou-se que a trajetória de vida e formação intelectual de Manoel Bomfim ajudou a entender os conceitos propostos pelo autor, na obra “A América Latina: males de origem”. Entre os conceitos discutidos por ele, podemos destacar as ideias sobre raça e nação. Desta forma, foi possível captar sua atuação e inquietações intelectuais, motivadas pelos debates travados naquele momento, quando ele tomou parte ativa criticando os modelos raciais vigentes e, em consequência, propondo perspectivas alternativas de análise do fenômeno social da época.

As decisões, por exemplo, de estudar medicina para depois abandonar a carreira têm indicações mais explícitas com relação às experiências de vida do autor. Na primeira, a ousadia de um jovem que, com aquela atitude, reescrevia seu provável destino que seria o de comerciante em uma pequena província para o de um acadêmico. Condição, essa última, que permitiu a Bomfim ampliar seu campo de possibilidades pessoais, intelectuais e sociais. Ou seja, ele vinha de uma família economicamente em ascensão e sem qualquer tradição. Bomfim possuía características de origem socioeconômica bastante distintas das dos seus contemporâneos intelectuais. Ainda assim, ele teve meios materiais para estudar graças à boa situação econômica de sua família. O sucesso financeiro dos Bomfim advinha de uma conjuntura brasileira de dinamização de atividades urbanas, mas em um País e, em particular, em uma região cuja dinâmica socioeconômica ainda tinha forte relação com tradicionais atividades agroexportadoras. Já o abandono da medicina foi provocado por uma tragédia familiar que praticamente criou o professor. No somatório de ambas as condicionantes, têm-se um intelectual de pensamento não-alinhado aos dos seus colegas.

A respeito da intelectualidade brasileira do século XIX, percebeu-se que, em geral, era egressa de famílias em declínio econômico. Esses grupos socialmente tradicionais utilizaram de contatos, dos quais ainda dispunham e influenciaram seus filhos para atividades acadêmicas. Esta mesma intelectualidade, em grande medida, leu autores como Le Play e Gobineau, mas especialmente, Ernst Haeckel e Herbert Spencer. Através desses autores, os intelectuais assimilaram princípios e modelos teóricos europeus de caráter racial e determinista. Impuseram através de suas obras e participação em determinadas

instituições científico-culturais e político-administrativas que o Brasil se adequasse àqueles modelos deterministas europeus.

Já Manoel Bomfim, entre poucos, defendeu pensamento contrário àquela tendência da intelectualidade brasileira. As experiências vivenciadas a partir de sua origem familiar e a sua curta estada para estudos na França são parte da explicação dessas divergências ideológicas. Na França, estudando no Instituto Binet, Bomfim teve contato com a obra do antropólogo francês Paul Topinard, que fazia oposição às premissas das teorias raciais. Como já ressaltado, tanto a experiência do intelectual sergipano, ligada a origem humilde de sua família, que ascendeu socioeconomicamente, quanto a vivência na Europa certamente contribuíram para esta visão diferenciada. Entre os pontos de vista distintos, afirmava Bomfim que o suposto melhoramento racial dos brasileiros, através do branqueamento, era uma percepção falsamente científica. Na prática, as teorias raciais em si, por meio dos seus princípios, objetivavam a proteção de privilégios políticos, econômicos e sociais. Era apenas uma justificativa. Bomfim teve a sensibilidade de compreender tais questões.

Os dois estudiosos mais conhecidos de Manoel Bomfim referem-se a ele citando o adjetivo “rebelde”. Certamente cabido não apenas por sua alentada controvérsia aos princípios raciais. É preciso considerar também que, diferentemente de seus pares intelectuais, Bomfim recusou participar das instituições consagradoras desse *métier*. A consagração enquanto intelectual, no Brasil da virada para o século XX, pode-se dizer, dependia de alguns requisitos. A formação acadêmica, embora não fosse uma condição imperativa. Em geral, a formação em Direito era a que configurava maior status social no Brasil do século XIX. Não necessariamente para o exercício da carreira de advogado, mas através dela alçar, por exemplo, altos cargos no funcionalismo público e carreira como representante. A formação acadêmica dependia, em consequência, que o indivíduo fosse oriundo de uma família em boas condições econômicas, ou seja, com capital financeiro. Outra possibilidade era que possuísse ainda algum capital social, pois tornaria possível os estudos através do apadrinhamento por alguém conhecido da família. Essas características, muito ligadas à origem familiar, eram importantes ainda para constituir uma rede de contatos no próprio meio intelectual. O que nos leva a outra condicional importantíssima de consagração, a publicação tanto de livros quanto de jornais. Em relação a esse último, a

participação em periódicos era duplamente vantajosa. Ela tanto expunha mais rapidamente ao público os aspirantes a “homens de letras” quanto permitia a participação em contendas, que consagravam nomes. Por fim, o mais significativo elemento de inserção no meio intelectual era a participação como membro de alguma *igrejinha literária*. Sem dúvida, entre as várias, a mais importante era a Academia Brasileira de Letras.

Levando-se em conta o que foi observado em relação aos itens citados acima, Bomfim atendeu a alguns desses requisitos, sobretudo no tocante às publicações e às participações em jornais. Estabeleceu, ele próprio, sua rede de contatos, sem a usual interferência familiar, que lhe permitiu a inserção e convívio com as rodas letradas. Todavia, Bomfim assumiu aguerridamente duas posições contrárias a esses elementos consagradores e formadores da intelectualidade brasileira da época: a) recusou convites para ser membro da ABL e evitou bater-se em polêmica com o seu principal crítico, Sílvio Romero, sobre a obra *A América Latina: males de origem*. Tais fatores são elencados por seus estudiosos como um dos elementos que explicam o período de silêncio posterior que Bomfim, sua obra e pensamento passaram após sua morte. Contudo, eles nos apresentam como era a formação de um intelectual no Brasil do entre séculos XIX e XX. Para serem assim categorizados e reconhecidos como indivíduos doutos, precisavam dispor quicá mais de atributos sociais do que acadêmicos. A afinação com o meio intelectual, portanto, parecia ser mais a de saber possuir e utilizar dos meandros sociais e seus respectivos maneirismos do que estar necessariamente a par das vogas acadêmicas de fins do século XIX.

É um tanto comum afirmar que *A América Latina: males de origem* (1905) de Manoel Bomfim é uma espécie de anamnese, diagnóstico e proposição de tratamento para o continente latino-americano. Na atualidade, dir-se-ia que o intelectual faz referência às contradições das próprias sociedades latino-americanas. O estudo, deste modo, teria como grande justificativa a análise dos motivos do atraso da América Latina em relação às Grandes Potências Europeias. Aspecto que impunha às nações do continente uma condição usual de submissão à Europa, justificada, em particular, pela condição racial “superior” das potências do Velho Mundo. Por tal perspectiva, haveria uma única pseudo-saída, imitar os modelos europeus e melhorar a raça latino-americana.

Através da análise da obra, percebeu-se que as contradições latino-americanas

foram conceituadas por Manoel Bomfim como originadas de uma relação de “parasitismo”. Ela foi a causa ou “males de origem” da América Latina. Em consequência, esse “parasitismo” reproduziu sociedades “conservantistas”, mesmo depois dos respectivos processos de autonomia política. O “conservantismo” ou “conservadorismo” ou, quiçá, “reacionarismo” é outro conceito importantíssimo na obra de Bomfim, *A América Latina*. Ele diz respeito ao resultado do processo de colonização “parasitária” europeia. Ela foi a “herança” deixada pelo colonizador. Para se estabelecer, por exemplo, uma determinada produção que auferisse lucros à Metrópole, os colonizadores implantaram no continente latino-americano toda uma estrutura. Ela se materializou, nas diversas perspectivas: política, econômica, social, isto é, na administração colonial, na exploração de determinadas atividades, do trabalho e na constituição da sociedade colonial. Para Bomfim, esse conjunto de características são a “herança” que os europeus impuseram às nações latino-americanas. Essa “herança” pode ser interpretada como as contradições socioeconômicas e políticas bastante assemelhadas às das sociedades europeias.

Quando trata Bomfim do conceito “conservantismo”, quase que o centraliza nas elites latino-americanas surgidas do processo colonial. Para ele, essas elites são tão identicamente “parasitárias” quanto os colonizadores. Os “herdeiros” mantiveram, por exemplo, a estrutura econômica dependente de agroexportadora, baseadas na posse da grande propriedade rural e do trabalho escravo. Monopolizavam o processo político dos seus respectivos países, obstaculizando uma participação mais ampla da população, em geral. Garantiram, portanto, a manutenção dos seus privilégios, utilizando-se de uma estrutura muito parecida com as dos colonizadores. Logo, as sociedades latino-americanas, que eram “conservadoras”, reiteraram contradições europeias na América em níveis e em planos próprios. Tais planos se originaram dos próprios paradoxos do processo colonial europeu implantado naquele continente.

A reprodução dos “vícios” dos colonizadores explica-se pelo processo da “herança”. Ela, pois, faz Bomfim ir um pouco mais além nas “origens do mal parasitário”. Tal perspectiva existe porque as nações ibéricas também “herdaram vícios parasitários”. Eles surgiram do processo de formação daquelas nações. Na perspectiva do autor, a evolução histórica da Península Ibérica, desde a Antiguidade, esteve, em geral, à mercê de salteadores e conquistadores. Assolada, portanto, foi a península por diversos conflitos e

sem exercer uma autonomia até aproximadamente os idos entre os séculos XIV e XV. Essa independência só surgiria com a formação dos estados Ibéricos – Portugal e Espanha –, em um longo conjunto de lutas contra os muçulmanos ali estabelecidos. Desta forma, todo esse histórico de *perturbações* deixaram como “herança” estados guerreiros, aventureiros e *depredadores*. Afinal, estiveram ligados ambos os reinos ibéricos, desde o século XI, a um longo, tortuoso e complexo processo de expulsão de Reinos Islâmicos da própria península.

Além disso, Bomfim enfatizou que aquele processo de formação ibérica foi marcado por duas fundamentais características: a “Guerra de Reconquista”, que é uma espécie de Cruzada e, sendo cruzadista, de forte ideologia religiosa cristã católica. Os reinos de Portugal e Espanha se formaram em um processo de “cruzadas” de expulsão de “infiéis muçulmanos”. Para Bomfim, esse aspecto fez com que portugueses e espanhóis se tornassem excessivamente devotos e voltados para o aventureirismo, que seria típico das “Guerras de Reconquista”. Essa caracterização, explicaria inclusive, sendo uma de suas razões, o pioneirismo daquelas populações europeias na “Expansão Marítimo Comercial” dos séculos XV e XVI. Isto é, o aventureirismo ibérico buscava o *butim*, o lucro imediato da ação de conquista, sem considerar as possibilidades e os meios de uma exploração comercial de caráter produtivo e a longo prazo. Portanto, os “vícios” oriundos da “herança” da formação das nações portuguesa e espanhola foram “transmitidos por herança” às populações latino-americanas. Logo, no entre séculos XIX e XX, toda essa discussão tendo a ideia de “herança”, ou seja, que as sociedades legavam às gerações posteriores determinado conjunto de características que perpassava pela questão da “raça”.

Através da análise realizada sobre *A América Latina* de Manoel Bomfim, conclui-se que o autor assumiu uma posição de grave crítica àquelas premissas raciais. Afirmava o intelectual que a ideia de “superioridade” e “inferioridade” racial é cientificamente falsa. A partir dessa compreensão, Bomfim defendia, em relação ao Brasil, que “branquear” a população seria uma perda de tempo. Afinal, se não há relação comprovada de superioridade ou inferioridade, então, não havia motivos para se trazer imigrantes europeus brancos para supostamente melhorar a raça brasileira. Os brasileiros já seriam uma raça, pelos séculos de colonização empreendida, perfeitamente aclimatada aos meios do País. Em consequência, buscar imigrantes seria produzir uma nova população que teria que passar por outro longo processo de adaptação ao clima à geografia do Brasil. Concluiu

Bomfim, portanto, que o que faltava à população era uma educação ao trabalho produtivo e acesso à instrução. Os brasileiros, sua raça, precisavam de preparação e não melhoramento genético.

Manoel Bomfim concluiu seus argumentos afirmando que a educação é o *remédio para os males de origem* da América Latina. A análise dessa conclusão da tese do autor nos levou a considerar que tal assertiva demonstra que não houve uma completa ruptura do pensamento de Bomfim com o Europeu. Ainda que rejeite os princípios raciais deterministas, o intelectual sergipano buscou como contraposição um modelo de desenvolvimento através da educação semelhante ao modelo europeu. Afirma Bomfim, em seu texto, que o Brasil deveria se assemelhar às nações mais civilizadas do mundo. O meio para isso seria invariavelmente a preparação da população brasileira através da instrução. Na prática, o texto de Bomfim apresenta uma discussão sobre o que se pode chamar de relação de atraso ou de desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento. Fatores como de ações imperialistas sobre determinadas nações são, em geral, elencados para explicar o atraso dos países latino-americanos. A busca por alternativas àquele atraso passa a idealizar modelos semelhantes às grandes potências classificadas como imperialistas. No contexto de Manoel Bomfim, aquelas nações eram as potências da Europa Ocidental e a ideologia que impunham era a classificação de atraso em relação às raças. Bomfim buscou nas nações europeias as suas concepções para desconstruir e reverter o discurso de inferioridade e atraso, propondo os modelos Ocidentais enquanto referenciais de civilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

“Chronica Judiciaria”. IN: **Diário de Aracaju**. Ano I, n.º 1. 12/03/1885, p. 2.
Bond Electrico. **Diário de Notícias**. n.º 2.644. Ano IX. 08/10/1892. (capa, quinta coluna).
Gazeta de Notícias. Ano XL. n.º. 344. 10/12/1915. p. 4.
Gazeta de Notícias. Ano XXXI. n.º. 7. 07/01/1906. p. 2.
L.C. Pelos sete dias. IN: **Fon-fon**. n.º 32. Ano III. 07/08/1909. p. 3.
Livro de Matrícula – 1.ª Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. de 24/03/1886. AC: 339. Memorial de Medicina da Bahia.
O Fluminense. Ano XXIX. n.º. 6412. 29/09/1906. p. 1.

Obs.: Todos os periódicos foram consultados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os arquivos estão disponíveis no site <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acessados a partir de 18/10/2015)

ARTIGOS

BUENO, Fátima. Machado de Assis e Eça de Queirós para além da polêmica... IN: **Machado Assis linha, Rio de Janeiro**. V. 5, n.º 10, pp. 26-8, dezembro 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-68212012000200004>, Acesso em 20 de out de 2015.
HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da Antropologia Transnacional. IN: **Mana** 3(1): 7-39, 1997. pp. 7-39.
LIEDKE FILHO, Enno D. Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. IN: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.º 14, jul/dez. 2005. p. 376-437.
MORSE, Richard M. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 08, n.º 16. p. 205-225.
NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim (1868-1932). IN: **RIHGB**. Ano 155. n.º 384, jul/set, 1994, pp. 558-567.
PIMENTEL, Helen Ulhôa. O casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico. IN: **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005. p. 27-38.
TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). IN: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, V.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bachalerismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: ANPOCS; Topbooks, 1999.
- ALMEIDA, Maria da Glória de. **Nordeste açucareiro: desafios do processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS; SEPLAG; BANESE, 1993.
- ALMEIDA, Maria da Glória de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALMEIDA, Maria da Glória de. Atividades produtivas. IN: Diana M.^a Faro Leal Diniz (Coord.). **Textos para História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.
- ALVES FILHO, Aluísio. **Pensamento Político no Brasil: Manoel Bomfim – um ensaísta esquecido**. Rio de Janeiro: Achiamé; SOCIL, 1979. (Textos Paralelos).
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Salvador: P55 Edições, 2013. (Coleção Autoconhecimento Brasil).
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim (1868-1932). IN: **Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. Manoel Bomfim. 2.^a ed.** São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006. pp. 17-28. (Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira).
- ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.
- BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BERGO, Antônio Carlos. **Darwinismo Social e Educação no Brasil**. Campinas: Fac. de

Educação – Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado).

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico – V 6**. Rio de Janeiro, 1970. p. 134-135.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOMFIM, Manoel. **Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**. 2.^a ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia, 2006. (Coleção clássicos da psicologia brasileira).

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. Trad. Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Rev. Téc. M.^a Alice Nogueira. IN: NOGUEIRA, M.^a Alice. & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 12.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011(a). p. 67-69.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. Trad. Magali de Castro. Rev. Téc. M.^a Alice Nogueira. IN: NOGUEIRA, M.^a Alice. & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 12.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011(b). p. 73-79.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Apresentação. IN: **Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**. Manoel Bomfim. 2.^a ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006. p. 13-15. (Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira).

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos) – V 2 (1836-1880)**. 8.^a ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Italiana Limitada, 1997.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Retratos do Brasil – Volume 37).

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro Siqueira Maciel (1825-1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**,

pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24.^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico)

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes / Aracaju: Gov. do Estado de Sergipe, 1977. (Coleção Dimensões do Brasil – 7)

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUARANÁ, Manoel Cordeiro Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Paulo Pongetti & C., 1925. p. 402-404.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [197-?]. (Série Estudos Brasileiro – Volume 3).

HOBBSAWM, Eric. J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad. M.^a Célia Paoli & Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Coleção Perspectiva do Homem – Volume 83; Série Sociologia)

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Ano XXIV. n.º 140. dezembro de 1946. p. 38-46.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Trad. Didier Martin e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4.^a ed. Introdução de Alfredo Bosi; Supervisão editorial de Lôlio L. de Oliveira. São Paulo: Pioneira, 1983.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo:

Companhia das Letras, 1994.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Pref. de José Sebastião Witter. 2.^a ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. S. Cristóvão: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVA, Terezinha Alves de. **O pensamento geográfico em Manoel Bonfim**. 1998. 189 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Rio Claro).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 13.^a ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 126-145. (Corpo de Alma do Brasil).

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana**. 2.^a ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe / FUNDESC, 1991. (Coleção João Ribeiro)

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 15.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**: episódios da vida romântica. Porto : Livr. Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux Successores, 1888. - 1 vol (Cópia de domínio público, digitalizada pela BNP. Disponível em <http://purl.pt/23>. Acesso em 02 de fev de 2017.

REIS, José Carlos. **As identidade do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Através do Brasil**: São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SANTOS, Francisco José Alves dos. **A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SANTOS, Francisco José Alves dos. **A marcha da civilização: uma leitura da**

historiografia de Felisbello Freire. Rio de Janeiro: UFRJ/PPHIS, 1998. (Tese de Doutorado)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Questão racial e Etnicidade”. IN: **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. MICELI, S (Org.). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. p. 267-325.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio de Janeiro. IN: **História da vida privada no Brasil – V 03.** Coord. Geral da Coleção Fernando A. Novais; Org. do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2.^a ed. (revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, José Maria de Oliveira. **Da Educação a revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim.** 1991. 187 f. Dissertação (Mestrado em Historia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** Trad. Donaldson M. Garschagen; prefácio de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOTELO, Ignácio. **Sociologia da América Latina.** Org. de Fanny Tabak, Trad. de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. (América: economia & sociedade).

SUSSEKIND, M.^a Flora e VENTURA, Roberto. **Uma teoria biológica da mais-valia? 2.^a ed.** Rio de Janeiro: PUC-RJ; Divisão de Intercâmbio e Edições (EDIPUC), 1982 (datilografado).

VELHO SOBRINHO, J. F. **Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro – VII.** Rio de Janeiro: Minis. da Educação e Saúde, pp. 386-8.

ANEXOS

ANEXO 1

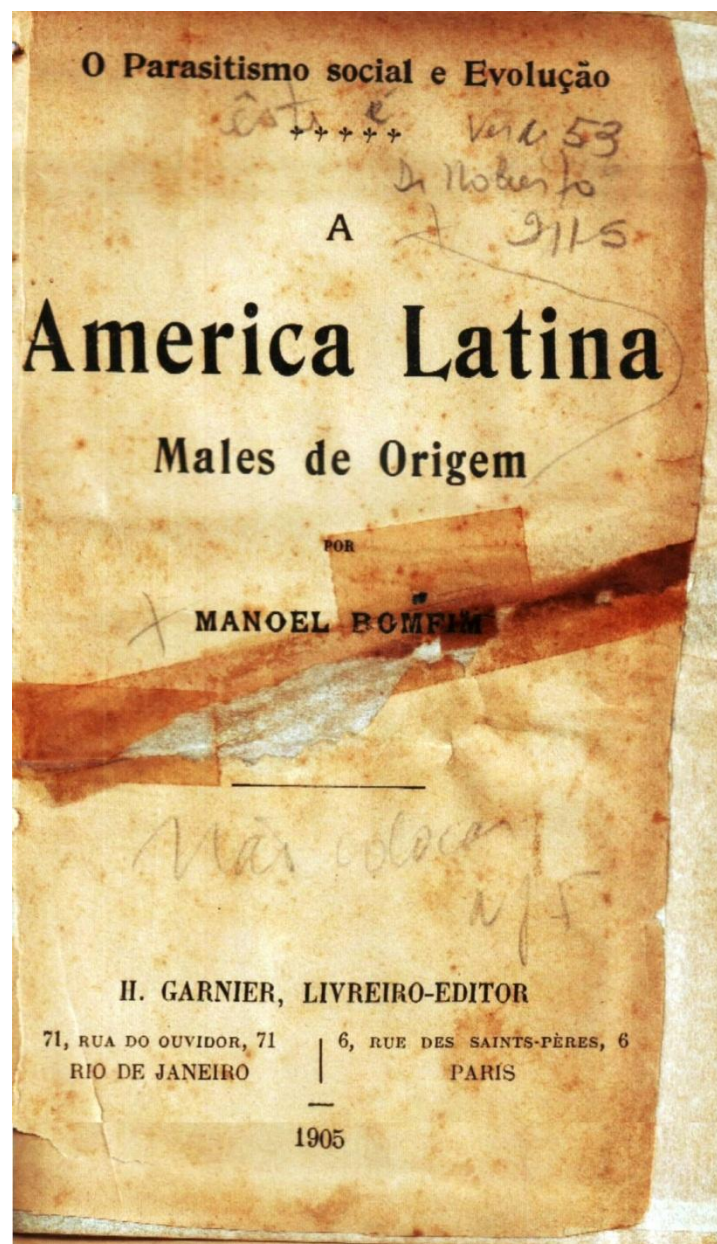


Imagem: capa da 1.^a edição de “A América Latina: males de origem” (1905) de Manoel Bomfim. Original pertence ao Prof. Aluísio Alves Filho, que gentilmente autorizou a digitalização.

ANEXO 2

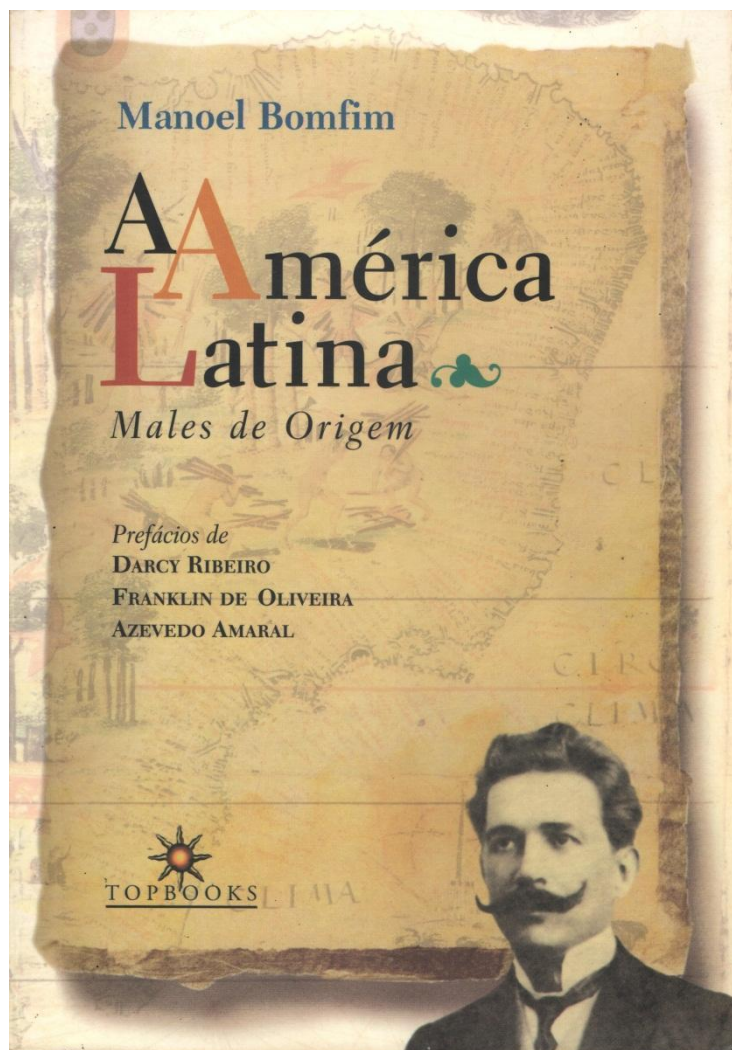


Imagem: capa da edição comemorativa do centenário de publicação de “A América Latina: males de origem” (2005) de Manoel Bomfim, editado pela Topbooks. Original pertencente ao meu acervo pessoal.

ANEXO 3

II^{mo} Rev.^{mo} Lima Vigário
d'esta freguesia

Vai deferido. Aracajú 17 de
dezembro de 1878

Azevêdo

Manoel José do Bomfim requer a bem do seu direito que V. Rev.^{ma} lhe atesta o dia e o mês em que foi batizado.

Pedi a V. Rev.^{ma}
differimento

E R M^{cê}

Aracajú 15 de dezembro de 1878

Manoel José do Bomfim

Certifico, que, revendo o livro, em que a atualmente fazem-se os assentamentos dos batizados d'esta freguesia, nela a fls 50 encontrei o de que falla o supplicante do requerimento supra, Manoel José do Bomfim o qual é do theor seguinte; - Aos dezesseis dias do mês de maio de 1867 Batisei solenemente na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a Manoel, branco, natural d'esta Freguesia, filho de Paulino José do Bomfime sua mulher D. Maria Joaquina do Bomfim foram padrinhos Antônio José da Motta e Marcela dos Praseres Bomfim tendo esse oito dias de idade.

Para constar faço este assigno O Vigário José Luiz de Azevedo

Nada mais se continha nem declara o dito Livro, e ascentamento é onde extrahir esta, e ao proprio livro me reporto. Dada e passa n'esta cidade do Aracajú e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição aos dezessete de Dezembro de Mil e oitocentos e setenta e oito. E eu Vigário José Luiz de Azevedo que a escreveu e assignou.

O Vigário José Luiz d'Azevêdo

Reconheço afirmo de que por verdadeira por ter d'ella pleno conhecimento, o que dou fê Aracaju, 18 de março de 1886.

Pe. G. (Padre Gonçalves)

Em test.^o de verdade

Luiz Gonçalves

Transcrição das folhas de anverso e verso da cópia do batistério de Manoel Bomfim. Ele é parte da documentação apresentada por Bomfim no ato da Matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Acervo do Memorial de Medicina da Bahia. Livro de Matrícula – 1.^a Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. 24/03/1886. AC: 339. (Grafia original do documento foi mantida na transcrição).

ANEXO 4

INFLUÊNCIAS LOMBROSO SPENCER COMTE	DURKHEIM DEWEY	ESCOLA DE CHICAGO MARX (WEBER) MANHEIM	GOLDMANN LUCAS SARTRE	GRAMSCI ALTHUSSER	ELIAS HABERMAS FOUCAULT GIDDENS BOURDIEU WEBER
TEMAS	ESCOLA NOVA E DEMOCRATIZAÇÃO	RELAÇÕES RACIAIS E DEMOCRACIA RACIAL			MULTICULTURALISMO RAÇAS GÊNERO DIREITOS HUMANOS VIOLÊNCIA DESIGUALDADES SOCIAIS RELIGIÕES REPRESENTAÇÕES SOCIAIS IDENTIDADES SOCIAIS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS REATIVAÇÃO DA SOC. CIVIL
IDENTIDADE NACIONAL		ESTUDOS DE COMUNIDADE TRANSIÇÃO PARA A MODERNIDADE			
MISCIGENAÇÃO RACIAL VISÃO PESSIMISTA	MISCIGENAÇÃO RACIAL VISÃO OTIMISTA	DOIS BRASIS			
PROBLEMÁTICAS VISÃO RACISTA X RELATIVISMO QUESTÃO RACIAL LIBERAIS X AUTORITÁRIOS FORMAÇÃO ESTADO NACIONAL		SOCIEDADE TRADICIONAL X SOCIEDADE MODERNA MODERNIZAÇÃO X DEPENDÊNCIA X NACIONALISMO SUBDESENVOLVIMENTO X DESENVOLVIMENTO			AUTORITARISMO X DEMOCRATIZAÇÃO
ETAPAS DA SOCIOLOGIA PENSADORES SOCIAIS	Cátedras em Escolas Normais SOCIOLOGIA DE CÁTEDRA	Curso Sociologia e Política USP Escola Livre Sociologia e Política SOCIOLOGIA CIENTÍFICA		Expansão PG Cassações CRISE DIVERSIFICAÇÃO	Grupos de Pesquisa CIRCA DE NOVA IDENTIDADE
	1924	1934	1957	1984/5	
		1937			
			1954	1974	2002
1888/9	1930	1945	1964	1985	

(Fonte: LIEDKE FILHO, 2005, p. 378)

ANEXO 4

CRONOLOGIA

É uma cronologia condensada, pois se centra nos eventos da trajetória de Manoel Bomfim mais diretamente ligados a esta dissertação.

1857-1858 [?] – Paulino José e Maria Joaquina (Pais de Manoel Bomfim) casaram-se na Igreja do Sagrado Coração de Jesus de Laranjeiras. Neste mesmo ano, o casal se estabeleceu na nova capital de Sergipe – Aracaju – na qual se dedicaram com sucesso ao comércio e constituíram sua família.

1867 – Paulino José adquiriu um pequeno Engenho na região do Quissamã, no município de N. Sr.^a do Socorro, próximo a Aracaju. Manoel Bomfim viveu parte de sua infância e pré-adolescência nesse espaço.

1867-1868 [?] – Nasceu Manoel José do Bomfim, o sexto filho de aproximadamente 13, do casal Paulino José e Maria Joaquina, em Aracaju.

1880-1884 [?] – Manoel José foi enviado pelo pai ao Engenho Bomfim, no Quissamã. A estada nessa propriedade possibilitou a Bomfim toda uma série de experiências, que serviram de base para o seu livro “Através do Brasil”. Ele foi escrito em co-autoria com Olavo Bilac e publicado em 1910. Ao final desse período no Engenho, Bomfim comunica à família sua intenção de cursar medicina.

1885 – Período de estudos para a realização dos “Exames Preparatórios”.

1886 – Aprovado nos “Preparatórios”, Manoel Bomfim vai residir em Salvador, matriculando-se na Faculdade de Medicina da Bahia.

1888 – Influenciado pelo colega de curso e um de seus grandes amigos – Alcindo Guanabara – Bomfim transferiu-se de Salvador para o Rio de Janeiro, transferido também sua matrícula para a Faculdade Medicina do Rio.

1890 – Forma-se em medicina no Rio, estabelecendo-se definitivamente naquela cidade.

1891 – Casa-se com Natividade Aurora de Oliveira, uma jovem portuguesa, também estabelecida no Rio de Janeiro.

1891-1892 – Exerceu uma série de encargos como Médico da Secretaria de Política e Brigada Militar do Rio. Relatou Bomfim que o trabalho era pouco

estimulante e não lhe garantia independência financeira dos recursos enviados pela família.

1893 – Em razão das represálias do Pres. Gen Floriano Peixoto aos participantes da Revolta da Armada, Bomfim exila-se com a família na cidade do interior paulista de Mococa, ainda que não tenha tomado parte no movimento. Exerce a medicina e não realiza contribuições à imprensa nesse período.

1894 – Dupla tragédia, morreram o pai e a filha primogênita de Manoel Bomfim. As circunstâncias do óbito da filha faz com que desista da medicina e passe a atuar no Magistério.

1896 – Nomeado subdiretor do *Pedagogium* (Museu de Práticas Pedagógicas).

1897 – Nomeado diretor do *Pedagogium*.

1898 – Nomeado diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro (Distrito Federal).

1901-1903 – Comissionado pelo Gov. brasileiro, passa uma temporada em Paris, onde estuda Psicologia no Instituto Binet.

1905 – Publica “A América Latina: males de origem”.

1906 – Sílvio Romero publica obra quase homônima para criticar o trabalho de Manoel Bomfim.

1907-1908 – Breve experiência político-partidária, como representante de Sergipe na Câmara dos Deputados.

1919 – Após anos de serviço dedicados ao *Pedagogium*, Bomfim tristemente testemunha o encerramento de suas atividades.

1929-1931 – Publica intensamente, pois já se encontrava gravemente doente: “Brasil na América” (1929); “Brasil na História” (1930) e “Brasil Nação” (2 vols-1931).

1932 – Em 21 de abril, vítima de câncer, morre Manoel José do Bomfim.